

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**GABRIELA GIAQUETO GOMES**

**HOMOPARENTALIDADE NAS RELAÇÕES  
HOMOAFETIVAS:  
Adoção e reprodução assistida**

**FRANCA**

**2020**

**GABRIELA GIAQUETO GOMES**

**HOMOPARENTALIDADE NAS RELAÇÕES  
HOMOAFETIVAS:  
Adoção e reprodução assistida**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para obtenção do Título de Mestre em Direito.**

**Área de concentração: Sistemas Normativos e Fundamentos da Cidadania**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kelly Cristina Canela**

**FRANCA**

**2020**

G633h                    Gomes, Gabriela Giaqueto  
Homoparentalidade nas relações homoafetivas : adoção e  
reprodução assistida / Gabriela Giaqueto Gomes. -- Franca, 2020  
130 f.  
  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca  
Orientadora: Kelly Cristina Canela  
  
1. Direito de família. 2. Direitos dos homossexuais. 3. Paternidade  
(Direito). 4. Tecnologias reprodutivas. 5. Adoção por homossexuais. I.  
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**GABRIELA GIAQUETO GOMES**

**HOMOPARENTALIDADE NAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS:**

**Adoção e reprodução assistida**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para obtenção do Título de Mestre em Direito. Área de concentração: Sistemas Normativos e Fundamentos da Cidadania.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kelly Cristina Canela**

**Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Lopes Canavez**

**Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP**

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Acir de Matos Gomes**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC (SP)**

**Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.**

*Dedico este trabalho aos meus pais, ISRAEL E RENATA, que muito amo e aos quais muito devo.*

## AGRADECIMENTOS

Todo trabalho que temos a graça e a oportunidade de desenvolver é nossa realização. Agradecer àqueles que, de alguma forma, contribuíram para a sua concretização, é demonstrar e reconhecer, intimamente, a importância destes em nossa vida;

Infinita gratidão à Deus, pelo dom da vida, por ser presença constante em minha caminhada, por guiar todos os meus passos e colocar pessoas extraordinárias ao meu redor;

Agradeço à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", por ser extensão da minha casa, local em que frequento há 25 anos, desde que minha mãe ingressou nos quadros da autarquia, e que me proporcionou uma formação profissional e pessoal de elevado valor;

Agradeço à querida Professora Kelly, por ter me adotado neste Mestrado e, desde então, não medir esforços para incentivar o meu melhor, motivando-me e orientando-me de maneira ímpar! Sua competência, humildade e gentileza sempre serão exemplos para mim;

À Professora Maria Amália, por ter despertado, em mim, o interesse pelo Direito das Famílias, e pela oportunidade de ingressar no mundo da iniciação científica;

Agradeço aos meus pais, Israel e Renata, por serem a maior representação do amor incondicional, meus alicerces e faróis. Sou grata por nossa família maravilhosa, pelos valores construídos por nós, por não medirem esforços para a minha felicidade e dos meus irmãos, e por terem me ensinado a enorme importância do conhecimento;

Agradeço aos meus irmãos, Rafael e Daniel, por não desistirem de me mostrar que o equilíbrio entre os estudos e a diversão é, sim, possível (e necessário!);

Ao meu amado namorado, Caique, por ser, há tantos anos, meu “cantinho de paz”, amigo, confidente e companheiro, sempre me encorajando a buscar o meu melhor e a ir atrás dos meus sonhos, e, principalmente, me fazendo muito feliz;

À minha madrinha, Adriana, por estar constantemente presente nos momentos da minha vida e pelo legado do amor pela leitura e pela docência;

Agradeço às minhas irmãs de alma, Daniele e Íngrid, por serem a minha grande demonstração de que as famílias são formadas, verdadeiramente, pelos laços do coração;

Aos amigos do Direito das Famílias, integrantes do núcleo do IBDFAM – Franca (SP) e da Comissão de Direito das Famílias e Sucessões, da OAB Franca, por todo o conhecimento e material didático comigo compartilhados;

A todos aqueles que, de alguma forma, passaram pela minha vida e contribuíram para a minha evolução.

*O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político.*

Norberto Bobbio

GOMES, Gabriela Giaqueto. **Homoparentalidade nas relações homoafetivas: adoção e reprodução assistida**. 2020. 132f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Ciências Humanas Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2020.

## RESUMO

O reconhecimento formal das uniões homoafetivas como entidades familiares, a partir do julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4277, e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, em 2011, motivou o fortalecimento de outra reivindicação desses casais: o desejo de vivenciar a maternidade/paternidade, no seio da família, com a deflagração de todos os direitos e deveres inerentes ao parentesco. Esse novo paradigma parental se deu diante da repersonalização das relações familiares, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, trazendo a dignidade da pessoa humana para o núcleo do ordenamento jurídico. Assim, expõe-se, nesta pesquisa, dentre as formas de concretização da homoparentalidade, a adoção e a reprodução humana assistida, abrangendo os dois indivíduos no casal no que tange ao reconhecimento da paternidade/maternidade em relação à criança. Tratando da adoção, percebe-se que não existem óbices para sua concessão ao indivíduo homoafetivo, ao passo que a adoção, quando promovida por casal homoafetivo, permanece encontrando diversos obstáculos jurídicos baseados no preconceito. No mais, a utilização de técnicas de reprodução assistida por pares homoafetivos vem crescendo a cada dia, a ensejar o reconhecimento jurídico da parentalidade a ser exercido por ambos os componentes do casal, e não somente aquele que gestou o embrião. A filiação passa a ser identificada, sobretudo, pela presença do vínculo afetivo, sendo que se deve considerar a autonomia da vontade e a responsabilidade parental como elementos indispensáveis ao estabelecimento de vínculos jurídico-parentais. O problema norteador da presente pesquisa decorre das lacunas no ordenamento jurídico que dificultam o exercício do direito à homoparentalidade dos casais homoafetivos por meio da adoção ou da reprodução humana assistida. O objetivo geral da pesquisa é examinar em que medida se dá a efetivação do princípio da afetividade, da dignidade da pessoa humana e do direito à parentalidade, a partir do direito de constituição da paternidade/maternidade no seio da família homoafetiva, representadas no reconhecimento da adoção ou através do uso da reprodução assistida por casais homoafetivos. No estudo e desenvolvimento da pesquisa utiliza-se, como método de pesquisa, a abordagem dedutiva, estruturada sob o enfoque da dialética jurídica. A pesquisa jurisprudencial, realizada junto aos sites do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, revela que casais homoafetivos vêm, progressivamente, recebendo a tutela que lhes resguarda todos os direitos e deveres inerentes ao poder familiar, ao passo que se reconhece a bipaternidade ou a bimaternidade.

**Palavras-chave:** Afetividade; Dignidade da pessoa humana; Filiação; Homoparentalidade; Repersonalização das famílias.



GOMES, Gabriela Giaqueto. **Homoparenthood in same sex couples:** adoption and assisted reproductive technology. 2020. 132f. Thesis (Master of Law) - Faculdade de Ciências Humanas Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2020.

## **ABSTRACT**

The formal recognition of same sex unions as family entities, based on the joint judgment of the Direct Unconstitutionality Action (ADI) nº 4277, and the request for non-compliance of basic principles (ADPF) nº 132, in 2011, motivated the strengthening of another claim of these couples: the desire to experience motherhood/fatherhood, in the family, with the outbreak of all the rights and duties inherent to kinship. This new parenting paradigm took place due to family relationships changes, since the promulgation of the Federal Constitution of 1988, putting the dignity of the human person to core of the legal system. Thus, this research aims to study homoparenthood, specifically the adoption and assisted reproductive technology, encompassing the couple regarding to the recognition of fatherhood/motherhood in relation to the child. Dealing with adoption, it is clear that there are no obstacles to granting it to the homosexual, whereas the adoption promoted by a same sex couple continues to encounter several legal obstacles based on prejudice. In addition, the use of assisted reproductive technology by same-sex couples has been growing every day, giving rise to the legal recognition of parenthood to be exercised by both components of the couple, and not only by the one who received the embryo. The affiliation is now identified mainly by the presence of the affective bond, considering the autonomy of the will and parental responsibility as essential elements for the establishment of legal parental bonds. The guiding problem of this research runs from the gaps in the legal system that hinder the exercise of the right to homoparenthood by same-sex couples through adoption or assisted reproductive technology. The general objective is to examine how the principles of affectivity, the dignity of the human person and the parenting right takes effect, based on the right to establish fatherhood/motherhood within the same-sex families, represented in the recognition of adoption or by the use of assisted reproductive technology by them. In this research, the deductive approach is used as a research method, structured under the focus of legal dialectics. The precedents research was carried out on the websites of the Superior Court of Justice and the Supreme Federal Court and reveals that same-sex couples have been progressively receiving legal protection that saves them all the rights and duties inherent to family power, while recognizing bipaternity or bimaternity.

**Keywords:** Affectivity; Dignity of human person; Affiliation; Homoparenthood; Family relationships changes.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>A ANÁLISE DA FAMÍLIA HOMOAFETIVA NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEA.....</b>	<b>19</b>
2.1	A EMERGÊNCIA DOS “NOVOS” DIREITOS E SEUS REFLEXOS NA FAMÍLIA.....	23
2.2	EVOLUÇÃO DOS CONTORNOS FAMILIARES: A PLURALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES E SUAS IMPLICAÇÕES NO PARENTESCO.....	26
2.3	O PAPEL DA CIDADANIA NA IMPLEMENTAÇÃO DO RESPEITO ÀS DIVERSAS FORMAS DE FAMÍLIA .....	32
2.4	O RECONHECIMENTO SOCIAL DA FAMÍLIA HOMOAFETIVA .....	39
<b>3</b>	<b>DIREITO À HOMOPARENTALIDADE .....</b>	<b>43</b>
3.1	DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS DA PERSONALIDADE: DO DIREITO AO PLANEJAMENTO FAMILIAR E À PARENTALIDADE .....	51
3.1.1	Os princípios da igualdade e da liberdade .....	56
3.1.2	Princípio do pluralismo das entidades familiares .....	59
3.1.3	Princípio da afetividade .....	60
3.1.4	Princípio do melhor interesse da criança .....	62
3.2	EFEITOS JURÍDICOS DA CONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO DE PARENTESCO EM FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS .....	64
<b>4</b>	<b>A ADOÇÃO PROMOVIDA POR CASAIS HOMOAFETIVOS .....</b>	<b>69</b>
4.1	ADOÇÃO UNILATERAL.....	76
4.2	ADOÇÃO CONJUNTA .....	78
4.3	OS VÍNCULOS PARENTAIS DA ADOÇÃO .....	85
<b>5</b>	<b>HOMOPARENTALIDADES ECTOGENÉTICAS .....</b>	<b>89</b>
5.1	REPRODUÇÃO ASSISTIDA HOMÓLOGA .....	93
5.2	REPRODUÇÃO ASSISTIDA HETERÓLOGA .....	94
5.3	GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO .....	97
5.4	INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA .....	100
5.5	A POSSIBILIDADE DA BIPARENTALIDADE HOMOAFETIVA .....	102
5.6	O REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO À LUZ DOS PROVIMENTOS N. 63/17 E N. 83/19 DO CNJ.....	104

5.6.1	Registro civil como pressuposto para efetivação da cidadania e da dignidade da pessoa humana.....	113
6	<b>CONCLUSÃO</b> .....	116
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	122

## 1 INTRODUÇÃO

Verificam-se, a partir da segunda metade do século XX, em especial, profundas mudanças no seio da família brasileira, tendo em vista as transformações nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, que culminaram na emergência de novas configurações familiares na contemporaneidade, pluralizando-as. Os novos valores e culturas que orientam a sociedade atual sobrepujam e rompem, definitivamente, com a naturalização da formação familiar tradicional, até então heterossexual, matrimonial, e patriarcal, que impunha como verdade incontestável a realidade biológica irreduzível da necessária complementariedade sexual dos genitores para a procriação e exercício da sexualidade.<sup>1</sup>

Essa moderna cultura jurídica foi engendrada no Brasil através de um longo processo interativo de fatores, cuja dinâmica expressou as carências, as contendas e os impasses apresentados pela sociedade no início deste milênio, propiciando o surgimento de “novos” direitos que desafiam e movimentam a dogmática jurídica tradicional.<sup>2</sup> A partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, inicia-se um processo de releitura dos institutos tradicionais do Direito Civil, que passam a ser orientados pelos princípios da dignidade da pessoa humana, do pluralismo, da igualdade, da liberdade, e da afetividade, representando um avanço significativo no que tange à proteção e garantia de direitos humanos e da cidadania.

A família, então, passa a representar a base da sociedade, a ensejar especial cuidado do Estado. O ambiente familiar perde o caráter essencialmente econômico, voltado notavelmente à reprodução, apoderando-se de um novo status de unidade de afeto, destacando a socioafetividade e partindo, assim, para uma compreensão inovadora que toma a família como o “núcleo privilegiado para o desenvolvimento da personalidade humana.”<sup>3</sup>

A família da pós-modernidade, enquanto uma instituição jurídica e social, é carimbada pelo afeto, que culmina na sua pluralidade de formações e na inovação de seu propósito, que passa a ser a promoção do desenvolvimento da personalidade de todos os seus membros. O processo de evolução social fez com que o conceito de família associado a uma relação íntima de afeto entre seus integrantes tornasse o novo paradigma do Direito, pós Constituição de 1988: a família e as relações de parentesco dela advindas não poderiam permanecer com a orientação patrimonialista e patriarcal de outrora.

---

<sup>1</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

<sup>2</sup> WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. **Os “novos” direitos no Brasil**: natureza e perspectivas, uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003.

<sup>3</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: famílias. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016. p. 37.

A família homoafetiva é aquela resultante da união entre pessoas do mesmo sexo, que se aproximam com o objetivo de constituição de um vínculo familiar. Trata-se de uma entidade constitucionalmente protegida quando preenchidos os requisitos de afetividade, estabilidade, ostensividade e com a finalidade de constituição de família.<sup>4</sup>

As uniões homoafetivas não são novidades deste século, contudo, sem dúvidas, sua visibilidade é. Desde o início da era do cristianismo, os indivíduos homoafetivos convivem com a intolerância e invisibilidade social, posto que a sacralização da família matrimonial, constituída com vias à procriação, e, portanto, de formação exclusiva heterossexual, perdurou por muitos anos.

Nesse sentido, o reconhecimento formal das uniões estáveis homoafetivas como entidades familiares, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4277<sup>5</sup>, e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132<sup>6</sup>, representou um grande avanço para a sedimentação dos direitos a serem atribuídos aos indivíduos homoafetivos que se unem para constituir uma família.

O crescimento e consolidação da família homoafetiva, no território nacional, ensejam a discussão da nova reivindicação que parte desses casais, demandando uma resposta do Poder Judiciário: o desejo de vivenciar a maternidade/paternidade, dentro da família, com a deflagração de todos os direitos e deveres inerentes ao parentesco. Evidente que o exercício da parentalidade por casais homoafetivos é expressão real da concretização da cidadania na família, possibilitada em razão da garantia de efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana.

A temática da homoparentalidade é recente na literatura científica, e consideravelmente escassa no Brasil. Por outro lado, é evidente o crescimento da discussão acerca da homoafetividade, seja em relação ao estudo do comportamento de pessoas homoafetivas, à compreensão de valores específicos do universo das relações homoafetivas,

<sup>4</sup> LOBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus. **Revista IBDFAM**, Belo Horizonte, n. 12, p. 95, jan/mar. 2002.

<sup>5</sup> BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Plenário, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADI+4277%29&base=baseAcordados>. Acesso em: jul. 2019. (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132/Rio de Janeiro. Requerente: Governador do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Ayres Britto. 5 de maio de 2011).

<sup>6</sup> Id. Plenário, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADI+4277%29&base=baseAcordados>. Acesso em: jul. 2019. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277/Distrito Federal. Plenário, Brasília, DF. Requerente: Procuradoria Geral da República. Relator: Min. Ayres Britto. 5 de maio de 2011).

como a investigação de campos de luta política e de direitos humanos, ou ainda à construção de processos de criação de identidade desses indivíduos.<sup>7</sup>

A homoparentalidade é um neologismo datado de 1997, utilizado pela primeira vez em Paris, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas, para se referir a um indivíduo homoafetivo que tem ou pretende ter um ou mais filhos.<sup>8</sup> Dentre as possibilidades de homossexuais vivenciarem a parentalidade, destacam-se três principais: a primeira seria a recomposição, em que um membro do casal traz para sua nova relação um filho fruto do relacionamento heterossexual anterior do parceiro; a segunda maneira seria a adoção promovida pelo casal, e a terceira a partir do uso das novas tecnologias reprodutivas, como a inseminação artificial; sendo que a parentalidade socioafetiva está associada a todas as formas anteriormente mencionadas.

Evidente que a nova dimensão da família provoca uma releitura das regras jurídicas que orientam a formação da parentalidade: a afetividade ascendeu um novo patamar no Direito das Famílias, recebendo contornos de valor e princípio, fazendo com que a família esteja fundamentalmente calcada no afeto.

Por outro lado, a ausência de concretização da igualdade e de atribuição do *status* de cidadania às uniões homoafetivas é percebida pelo fato de que a violência contra indivíduos homoafetivos ocorre em diversos planos, em especial, com a exclusão social desse grupo e a minguada tutela jurídica que lhes é reservada. As prerrogativas sociais dessas pessoas raras vezes são realizadas, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à justiça, ao planejamento familiar, à liberdade e à vida digna.

Não haverá cidadania na família enquanto não houver a plena cidadania social<sup>9</sup>, que conclama o reconhecimento da pluralidade constitucional das entidades familiares. Abordar a cidadania implica refletir acerca da igualdade, eis que a efetivação de direitos que nivelem as condições de tratamento dos indivíduos, consideradas suas particularidades, pressupõe, também, a valorização de suas particularidades.

Nancy Fraser disserta com lucidez acerca da temática da desigualdade social e da violação de direitos humanos, no âmbito das famílias. A partir da teoria da redistribuição e do reconhecimento, a filósofa, ao abordar acerca de justiça social, retrata a existência de uma

---

<sup>7</sup> UZIEL, Ana Paula et. al. **Parentalidade e conjugalidade**: aparições no movimento homossexual. Porto Alegre: Horizontes antropológicos, 2006.

<sup>8</sup> ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 26, p. 123-147, 2006.

<sup>9</sup> FACHIN, Luiz Edson. Família, direitos e uma nova cidadania. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Família e cidadania**: o novo CCB e a vacatio legis. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 20.

demanda redistributiva, na qual se busca uma distribuição mais justa de recursos e bens, e uma política de reconhecimento.

Enquanto constata a existência de injustiças advindas de uma política distributiva falida e de um estigma social discriminador, a filósofa propõe elaborar um conceito de justiça abrangente, que seja capaz de acomodar tanto as reivindicações por igualdade social, que implicam mudanças culturais, valorização da diversidade, e rompimento de paradigmas, quanto aquelas reivindicações por reconhecimento da diferença.<sup>10</sup> Fraser aponta um enfoque bidimensional de luta nos novos movimentos sociais, em que políticas redistributivas são necessárias para superar os efeitos de uma política econômica desigual, que incide nos indivíduos homoafetivos, bem como as políticas de reconhecimento, que são fundamentais para lidar com os problemas relacionados ao *status* homossexual, marcado pela exclusão, marginalização social e ausência de direitos.

Dialogar sobre os direitos homoafetivos consiste em dialogar, essencialmente, sobre direitos humanos, consagrados como universais, interdependentes, indivisíveis e interrelacionados pela Organização das Nações Unidas. Em âmbito internacional, o marco principal da proteção dos indivíduos homoafetivos foram os Princípios de Yogyakarta<sup>11</sup>, um documento que teve, como objetivos principais, apresentar normas que aperfeiçoariam a proteção dos direitos humanos aplicados ao grupo LGBTI, constatar em que medida se dava a aplicação dos tratados de direitos humanos aos casos específicos, e também verificar a obrigação dos Estados em relação à efetiva implementação de cada um destes direitos.

O reconhecimento da paternidade ou maternidade, no âmbito da família homoafetiva, deflagra todos os efeitos pessoais e patrimoniais que são inerentes ao parentesco natural. Resta ao Poder Legislativo elaborar normas que tutelem os direitos relativos à família homoafetiva, em especial, no que tange ao direito à parentalidade de tais casais. É necessário que haja a regulamentação sobre o reconhecimento da homoparentalidade, para findar os debates que surgem quando do registro dos menores.

Assim, a relevância do tema estudado encontra-se nas mudanças que a entidade familiar vem experimentando e, conseqüentemente, seus reflexos sociais e jurídicos. O reconhecimento do direito à homoparentalidade desafia juristas, que se veem obrigados a

---

<sup>10</sup> FRASER, Nancy. *La justicia social en la era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación*. In ***Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico***. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Fundación Paideia Galiza y Ediciones Morata, 2006.

<sup>11</sup> CORRÊA, Sonia Onufer; MUNTARBHORN, Vinit. **Princípios de Yogyakarta**: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: jun. 2019.

discutir e decidir acerca da concessão da adoção de crianças e adolescentes aos casais homoafetivos, bem como dos reflexos da utilização de técnicas de reprodução assistida nesses agrupamentos familiares, ou então sobre o reconhecimento da filiação socioafetiva, a emergir independente do vínculo biológico, quando verificado o estado de filiação, a posse do estado de filho e a valoração do afeto como valor jurídico e formador de núcleo familiar.

O problema norteador da presente pesquisa decorre das lacunas no ordenamento jurídico que dificultam o exercício do direito à homoparentalidade dos casais homossexuais por meio da adoção, da reprodução humana assistida ou então através do reconhecimento do vínculo socioafetivo. Assim, o recorte dado ao estudo vai além do exercício da monoparentalidade, pretendendo abranger, nesse sentido, a possibilidade de se conceder a tutela jurídica paterno-filial àquele que não participa do processo de adoção, àquele que não é inseminado ou ao que não detém o vínculo biológico, a fim de se obter a biparentalidade masculina ou feminina, tendo em vista a busca pela valorização máxima da efetivação da dignidade da pessoa humana.

Para que haja o pleno reconhecimento da filiação e da parentalidade no âmbito dos casais homoafetivos, é necessário, de início, que se reconheça, juridicamente e socialmente, a existência da família homoafetiva. De tal forma que, após feita a introdução, o segundo capítulo do trabalho cuida, em especial, de alocar a família formada por indivíduos do mesmo sexo na perspectiva brasileira social e jurídica, ou seja, demonstrando a sua existência no plano fático a ensejar o pleno e formal reconhecimento no ordenamento pátrio.

Para tanto, inicia-se o capítulo fazendo uma análise da família homoafetiva sob a ótica constitucional instaurada a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, elencando o princípio da dignidade da pessoa humana ao posto de elemento fundante da ordem jurídica. Após, parte-se ao estudo dos “novos” direitos e seus reflexos na família, emergindo nos anos 1970 e 80, a partir de novos sujeitos coletivos transformadores, envoltos ao objetivo comum de realização das necessidades humanas fundamentais, favorecendo a formação de um paradigma de cultura política que se desvincule das antigas formas de representação da sociedade.

Evidente que esse cenário propicia uma evolução nos contornos familiares, culminando na pluralização das formas de família, com diversas implicações nas relações de parentesco. Objetivando demonstrar como se deu o progresso do instituto familiar ao longo dos anos, faz-se um breve resgate histórico, a partir do direito romano, até atingir os dias atuais.

Assim, o direito contemporâneo revela o dever do Estado, da família e da sociedade em assegurar, a cada integrante, o direito e o exercício pleno da sua dignidade,



expressa pelo direito à vida, à convivência familiar, ao respeito à liberdade e à igualdade. O reconhecimento da família homoafetiva e a garantia da homoparentalidade são eventos aptos a demonstrar a efetivação dos direitos sociais através das políticas públicas, compreendidas como a organização, planejamento, execução e validação de ações voltadas ao atendimento das demandas sociais.

O terceiro capítulo será dedicado a abordar a homoparentalidade em seus contornos mais amplos, analisando as possibilidades de sua formação no aspecto jurídico brasileiro, através da incidência direta dos princípios de Direito das Famílias, conferindo-lhe aspecto de direito fundamental, tendo em vista a profunda relação do direito ao planejamento familiar e à parentalidade com os direitos humanos fundamentais e direitos da personalidade. Ainda, considerando que a constituição dos laços de parentesco irradia consequências tanto no âmbito do Direito Público quanto no do Direito Privado, analisam-se os efeitos jurídicos de ordem pessoal e patrimonial, nesse sentido.

Já no quarto capítulo, passa-se ao estudo de uma das formas de constituição do vínculo homoparental: a adoção. A adoção por indivíduo homoafetivo já encontra proteção no manto da lei e da jurisprudência, pois é pacificado o entendimento de que, preenchidos os requisitos do artigo 42, do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser concedida a adoção. Por outro lado, incoerentemente, a adoção, quando promovida por casais homoafetivos, ainda se apresenta como tema polêmico, a ensejar a negativa de vários juízes do país.

Dessa maneira, aborda-se o aspecto histórico da adoção, analisando-se a evolução legislativa brasileira até chegar aos dias atuais. Tendo em vista que, no Direito brasileiro, a legitimidade de determinados aspectos das relações de família se deslocou da norma para o âmbito das decisões judiciais, buscando conhecer como os Tribunais têm tratado a questão da adoção promovida por casais homoafetivos, expõe-se pesquisa jurisprudencial qualitativa realizada junto ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Indiscutivelmente, a possibilidade da adoção promovida por indivíduos homossexuais é um dos temas mais abordados nos Tribunais, recentemente, em matéria de Direito das Famílias, revelando uma forte controvérsia social que resulta em posicionamentos diversificados no âmbito da jurisprudência nacional.

Por fim, no último capítulo, passa-se ao estudo da homoparentalidade ectogenética. O uso da reprodução assistida apresenta-se como uma demanda crescente, considerando que, diante dos avanços técnico-científicos, possibilitou-se o nascimento de

novos seres sem a prática de qualquer ato sexual: a “medicalização da reprodução humana”<sup>12</sup> tornou-se uma opção para viabilizar o exercício do direito ao planejamento familiar, dentro da família homoafetiva.

Diante da relevância social do tema, o Poder Público assume a obrigação de proporcionar o acesso à informação relativa às técnicas existentes de reprodução assistida a toda a sociedade, de maneira a cientificá-la e orientá-la sobre o direito à paternidade e à maternidade, inclusive no âmbito da família homoafetiva. O grande obstáculo encontra-se na escassa legislação acerca da matéria que, talvez pela controvérsia do tema, não é colocada em pauta pelos legisladores.

Deve-se mencionar que a paternidade socioafetiva acaba por tangenciar as demais formas de constituição da parentalidade, como a reprodução assistida e a adoção, já que, em todas elas, o afeto desponta como fator primordial para o surgimento do vínculo parental.

Assim, a fim de atingir os objetivos pretendidos, esta pesquisa terá como suporte ampla bibliografia referente à matéria do Direito das Famílias, analisando posicionamentos de diversos autores acerca do tema, dos quais se pretende expor conceitos e teses aptos a propiciar a explanação científica do conteúdo proposto. A análise bibliográfica atentar-se-á, principalmente, para a historicidade e evolução do conceito de família e filiação, seus contornos e influências no meio social e jurídico, favorecendo o entendimento do objeto do trabalho.

Para fundamentar o estudo, utilizou-se o auxílio de doutrina consagrada do Direito das Famílias, em especial, os ensinamentos de Maria Berenice Dias<sup>13</sup>, Paulo Luiz Neto Lôbo<sup>14</sup>, Guilherme Calmon Nogueira da Gama<sup>15</sup>, Marianna Chaves<sup>16</sup>, Cristiano Chaves Farias e Nelson Rosenvald<sup>17</sup> e Rodrigo da Cunha Pereira<sup>18</sup>. Evidente que diante da notável proximidade do tema com a base dos direitos fundamentais, o trabalho socorreu-se de

---

<sup>12</sup> CORREA, Marilena Cordeiro Dias Villela. Ética e reprodução assistida: a medicalização do desejo de ter filhos. **Revista de Bioética e Ética Médica**, Conselho Federal de Medicina, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: [http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/download/246/246](http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/download/246/246). Acesso em: jun. 2020.

<sup>13</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

<sup>14</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

<sup>15</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação**: o biodireito e as relações parentais – o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

<sup>16</sup> CHAVES, Marianna. **Homoafetividade e direito**: proteção constitucional, uniões, casamento e parentalidade. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2015.

<sup>17</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: famílias. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016.

<sup>18</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha; DIAS, Maria Berenice. **Direito de família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey/IBDFAM, 2002.

estudiosos da área como Robert Alexy<sup>19</sup>, Nancy Fraser<sup>20</sup>, Antônio Alberto Machado<sup>21</sup>, Antônio Carlos Wolkmer<sup>22</sup>, principalmente. Finalmente, foram consultados instrumentos de proteção de direitos internacionais, além de artigos e teses científicas nacionais, tendo em vista que a abordagem da temática é recente no Brasil.

O objetivo geral da pesquisa é abordar as diferentes possibilidades de efetivação do direito à paternidade/maternidade no seio da família homoafetiva. Assim, pretende-se verificar em que medida se dá a efetivação do princípio da afetividade, do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e do direito à parentalidade, representados na possibilidade do reconhecimento da filiação socioafetiva, da adoção ou através do uso da reprodução assistida por casais homoafetivos.

Tem-se que o presente estudo será estruturado sob o enfoque da dialética jurídica, considerando a noção da complexidade das relações sociais, que não podem ser compreendidas em sua plenitude a partir do discurso dogmático. Isto significa que se pretende expor uma teoria jurídica que contribua para a transformação, em clara oposição ao positivismo estático.

Assim sendo, no estudo e desenvolvimento da pesquisa em tela será utilizado, como método de pesquisa, a abordagem dedutiva. A partir deste, pretende-se utilizar teorias já existentes para analisar, ampla e profundamente, os aspectos jurídicos e sociais relacionados à evolução da família frente à constitucionalização do Direito Civil, sintetizando-os para demonstrar a existência da família homoafetiva e a produção de seus efeitos na seara jurídica, como, por exemplo, o direito à parentalidade.

Em um processo dialético de inclusão e complementação, serão utilizados tanto o modelo teórico analítico, de maneira a expor o caráter formalista e sistemático da legislação atual, quanto o modelo hermenêutico, que se constrói como um sistema jurídico aplicado e compreensivo das condutas humanas, uma vez que se pretende demonstrar as diversas maneiras com que se torna efetivo o direito à parentalidade dos casais homoafetivos. Logo, enquanto fenômeno jurídico, social e cultural, há a necessidade de se questionar os institutos já

---

<sup>19</sup> ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

<sup>20</sup> FRASER, Nancy. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia. (coords.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

<sup>21</sup> MACHADO, Antônio Alberto. **Elementos de teoria dos direitos fundamentais**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

<sup>22</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico**. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.

positivados no ordenamento jurídico nacional, que reproduzem o *status quo*, e estão em descompasso com as demandas de transformação da realidade.

Considerando que a família é o fenômeno da humanidade, responsável pela formação da sociedade, torna-se indispensável o estudo interdisciplinar da matéria, motivo pelo qual os aspectos sociais, políticos e biológicos também serão estudados através de obras literárias que remetem aos campos da ciência política, da sociologia, da psicologia, da antropologia e da ciência biológica.

Os dados serão obtidos a partir da construção doutrinária, jurisprudencial e normativa, principalmente, a Constituição Federal, o Código Civil e legislação infraconstitucional relacionada ao tema. Todas as fontes de direito apontadas e os métodos de pesquisa a serem adotados contribuirão para o direcionamento conclusivo final do presente estudo.

## 2 A ANÁLISE DA FAMÍLIA HOMOAfetiva NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEA

A partir da evolução tecnológica e científica, que marca a era atual e imprime na sociedade suas consequências e desdobramentos, verificam-se, por óbvio, alterações nas concepções jurídico-sociais até então vigentes no sistema. Isso porque o homem é, naturalmente, um ser social, que vive e se desenvolve em comunidade e, por meio de tal convívio, forma relações sociais, produz valores e crenças, que são compartilhados entre os indivíduos. Assim, considerando que a sociedade está em permanente evolução, tem-se que, da mesma maneira, são transformados, também, seus comportamentos e ideologias, que se traduzem nas manifestações culturais e no ordenamento jurídico vigente.

Nesse sentido, a partir da segunda metade do século XX, em especial, o ambiente familiar nacional verificou profundas mudanças, tendo em vista as transformações nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, que culminaram na emergência de novas configurações familiares na contemporaneidade, pluralizando-as. Os novos valores e culturas que orientam a sociedade hodierna sobrepõem e rompem, definitivamente, com a ideia tradicional de família, até então formada, exclusivamente, pelo matrimônio, de caráter patriarcal e com o vínculo heterossexual.

Juridicamente, há que se mencionar que a promulgação da Constituição Federal, em 1988, propiciou um processo de releitura dos institutos tradicionais do Direito Civil, que passaram a ser orientados pelos princípios da dignidade da pessoa humana, do pluralismo, da igualdade, da liberdade, e da afetividade, pilares da ordem constitucional. Assim, ao se analisar o âmbito do Direito das Famílias, a partir da nova ótica principiológica constitucional, verifica-se que o patrimônio e as relações econômicas deixaram de ser o núcleo da família, deslocando-o para o afeto.

De fato, a Constituição Cidadã de 1988 elencou o princípio da dignidade da pessoa humana ao posto de núcleo fundante e estruturante de todos os demais direitos nela estabelecidos, exaltando o ser humano como indivíduo possuidor e merecedor de dignidade, em todos os aspectos de sua vida, como uma condição inerente à espécie humana. Logo, fixa-se a máxima de que este deve ser respeitado por suas escolhas, individualidades e similitudes.

Dentro do Direito das Famílias, a dignidade da pessoa humana traduz a ideia de igual proteção para todas as entidades familiares, bem como para todos os sujeitos nelas inseridos, sendo que, através desse novo processo de interpretação constitucional, seria indigno dar tratamento diferenciado aos variados tipos de constituição de família. Dessa maneira,

consegue-se visualizar a dimensão do espectro desse princípio, que tem contornos cada vez mais amplos, incidindo sobre uma enorme gama de situações.<sup>23</sup>

Dentre as mais importantes modificações trazidas pela Constituição, tem-se a redação do artigo 226, estabelecendo preceitos de cuja interpretação permite-se chegar à inclusão de entidades familiares não referidas explicitamente:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.  
 § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.  
 § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.  
 § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.  
 § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.  
 § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.  
 § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.  
 § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.  
 § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.<sup>24</sup>

Paulo Lôbo faz uma interessante dissecação do artigo em comento, sendo valorosa sua contribuição para o reconhecimento jurídico da família homoafetiva. O autor afirma que o *caput* do artigo traz uma “cláusula geral de inclusão”, em que se reconhece a existência de famílias para além daquelas contempladas pelo casamento, e, assim, aquelas elencadas no texto constitucional são compreendidas como meramente exemplificativas, não sendo admissível a exclusão de qualquer outra que preencha os requisitos de afetividade, estabilidade e ostensibilidade.<sup>25</sup>

Ainda, sustenta que o conteúdo do §4º, da mesma maneira, trabalha como cláusula geral de inclusão, tendo em vista a presença da expressão “também”, que traduz a ideia de incorporação de fato, sem a exclusão de outras entidades familiares. Em que pese a existência de civilistas que discordem da posição do autor, este, acertadamente, encerra a sua tese da seguinte maneira: “Se dois forem os sentidos possíveis (inclusão ou exclusão), deve ser

<sup>23</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 64-65.

<sup>24</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Poder Legislativo. **Diário Oficial de União**: Brasília, DF, Poder Legislativo, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: maio 2019.

<sup>25</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 61.

prestigiado o que melhor responda à realização da dignidade da pessoa humana, sem desconsideração das entidades familiares reais não explicitadas no texto.”<sup>26</sup>

Evidente a supremacia do princípio da dignidade da pessoa humana, a ensejar a tutela do direito em relação às diversas formas familiares verificadas no país. Sem embargo das entidades familiares explicitadas nos parágrafos do art. 226, da Constituição Federal, tem-se que as demais formações familiares estão implícitas no âmbito de abrangência e proteção constitucional, tendo em vista o conceito amplo e indeterminado de família indicado em seu *caput*.

Nessa mesma perspectiva de análise dos principais efeitos da promulgação da Constituição Federal na esfera da família, tem-se que somente a partir do texto constitucional é que se baniu toda e qualquer designação discriminatória relativa à filiação, nos termos dispostos no artigo 227, §6º, da Carta Política de 1988, ao disciplinar que os “filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”<sup>27</sup>

Apesar de não incluir, expressamente, a filiação socioafetiva, a Constituição Federal de 88 deu especial proteção e garantia à supremacia dos interesses dos filhos, sua cidadania e dignidade humana ao estatuir que a verdade biológica e a adotiva não mais deveriam encontrar resquício algum de diferenciação e tratamento. Nos dizeres de Pablo Stolze: “Nessa linha, é preciso admitir uma paridade harmônica — e não uma verticalidade opressora — entre as formas de parentesco natural e civil.”<sup>28</sup>

Logo, a partir da promulgação da Constituição Federal, elencou-se a família como a base da sociedade, merecedora de especial atenção do Estado. A família deixou de ser compreendida como um núcleo econômico, voltado para a reprodução, para gozar do status de unidade de afeto, avançando, assim, para uma compreensão socioafetiva, compreendida como o “núcleo privilegiado para o desenvolvimento da personalidade humana.”<sup>29</sup>

De fato, a Carta Magna, ao assumir o respeito à dignidade da pessoa humana como ordem nuclear da órbita constitucional, valor fundante do Estado Democrático de Direito, afirmou serem dignos de proteção jurídica os relacionamentos afetivos independentemente da

---

<sup>26</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 61.

<sup>27</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Poder Legislativo. **Diário Oficial de União**: Brasília, DF, Poder Legislativo, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: maio 2019.

<sup>28</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**: direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 695.

<sup>29</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: famílias. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016. p. 37.

identificação do sexo do par. A interpretação constitucional deve levar à concretização máxima do princípio analisado, sendo que, ao intérprete, cabe a obrigatoriedade de incluir, no âmbito normativo e jurisdicional, os elementos de efetividade que permitam a solução do problema que lhe é exposto.

Na apreciação dos casos concretos, tendo em vista a realidade dos conflitos humanos que não podem ser relegados por convicções inadequadas ou supostas lacunas legais, o Supremo Tribunal Federal, em decisão histórica, interpretou o art. 1.723, do Código Civil, conforme a Constituição Federal, declarando as uniões homoafetivas como entidades familiares, a ensejar a aplicação de todos os direitos e deveres das uniões estáveis.

Em maio de 2011, a Suprema Corte brasileira de Justiça julgou, conjuntamente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4277<sup>30</sup>, ajuizada pela Procuradoria Geral da República, e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 132<sup>31</sup>, ajuizada pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, suprindo a lacuna na legislação. No julgamento conjunto, asseverou-se pelo reconhecimento da união pública, contínua e duradoura entre pessoas do mesmo sexo, a ser reconhecida e tutelada pelo Direito como uma entidade familiar, declarando que da união homoafetiva decorrem os mesmos direitos e deveres que provêm da união estável entre o homem e a mulher.

A partir da análise do teor dos votos dos Ministros, verifica-se que foi unânime a conclusão atingida de que o Supremo Tribunal Federal, enquanto órgão supremo da justiça brasileira, detentor do dever, atribuído pela Carta Cidadã, de assegurar a aplicação efetiva e a proteção dos direitos e garantias fundamentais, não poderia coadunar com a omissão do Poder Legislativo e fechar os olhos para uma realidade há muito existente na sociedade, deixando de tutelar os direitos decorrentes de uma união homoafetiva.

O reconhecimento formal das uniões estáveis homoafetivas como entidades familiares, embasado nos princípios constitucionais, representou um grande avanço para a sedimentação dos direitos a serem atribuídos aos indivíduos homoafetivos que se unem para constituir uma família, além de apontar uma tendência para a afirmação do casamento civil homoafetivo.

---

<sup>30</sup> BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Plenário, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADI+4277%29&base=baseAcordados>. Acesso em: jul. 2019. (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132/Rio de Janeiro. Requerente: Governador do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Ayres Britto. 5 de maio de 2011).

<sup>31</sup> Id. **Supremo Tribunal Federal**. Plenário, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADI+4277%29&base=baseAcordados>. Acesso em: jul. 2019. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277/Distrito Federal. Plenário, Brasília, DF. Requerente: Procuradoria Geral da República. Relator: Min. Ayres Britto. 5 de maio de 2011).



Para além, Maria Berenice Dias, em uma análise da extensão do princípio da dignidade da pessoa humana, destaca o princípio da liberdade, sendo que, a partir deste, “Todos têm a liberdade de escolher o seu par ou pares, seja do sexo que for, bem como o tipo de entidade que quiser para constituir sua família.”<sup>32</sup> Assim, a compreensão contemporânea do Estado Democrático de Direito requer, além da não invasão ilegítima do Estado nas esferas individuais, a promoção positiva da liberdade, na busca pela criação de condições de desenvolvimento da personalidade de cada pessoa, em especial, reconhecendo e tutelando direitos à família homoafetiva.

Dessa forma, tem-se que as uniões homoafetivas são constitucionalmente protegidas enquanto unidade familiar.<sup>33</sup> A família homoafetiva, que tenha sua origem em um vínculo de afeto, deve, então, ser identificada como entidade familiar. Frente às garantias constitucionais, hialina a inclusão de todos os cidadãos sob o manto da tutela jurídica, vez que, com a constitucionalização da família, tem-se a obrigatória proteção do indivíduo nas suas estruturas de convívio, independentemente de sua orientação sexual.<sup>34</sup>

## 2.1 A EMERGÊNCIA DOS “NOVOS” DIREITOS E SEUS REFLEXOS NA FAMÍLIA

A moderna cultura jurídica foi engendrada no Brasil através de um longo processo interativo de fatores, cuja dinâmica expressou o fenômeno histórico de que cada época reproduz uma ordem jurídica específica, vinculada às relações sociais verificadas e às necessidades humanas de cada época. Sendo assim, as carências, as contendas e os impasses apresentados pela sociedade no início deste milênio propiciaram o surgimento de “novos” direitos que desafiam e movimentam a dogmática jurídica tradicional.<sup>35</sup> Acerca do processo de surgimento de direitos, Norberto Bobbio assim disserta:

[...] os direitos do homem [...] são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. Nascem quando devem ou podem nascer.<sup>36</sup>

<sup>32</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. P. 65-66.

<sup>33</sup> Ibid. p. 622.

<sup>34</sup> Ibid. p. 622.

<sup>35</sup> WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas**, uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003.

<sup>36</sup> BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 5.

Inicialmente, há que se compreender a dinâmica do espaço local em que se pretende abordar a temática então proposta. No presente momento, não se intenciona realizar uma digressão histórica, mas, tão somente, promover um esboço da arquitetura da sociedade atual.

Aproximadamente a três décadas atrás, percebeu-se um movimento que se avizinhava aos interesses subjetivos, em uma busca pela superação dos interesses individuais e consequente aproximação à solução de conflitos de massa e à tutela de interesses metaindividuais. Por esta razão, verifica-se, no ordenamento jurídico, o surgimento de leis específicas, tutelando temas que, até então, não faziam parte do mundo do direito, como são os casos da Lei n. 7347/85, Lei da Ação Civil Pública, da Lei n. 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei n. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, bem como a inclusão de dispositivos na Carta Constitucional abordando o tema dos direitos da personalidade.<sup>37</sup>

Em meio a este panorama, auxiliado pelos movimentos em prol dos Direitos Humanos, verifica-se o crescimento das demandas em busca da emancipação jurídica, política e social da mulher, impulsionadas, ainda, pelo próprio movimento feminista, em conjunto com os avanços tecnológicos e científicos da sociedade, novos anseios da comunidade, maior demanda de mão de obra e consequente ingresso da mulher no mercado de trabalho.<sup>38</sup>

A partir da primeira e segunda Guerras Mundiais, a mulher foi inserida no mercado de trabalho para suprir o vazio deixado pelos homens e para preencher uma demanda surgida com a eclosão da guerra. Como reflexos desse marco histórico, tem-se uma maior visibilidade às mulheres na vida pública, por meio da participação e mobilização na esfera social e política, a ampliação da autonomia feminina, e a ocupação feminina em antigos nichos ocupacionais tipicamente masculinos.<sup>39</sup>

Há, portanto, a concretização de demandas jurídicas inéditas, a partir da edição de leis que reforçam as aspirações e anseios sob a perspectiva feminina, contrapondo-se ao antigo modelo patriarcal e hierárquico da sociedade.<sup>40</sup> Nesse sentido, tem-se o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121, de 1962)<sup>41</sup>, que afirmou a plena capacidade da mulher casada, equiparou os direitos dos cônjuges, além de resguardar os bens adquiridos com o fruto do

<sup>37</sup> WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas**, uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003.

<sup>38</sup> Ibid

<sup>39</sup> MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

<sup>40</sup> WOLKMER, op. cit.

<sup>41</sup> BRASIL. Lei n. 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 03 set. 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm). Acesso em: maio 2019.

trabalho da mulher. Posteriormente, a Lei do Divórcio (Lei nº 6.515, de 1977)<sup>42</sup> findou com a indissolubilidade do casamento.

Esse processo de redefinição dos contornos da condição jurídica da mulher, rompimento do paradigma matrimonial da família e hierarquização de direitos e deveres, atinge o ápice com a promulgação da Constituição Republicana de 1988. Instaure-se a igualdade entre o homem e a mulher, estende-se proteção à família constituída para além do casamento, abrangendo a união estável entre o homem e a mulher e ao agrupamento formada por qualquer dos pais e seus descendentes, consagra-se a igualdade dos filhos, havidos ou não do casamento, ou por adoção, garantindo-lhes os mesmos direitos e qualificações. Trata-se de um verdadeiro compilado de “novos” direitos, que positivam, em especial, a situação jurídica da mulher do século XX, passando a ser compreendida como inédito sujeito de direitos.

Exaltando o texto da Carta Cidadã de 1988, Flávia Piovesan destaca:

Introduz o texto constitucional avanço extraordinário na consolidação dos direitos e garantias fundamentais, situando-se como o documento mais abrangente e pormenorizado sobre os direitos humanos já adotado no Brasil. A Carta de 1988 consagra o fortalecimento da gramática dos direitos fundamentais, prevendo novos direitos e a titularidade de novos sujeitos de direitos (os sujeitos coletivos, como as associações, entidades de classe, sindicatos...).<sup>43</sup>

Tecer essas considerações é de elevada importância para a compreensão da arquitetura da família hodierna, no viés social e jurídico. Isso porque a família tem seu processo evolutivo atrelado ao próprio avanço da sociedade, volúvel às transformações culturais, conquistas da humanidade e descobertas científicas: “É a realidade viva, adaptada aos valores vigentes.”<sup>44</sup> É nesse sentido que Wolkmer tece sua tese de que a fonte primária do direito não está na vontade de uma autoridade ou de um poder legiferante, mas, sim, situa-se na dinâmica espontânea da própria sociedade e as suas necessidades fundamentais almejadas.<sup>45</sup>

A família da pós-modernidade, enquanto uma instituição jurídica e social, é carimbada pelo afeto, que culmina na sua pluralidade de formações e na inovação de seu propósito, que passa a ser a promoção do desenvolvimento da personalidade de todos os seus

<sup>42</sup> BRASIL. Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 dez. 1977. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm). Acesso em: maio 2019.

<sup>43</sup> PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

<sup>44</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: famílias**. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016. p. 35.

<sup>45</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

membros. O processo de evolução social fez com que o escopo da família passasse a ser a solidariedade, na busca pelo aperfeiçoamento e progresso humano.

Com efeito, na construção da sociedade moderna, a separação entre público e privado na família deu margem à individualidade feminina, que, até então, só podia manifestar sua essência enquanto mãe e esposa, bem como à reformulação dos papéis masculinos, antes limitado a provedor e procriador. Através da Constituição Cidadã, possibilitou-se a maior igualdade entre os sexos, a afirmação da decomposição do casamento e o surgimento de modelos alternativos de relacionamento, à medida em que as pessoas procuram reconstruir suas vidas afetivas.

No âmbito da filiação, as famílias reconstituídas, frutos de rompimentos anteriores, com filhos entre os sujeitos, faz surgir núcleos familiares interconectados, e o aparecimento de sentimentos de paternidade e maternidade que, muitas vezes, não se misturam com o caráter biológico. Ainda, a biotecnologia revolucionou o conceito de filiação, passando a integrar aquela de vínculo biológico ou não, natural ou civil, realçando a importância do amor, transmutado em afetividade, recebendo, cada vez mais, o respaldo legal.<sup>46</sup>

A fotografia da família na pós-modernidade revela a valorização da individualidade humana, a adoção de instituições mais flexíveis, a valorização da inclusão e a busca pela formação integral e a realização pessoal plena de seus componentes.

## 2.2 EVOLUÇÃO DOS CONTORNOS FAMILIARES: A PLURALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES E SUAS IMPLICAÇÕES NO PARENTESCO

Clara e sinteticamente, Giselda Hironaka situa a família como uma entidade “ancestral como a história, interligada com os rumos e desvios da história, mutável na exata medida em que mudam as estruturas e a arquitetura da própria história através dos tempos.”<sup>47</sup> Tendo em vista a mutabilidade que atinge a sociedade como um todo, e, por conseguinte, as instituições, faz-se necessário analisar a evolução da instituição da família, núcleo fundamental e base sólida de toda a organização social, para se compreender, finalmente, a estruturação da família homoafetiva.

<sup>46</sup> MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito de família**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

<sup>47</sup> HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Família e casamento em evolução. **IBDFAM**, 21 out. 2001. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/14/Fam%C3%ADlia+e+casamento+em+evolu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: jun. 2020.

Deste modo, a família, em tempo algum, foi uma instituição assentada em critérios estagnados, fixos, recebendo influência da política, religião, da economia e da sociedade, e, por conseguinte, adaptando-se sempre. Evidente que a família esteve e está presente em qualquer sociedade, porém, diante da organização social, dos princípios morais, crenças religiosas, estrutura demográfica, dentre outros fatores, é inevitável que cada sociedade imprima à família traços inéditos.

Dentre suas diversas acepções, o conceito de família coaduna com a ideia de um agrupamento informal, de formação espontânea e estruturado pelo direito, como bem explica Maria Berenice Dias.<sup>48</sup> De fato, trata-se de uma construção cultural, dotada de uma dimensão psíquica, em que todos os integrantes ocupam um lugar e possuem uma função, sem que, necessariamente, estejam ligados biologicamente, conforme reza a mais atual hermenêutica.

Tendo em vista sua extensão e todos os seus incontáveis contornos, as dificuldades de se conceituar a ideia de família é compartilhada por diversos estudiosos do Direito. Assim relata Rolf Madaleno:

Por isso não é admissível preordenar espécies estanques de unidade familiar e destiná-las como emissárias únicas da proteção estatal, quando a sociedade claramente acolhe outros dignificantes modelos de núcleos familiares e demonstra que aquelas previamente taxadas não espelham todo o alicerce social da família brasileira.<sup>49</sup>

Como bem aduz Maria Berenice Dias, frente à impossibilidade de delimitar um conceito único de família, ideal que se fale em “famílias”, representando as suas multifacetadas formatações.<sup>50</sup> À vista disso, transportando a ideia para o mundo jurídico, a expressão “Direito das Famílias” melhor representa e protege, sem discriminar, as formações familiares que se apresentam no dia a dia, pelo que se esclarece, desde já, a escolha pela expressão “Direito das Famílias”, em detrimento à “Direito de Família”, a ser utilizada neste trabalho.

Pretendendo a efetiva percepção do significado da família na contemporaneidade, faz-se necessário esboçar, historicamente, o desenvolvimento do instituto familiar no contexto social e jurídico, eis que, desde o início dos tempos, a família se transfigurou, de forma a contemplar as necessidades e valores de cada época.

Dessa forma, em uma tentativa de expor os principais marcos para o Direito das Famílias, optou-se por recorrer, primeiramente, ao conceito concebido à época romana, quando a capacidade jurídica do indivíduo era condicionada ao seu estado familiar, em um cenário

---

<sup>48</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 42.

<sup>49</sup> MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 46.

<sup>50</sup> DIAS, op. cit. p. 44.

eminentemente patriarcal. Conforme expõe Pontes de Miranda, “[...] a palavra família aplicada aos indivíduos, empregava-se no Direito Romano em acepções diversas”<sup>51</sup>, permitindo a sua associação àquele que possui o pátrio poder e aqueles que estavam sob sua autoridade, incluindo também a propriedade de escravos e servos. Nessa época, o critério predominante na determinação do parentesco não era a consanguinidade, mas sim a sujeição ao mesmo *pater familias*.<sup>52</sup>

A partir da decadência do Império Romano e a ascensão do Cristianismo, verifica-se uma considerável alteração do significado da família. Na Idade Média, em razão do vasto domínio da Igreja, esta era a única responsável por assuntos relativos a casamento, legitimidade dos filhos e divórcio. Considerando que a Igreja só aceitava o sexo dentro do casamento e com finalidade exclusiva de procriação, aquilo que se afastasse desta regra era entendido como contrário a Deus, e, portanto, repudiado.<sup>53</sup>

Fazendo um avanço na história, é interessante notar a enorme influência da Revolução Industrial no século XVIII, no cenário da família, posto que o modelo familiar tradicional, centrado no pai de família, teve de ser abandonado em função das novas necessidades da coletividade, como a maior demanda de mão de obra e consequente inserção da mulher em atividades externas, no mercado de trabalho.<sup>54</sup>

O surgimento das máquinas minou a atividade artesanal, da forma como era concebida, provocando um intenso êxodo rural, desarticulando a atividade familiar.<sup>55</sup> A família migrou do campo para as cidades, passando a conviver em espaços menores, tornando-se nuclear, ou seja, restringindo-se ao casal e sua prole. A aproximação de seus membros propiciou o desenvolvimento do vínculo afetivo entre eles, surgindo a embrionária concepção de família baseada em laços de afetividade, carinho e amor.<sup>56</sup>

Por outro lado, a “despatriarcalização”<sup>57</sup> da família, no final do século XIX, não coadunava com a legislação verificada na época. O Código Civil de 1916 mantinha as estruturas patriarcais e se propunha a proteger a família constituída pelos “sagrados laços” do matrimônio, sendo esta indissolúvel, regrado pelo regime legal obrigatório da comunhão universal de bens, marginalizando as relações extramatrimoniais, que não recebiam qualquer reconhecimento ou

<sup>51</sup> MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 57.

<sup>52</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

<sup>53</sup> Ibid.

<sup>54</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

<sup>55</sup> MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

<sup>56</sup> GAGLIANO, op. cit.

<sup>57</sup> TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito de família**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 49.

efeito jurídico. Como bem lembrado por Maria Berenice Dias, existia, ainda que pouco utilizado na prática, o regime dotal, em que os bens da mulher eram entregues ao marido, para sua exclusiva administração, sendo que os rendimentos destes deveriam ser destinados a atender às necessidades do lar.<sup>58</sup>

A Constituição Federal de 1967 determinava que a família somente seria constituída através do casamento, deixando de regular qualquer outra forma de união, sendo este indissolúvel.<sup>59</sup> A legislação civil pretérita, de 1916, vedava o reconhecimento de filhos havidos fora do casamento, distinguia os direitos e deveres do marido e da mulher, hierarquizando a relação conjugal, previa a perda da plena capacidade da mulher, quando do casamento, tornando-se esta relativamente capaz e sujeita à autorização do marido para trabalhar. Além disso, cabia aos cônjuges apenas o desquite, forma de rompimento do casamento que, no entanto, não dissolvia o vínculo matrimonial, impedindo-os de casar novamente.<sup>60</sup>

Gradualmente, tendo em vista as transformações na sociedade e as necessidades que ali emergiam, passa-se a perceber certos avanços no âmbito jurídico. Em 1964, o STF editou a Súmula 380<sup>61</sup>, reconhecendo direitos patrimoniais aos companheiros que viviam em união estável. No mais, até então, as uniões formadas por indivíduos egressos de um casamento anterior não tinham a possibilidade de serem formalizadas. Essa situação só foi amparada quando a Lei do Divórcio (Lei n. 6.515 de 1977)<sup>62</sup> acabou com a indissolubilidade do casamento, permitindo a dissolução do vínculo conjugal. Para além, a referida lei disciplinou também outras matérias, como a guarda de filhos, a isonomia na filiação e o uso do nome.<sup>63</sup>

Quando a Carta de 1988 foi editada, o Código Civil vigente, que datava de 1916, demandava urgente atualização histórica e axiológica, visto que os valores que orientaram sua elaboração não eram compatíveis com os princípios humanistas que emergiam da redemocratização do Brasil. O Direito Civil sempre foi considerado o ramo do direito menos influenciado pelo Direito Constitucional, e, por muitos anos, as relações jurídicas interpessoais

---

<sup>58</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 483.

<sup>59</sup> MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito de família**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

<sup>60</sup> DIAS, op. cit. p. 458.

<sup>61</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula 380**. Data de publicação: maio de 1964. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2482>. Acesso em: jun. 2019.

<sup>62</sup> Id. Lei n. 6.515, de 26 de dez. de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 dez. 1977. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm). Acesso em: maio 2019.

<sup>63</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

formadas dentro do Direito Civil pareciam não ser afetadas pelas mudanças históricas, pouco importando que tipo de constituição política fosse adotada. O imobilismo verificado, por várias décadas, pelo Direito das Famílias, levou a um descompasso entre o direito legislado e as necessidades sociais.

Isso porque o aludido Código proclamava que o principal efeito do casamento era a formação da família legítima, sendo que todas as demais famílias estabelecidas eram tidas por ilegítimas, acarretando a ausência de direitos em diversos sentidos: proibia-se, por exemplo, doações ou benefícios testamentários do homem casado à concubina, ou a inclusão desta como beneficiária de contrato de seguro de vida. As uniões formadas sem o amparo do matrimônio eram identificadas com a denominação “concubinato”.<sup>64</sup>

A classificação estendia-se aos filhos, posto que aqueles que eram concebidos em relações extramatrimoniais, eram classificados como ilegítimos e não tinham sua filiação assegurada pela lei, podendo ser naturais, nascidos a partir de uma relação em que não havia impedimento matrimonial, e espúrios, nascidos de pais impedidos de contrair matrimônio. Somente os filhos naturais podiam ser reconhecidos, sendo necessário, para a deflagração de direitos, a legitimação pelo casamento dos pais.<sup>65</sup>

O conceito de família só recebeu visíveis alterações, de caráter ampliativo, a partir da edição da Constituição Federal de 1988 e também pelo Código Civil de 2002. Em especial, divergiu das antigas acepções tendo em vista as alterações nas suas finalidades, composição e papéis de seus integrantes.<sup>66</sup> Nesse mesmo sentido, as relações de parentesco também tiveram de se moldar à nova feição da família, resultado da novidade garantista e solidária advinda da ordem constitucional.

Dentre as principais reformulações propostas pela Constituição, tem-se expressa legitimação da entidade familiar para além daquela constituída pelo matrimônio, sendo mencionadas, no texto constitucional, a união estável e a família monoparental, conferindo-lhes um caráter de legitimidade. Vale lembrar que, em que pese a referência explícita a tais formas de família, trata-se de rol meramente exemplificativo, posto que, conforme já mencionado anteriormente, a Carta Magna, a partir da elevação do princípio da dignidade da pessoa humana como diretriz para a compreensão jurídica, inadmite o não reconhecimento da entidade familiar que preencha os requisitos de afetividade, estabilidade e ostensibilidade.

---

<sup>64</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: família**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

<sup>65</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 6: direito de família**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

<sup>66</sup> MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito de família**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.



O caráter ampliativo do conceito de família, claramente proposto pela Constituição de 88, impeliu uma verdadeira metamorfose no Direito das Famílias, até então confortável em suas bases sólidas, atreladas ao casamento. Essa reformulação, conforme compreensão de Eduardo de Oliveira Leite, permite o alargamento do conceito tradicional de família e, por conseguinte, gera efeitos devastadores na ordem jurídica do Direito das Famílias, que se pretendia pacificado pela tradição, pela ordem natural dos fatos e pela influência do direito canônico.<sup>67</sup>

Assim, afastam-se classificações como legítima ou ilegítima, que atingiam a família e os filhos, superando distinções impostas no parentesco baseado no casamento, bem como relações consanguíneas ou não. É nesse sentido que Conrado Paulino nota que o parentesco, sob a nova égide das relações familiares constitucionalizadas: “[...] migra para um conceito flexível e instrumental [...] tendo por origem não apenas o casamento – e inteiramente voltado para a realização espiritual e o desenvolvimento da personalidade de seus membros.”<sup>68</sup>

Portanto, percebe-se que os fatos sociais trabalham como verdadeiras molas propulsoras a propiciar a conformidade das normas jurídicas.

Os contornos da família hodierna influenciaram na definição de parentesco em um sentido mais amplo, com uma feição pluralista, à realidade complexa que se afigura no mundo contemporâneo. A evolução de engenharia genética e a presença marcante no afeto nas relações humanas viabilizou um novo conceito para o parentesco: “Múltiplo. Aberto. Sem limitações ou preconceitos.”<sup>69</sup>

A análise da Constituição Federal de 1988 revela o novo paradigma jurídico do século XXI, que se mostra vinculado à cautela das liberdades individuais, à ideia de igualdade e não discriminação, à exaltação da dignidade humana em sua máxima expressão, sendo que todos estes valores figuram como axiomas superiores e norteadores da sociedade. Essa compreensão oportuniza a assunção de novas modalidades de família, a ensejar a discussão de novos direitos a serem tutelados, na defesa de cada um de seus integrantes visando sempre os preceitos listados anteriormente.

Após todo o exposto, viável explicitar os conceitos adotados, no presente trabalho, para caracterizar a família e o parentesco, institutos basilares para a tipificação social e jurídica da homoparentalidade. Toma-se o parentesco como o vínculo, de origem

---

<sup>67</sup> LEITE, Eduardo de Oliveira. A Família Monoparental como entidade familiar. In: ALVIM, Teresa Arruda. **Direito de Família: aspectos constitucionais, civis e processuais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

<sup>68</sup> ROSA, Conrado Paulino da. **Curso de direito de família contemporâneo**. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

<sup>69</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: famílias**. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016. p. 541.

consanguínea ou não, que une determinadas pessoas, acarretando diversos efeitos jurídicos. Por essa mesma perspectiva, a família, neste momento, é compreendida como o agrupamento informal, de formação espontânea e estruturado pelo Direito, constituindo elemento de propulsão do homem ao desenvolvimento máximo de sua dignidade e personalidade.

É perceptível que a família e todos os seus contornos são modulados conforme as condições do tempo-espço em que se encontram, ora avançando, ora retrocedendo, conservando-se ou reinventando-se, sendo que a principal característica da atual constituição familiar é a formação de configurações familiares fundamentados pelo afeto.

### 2.3 O PAPEL DA CIDADANIA NA IMPLEMENTAÇÃO DO RESPEITO ÀS DIVERSAS FORMAS DE FAMÍLIA

A cidadania não é tida como um conceito estagnado, mas sim compreendida como um conceito histórico, eis que seu sentido varia no tempo e espaço, em especial, sob a perspectiva de dois elementos: titularidade e conteúdo. Evidente que o processo de ampliação da cidadania decorre de seu caráter de construção e de luta por direitos.<sup>70</sup>

Nesse sentido, a hodierna concepção de cidadania consolidou-se devido à inúmeras questões advindas de uma ordem e de influências globalizantes. A nova cidadania está ligada aos novos movimentos sociais, representados por inúmeros agentes, abrindo novas dimensões para a inserção dos indivíduos. Trata-se de um processo contínuo de emancipação por meio de conquistas.<sup>71</sup>

Assim, observa-se uma sincronia entre a concretização do conceito moderno de cidadania e o conceito dos Direitos Humanos e do Estado de Direito.<sup>72</sup> Na atualidade, a cidadania é compreendida como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis são necessários às liberdades individuais, como a liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento, o direito fundamental à vida, à propriedade e à igualdade perante a lei, enquanto os direitos políticos compreendem as participações dos indivíduos no exercício do poder

---

<sup>70</sup> CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. Reflexões sobre cidadania, direitos fundamentais e nacionalidade. **Revista Eletrônica de Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v.4, n.3, 2009. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica). Acesso em: jun. 2019.

<sup>71</sup> SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. **Nova Cidadania: um conceito pós-moderno**. Santa Maria, RS, 2002. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/novacidadania.html>. Acesso em: jun. 2019.

<sup>72</sup> PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

político. Já os direitos sociais referem-se à garantia do direito a um mínimo de bem-estar, à segurança de levar a vida de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.<sup>73</sup>

Hialino que a cidadania, tal como exposta, tem por pressuposto o reconhecimento por parte do Estado de uma série de direitos aos indivíduos. Foi a partir do estabelecimento do Estado Social de Direito que o discurso da cidadania tomou um novo rumo, eis que não mais bastava a garantia da igualdade formal dos cidadãos, pois se objetivava a promoção da igualdade real.<sup>74</sup>

Anteriormente, a valorização da igualdade formal propiciou a exclusão de diferenças, que foram apagadas e desconsideradas, mas com o fortalecimento político das minorias foi se equacionando essa relação.<sup>75</sup> A proposta, segundo a historiadora Joan Scott, seria o fortalecimento da vida democrática a partir da desconstrução da antítese “igualdade/diferença”, sugerindo a ideia de diferenças múltiplas na sociedade que não se excluem, mas se complementam.<sup>76</sup>

No Direito brasileiro, a Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo no que tange à proteção e garantia de direitos humanos e cidadania, em especial no âmbito da família. Constitucionalizou-se a proteção da dignidade da pessoa humana, cristalizando-a como objetivo principal da Carta Constitucional, e a promoção do bem comum.<sup>77</sup>

Como poeticamente ilustrado pelo Ministro, Jurista e Magistrado, Luiz Edson Fachin:

O domicílio da cidadania da família brasileira ainda não foi fixado. Sobre a mesa da contemporaneidade está o que se relegou sob os véus da formação histórica e cultural do Brasil. O legado histórico é o da lei de exclusão, presente na permanência de valores cravados num tempo e num espaço.<sup>78</sup>

<sup>73</sup> CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. Reflexões sobre cidadania, direitos fundamentais e nacionalidade. **Revista Eletrônica de Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v.4, n.3, 2009. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica). Acesso em: jun. 2019.

<sup>74</sup> Ibid.

<sup>75</sup> FERNANDEZ, Osvaldo. Homossexuais, cidadania e direitos humanos no Brasil. In: VENTURINI, Gustavo. (Org.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

<sup>76</sup> Ibid.

<sup>77</sup> MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito de família**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

<sup>78</sup> FACHIN, Luiz Edson. Família, direitos e uma nova cidadania. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Família e cidadania: o novo CCB e a vacatio legis**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 15.

Não haverá cidadania na família enquanto não houver a plena cidadania social,<sup>79</sup> que conclama o reconhecimento da pluralidade constitucional das entidades familiares. Abordar a cidadania implica refletir acerca da igualdade, eis que a efetivação de direitos que nivelem as condições de tratamento dos indivíduos, pressupõe, também, a valorização de suas particularidades. Nas palavras de Osvaldo Fernandez:

No diálogo entre a maioria e as minorias (sexuais) é que a democracia avança, equacionando o paradoxo da igualdade social e das diferenças, do respeito à diversidade e aos valores democráticos, promovendo a cidadania e o reconhecimento dos homossexuais ou LGBT como sujeitos políticos que demandam por direitos, políticas afirmativas e proteção social.<sup>80</sup>

A abrangência do princípio da igualdade não se restringe a equiparar os cidadãos diante da norma legal estabelecida, mas determina que a própria lei não seja editada em desconformidade com a isonomia, ou seja, o Direito não deve ser fonte de perseguições ou privilégios, mas sim instrumento de pacificação social.

A ausência de concretização da igualdade e de atribuição do *status* de cidadania às uniões homoafetivas é percebida pelo fato de que a violência contra indivíduos homoafetivos ocorre em diversos planos, em especial, com a exclusão social desse grupo e a minguada tutela jurídica que lhes é reservada. As prerrogativas sociais dessas minorias sexuais raras vezes são realizadas, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à justiça, ao planejamento familiar, à liberdade e à vida digna.

É função do Direito propiciar instrumentos hábeis para a proteção e promoção da dignidade de indivíduos homoafetivos, combativos da violência estrutural e da desigualdade social que tanto os afeta.

Com o exercício pleno da cidadania por grupos até então excluídos há um incremento da vida democrática na sociedade – tendo-se em vista que o reconhecimento jurídico de determinados direitos e o reconhecimento social de alguns grupos (os destinatários daqueles direitos) estão interligados, podendo um ser consequência ou, ao menos, facilitador de mudanças em relação ao outro.<sup>81</sup>

<sup>79</sup> FACHIN, Luiz Edson. Família, direitos e uma nova cidadania. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Família e cidadania: o novo CCB e a vacatio legis**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 20.

<sup>80</sup> FERNANDEZ, Osvaldo. Homossexuais, cidadania e direitos humanos no Brasil. In: VENTURINI, Gustavo. (Org.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 130.

<sup>81</sup> MATTAR, Laura Davis. Desafios e importância do reconhecimento jurídico dos direitos sexuais frente aos direitos reprodutivos. In: PIOVESAN, Flavia; IKAWA, Daniela. (Org.). **Direitos humanos: fundamento, proteção e implementação; perspectivas e desafios contemporâneos**. Curitiba: Editora Juruá, 2007.

O Brasil, país de cultura altamente hierárquica e desigual, onde a ausência explícita do indivíduo homoafetivo como sujeito de direitos, acrescido do fato do alto nível de violência e discriminações, revela um quadro de verdadeira desigualdade estrutural. As minorias sexuais, que romperam com o modelo heteronormativo de orientação sexual e identidade de gênero, clamam por sua cidadania e pelo reconhecimento como sujeitos de direitos frente ao Estado Moderno.

É pertinente analisar a temática da desigualdade social e da violação de direitos humanos no âmbito das famílias, a partir da teoria da redistribuição e do reconhecimento de Nancy Fraser. A autora, quando fala de justiça social, retrata a existência de uma demanda redistributiva, na qual se busca uma distribuição mais justa de recursos e bens, e uma política de reconhecimento, em que afirma que “[...] o objetivo, na sua forma mais plausível, é contribuir para um mundo amigo da diferença, onde a assimilação à maioria ou às normas culturais dominantes não é mais o preço do igual respeito.”<sup>82</sup>

A filósofa, que participou ativamente da segunda onda do movimento feminista dos Estados Unidos, buscou redefinir o conceito de justiça a partir da associação entre a dimensão econômica da redistribuição e da dimensão cultural do reconhecimento. Isto é, as dimensões econômica e cultural precisam estar associadas para o fim das injustiças em nível mundial. A teoria bidimensional de Fraser é triunfante ao passo que, enquanto constata a existência de injustiças advindas de uma política distributiva falida e de um estigma social discriminador, propõe elaborar um conceito de justiça abrangente, que seja capaz de acomodar tanto as reivindicações por igualdade social, que implicam mudanças culturais, valorização da diversidade, e rompimento de paradigmas, quanto aquelas reivindicações por reconhecimento da diferença.<sup>83</sup>

A relevância dos seus estudos, para a abordagem da cidadania homoafetiva, reside no fato de que Fraser aponta um enfoque bidimensional de luta nos novos movimentos sociais, em que se exige uma política econômica justa ao lado de uma política de transformação cultural. A demanda que envolve a identidade de gênero e orientação sexual é, assim, bivalente, eis que as políticas redistributivas são necessárias para superar os efeitos de uma política econômica desigual, que incide nos indivíduos homoafetivos, bem como as políticas de

---

<sup>82</sup> FRASER, Nancy. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia. (coords.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 167.

<sup>83</sup> Id. *La justicia social en la era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación*. In: **Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico**. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Fundación Paideia Galiza y Ediciones Morata, 2006.

reconhecimento são fundamentais para lidar com os problemas relacionados ao *status* homossexual, marcado pela exclusão e marginalização social, e ausência de direitos.<sup>84</sup>

Nessa linha de raciocínio, Fraser trata a luta por reconhecimento como uma questão de *status* social, em que o reconhecimento de cada indivíduo é fundamental para que haja o sentimento de justiça e que se promova a participação paritária no meio social. Assim, uma política de reconhecimento é fundamental para a superação da subordinação de um grupo, advinda de valores culturais institucionalizados, como é o caso dos indivíduos homoafetivos. Para a filósofa, a participação paritária no meio social é o pressuposto básico para a solução dos conflitos.

Segundo a autora, para que a participação popular seja possível é necessária a implementação de uma condição objetiva e de outra intersubjetiva. A premissa objetiva determina a distribuição de recursos materiais que possibilitem o indivíduo ter voz, independência e autonomia, enquanto a premissa intersubjetiva pressupõe a ruptura com os padrões institucionalizados que inferiorizam um grupo, promovendo a todos a igualdade de condições e igualdade de *status*.<sup>85</sup>

Fraser busca construir um modelo original para a teoria do reconhecimento, caracterizando-o como uma dimensão fundamental de justiça, já que este é a condição intersubjetiva para a promoção da paridade de participação, critério que, segundo a autora, rege a ideia de justiça.<sup>86</sup> Por conseguinte, o injusto seria a falta de reconhecimento, a ausência de participação, impossibilidade de interação social igualitária, refletindo na exclusão de indivíduos que estariam à margem da cultura hegemonicamente institucionalizada, ou seja, na subordinação social.

Nancy Fraser advoga a ideia de que as minorias sociais estão nesta condição de subordinação, em especial, devido à distribuição injusta de bens e recursos.<sup>87</sup> Os movimentos sociais devem se direcionar na busca do reconhecimento de novos padrões sociais, por meio de políticas de redistribuição, que valorizem a participação paritária na sociedade: redistribuição de renda, reorganização das relações de trabalho e participação democrática nas decisões do

<sup>84</sup> FRASER, Nancy. *Nuevas reflexiones sobre el reconocimiento*. **New left review**, n. 4, p. 55-68, 2000. Disponível em: <https://newleftreview.es/issues/4/articles/nancy-fraser-nuevas-reflexiones-sobre-el-reconocimiento.pdf>. Acesso em: maio 2020.

<sup>85</sup> Id. *La política feminista en la era del reconocimiento: un enfoque bidimensional de la justicia de género*. **Arenal Revista de Historia de las Mujeres**, Espanha, v. 19, n. 2, p. 267-286, jul. 2012. Disponível em: <http://www.ugr.es/~arenal/articulo.php?id=189>. Acesso em: maio 2020.

<sup>86</sup> MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensão intersubjetiva da auto realização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 70, jun., 2009.

<sup>87</sup> BRESSIANI, Nathalie de Almeida. **Economia, cultura e normatividade**: o debate de Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento. 2010. 151p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

Estado.<sup>88</sup> Como um reflexo dos novos movimentos sociais, a autora disserta acerca de uma transferência das reivindicações por igualdade material, para o campo do reconhecimento.<sup>89</sup>

Suas análises são de grande relevo para a efetivação de ações voltadas à identidade de gênero: é fundamental a busca pela redistribuição de bens e recursos que permanecem sob o domínio masculino patriarcal e pela participação paritária das mulheres na sociedade. O trabalho pela equidade, na busca pelo respeito às diversidades e identidades, da igualdade de direitos, superando tradicionais injustiças entre homens e mulheres, através do rompimento de paradigmas existentes na atual sociedade patriarcal e capitalista, objetivam a construção de uma igualdade não somente entre os gêneros, mas entre os seres humanos e a natureza.

Ao aplicar sua teoria à realidade dos indivíduos homoafetivos, Nancy Fraser elenca algumas possibilidades de se alcançar a “paridade de participação”:

Tal reivindicação busca remediar a injustiça por meio da desinstitucionalização do padrão de valor heteronormativo e sua substituição por uma alternativa que promove a paridade. Isso, contudo, pode ser feito de mais de uma maneira. Uma forma seria garantir às parcerias homossexuais o mesmo reconhecimento de que as parcerias heterossexuais, hoje em dia, desfrutam, legalizando o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Outra forma seria desinstitucionalizar o casamento heterossexual, desvinculando direitos, tal como seguro-saúde da condição marital, e prescrevendo-os sob alguma outra base, tal como a cidadania e/ou a residência territorial.<sup>90</sup>

O modelo de redistribuição e reconhecimento, proposto por Fraser não deve ser compreendido como uma teoria estática e finalizada, sendo que a ideia é, justamente, repensar em alternativas para a justiça social, baseadas na realidade, na luta e organização dos movimentos sociais, incorporando os novos problemas.<sup>91</sup> Em síntese, a proposta de Fraser é conceber uma ideia de justiça que agregue tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, contribuindo para importantes mudanças na sociedade capitalista, heteronormativa, segregacionista e patriarcal em que se vive, oferecendo remédios viáveis e estimuladores da autonomia individual, em busca por paridade de participação e de *status*.<sup>92</sup>

<sup>88</sup> FRASER, Nancy. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia. (coords.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

<sup>89</sup> CARDOSO, Fábio Luiz Lopes. Cidadania, paridade de participação e o modelo de análise tridimensional de Nancy Fraser. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 103-116, 2012.

<sup>90</sup> FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? Tradução: Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Lua Nova**, São Paulo, 70: 101-138, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

<sup>91</sup> CARDOSO, op. cit.

<sup>92</sup> Ibid.

As políticas públicas constituem importante instrumento para a inclusão social das minorias sexuais, em especial dos indivíduos homoafetivos, através das quais se pretende contribuir para a efetivação de direitos e deveres a esses grupos minoritários e vulneráveis. A formalização de políticas públicas no Brasil destinadas à proteção das minorias sexuais foi viabilizada, inicialmente, com o Plano Nacional de Direitos Humanos<sup>93</sup>, em 2002, que estipulou ações a serem adotadas pelo Governo para o combate à discriminação em relação à orientação sexual, bem como para a conscientização da população sobre a importância da garantia do direito à liberdade e à igualdade desses grupos.

A efetivação dessa política pública se deu a partir de 2004, quando foi elaborado o Programa “Brasil sem Homofobia”<sup>94</sup>. O programa tinha por objetivo promover a cidadania da população LGBT através da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica, que trazem como consequências a injustiça e a falta de garantia de direitos fundamentais.

Após, em 2008, ocorreu a 1ª Conferência Nacional LGBT<sup>95</sup>, com o tema: “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, que propôs, para o avanço na implementação de políticas públicas de inclusão social e combate à discriminação, alguns preceitos básicos como a laicidade do Estado, a participação social no processo de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas, a promoção e defesa dos Direitos Humanos, a sistematização de evidências sobre a situação de vida da comunidade LGBT, além de destacar a importância da intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação de políticas públicas, culminando no Plano Nacional da Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT<sup>96</sup>.

Desde então, pouco se avançou na implementação de políticas públicas para enfrentamento da homofobia e para a promoção da cidadania dessas minorias sexuais. Apesar

---

<sup>93</sup> BRASIL. Decreto n. 4.229, de 13 de maio de 2002. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto n. 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4229.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4229.htm). Acesso em: jun. 2019.

<sup>94</sup> MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF, 2004. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em: jun. 2019.

<sup>95</sup> MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Direitos Humanos e políticas públicas**: o caminho para garantir a cidadania LGBT. In: Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis E Transexuais – LGBT, Brasília, DF, 2008, 290 p.

<sup>96</sup> SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>. Acesso em: jun. 2019.



dos esforços iniciais, o que se verifica hoje são dados alarmantes de violações de direitos humanos de caráter homofóbico.<sup>97</sup>

A tendência humana de impor especializações a sua realidade individual acaba por reduzir e inibir a diversidade criada pelo seu desenvolvimento. O modelo heteronormativo, reproduzido para o ser humano e cidadão, perpetua diversas formas de exclusão e desvalorização daqueles que não se encaixam no perfil ditado, permanecendo estável a estrutura da dominação, que se apresenta em diversas dimensões, impedindo-os de exercer livremente sua cidadania e seus direitos fundamentais em toda a sua plenitude.

Verifica-se a importância da positivação de direitos para a implementação de políticas públicas, ainda que isso não signifique sua eficácia plena e imediata. A não regulamentação pelo Direito contribui para a naturalização das diferenças e desigualdades comuns na cultura. Por outro lado, a positivação de direitos ajudará a promover as mudanças e auxiliará a remover as injustiças historicamente consolidadas em relação a grupos estigmatizados, além de que estes passarão a exercer plenamente sua cidadania e a sentir-se pertencentes a uma sociedade que valoriza a diversidade e a pluralidade, e não simplesmente as admite.<sup>98</sup>

Na compreensão de Rodrigo da Cunha Pereira: “[...] é que se torna imperativo pensar o Direito de Família na contemporaneidade com a ajuda e pelo ângulo dos Direitos Humanos, cuja base e ingredientes estão, também, diretamente relacionados à noção de cidadania.”<sup>99</sup> É através da educação, de leis que coíbam o preconceito e de um sistema de segurança pública eficaz que se vislumbrará maior proteção, segurança e efetivação dos direitos humanos para as minorias sexuais, em especial, para os indivíduos homoafetivos.

## 2.4 O RECONHECIMENTO SOCIAL DA FAMÍLIA HOMOAFETIVA

A família homoafetiva é aquela decorrente da união de pessoas do mesmo sexo, que se unem para a constituição de um vínculo familiar. É uma entidade constitucionalmente

---

<sup>97</sup> JUNIOR, Assis Moreira Silva. As minorias sexuais e as políticas públicas do governo federal: entre avanços e retrocessos. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas - UNIFAFIBE**. Bebedouro, SP, 2013. Disponível em: [http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/11/pdf\\_7](http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/11/pdf_7). Acesso em: jun. 2019.

<sup>98</sup> Ibid.

<sup>99</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Família, direitos humanos, psicanálise e inclusão social. In: GROENINGA, Giselle Câmara; CUNHA, Rodrigo da Cunha (coords.). **Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 156.

protegida quando preenchidos os requisitos de afetividade, estabilidade, ostensividade e com a finalidade de constituição de família.<sup>100</sup>

Sabe-se que uniões homoafetivas não são novidades deste século, contudo, certamente, sua visibilidade é. Desde o início da era do cristianismo, os indivíduos homoafetivos convivem com a intolerância e invisibilidade social, posto que a sacralização da família matrimonial, constituída com vias à procriação, e, portanto, de formação exclusiva heterossexual, perdurou por muitos anos.

A homoafetividade era classificada como doença, concebida como “homossexualismo”, sendo que, somente no final do século XX ela é reconhecida como forma de orientação sexual e retirada da Classificação Internacional de Doenças (CID), pela Organização Mundial de Saúde (OMS), chancelando o dia 15 de maio como o Dia Internacional contra a Homofobia. Conforme justificado pelo grupo de trabalho estabelecido para revisar o tema das doenças relacionadas à orientação sexual, na OMS, as causas da orientação sexual são desconhecidas, mas, possivelmente, são consequências de um conjunto de fatores genéticos, de exposição pré-natal a hormônios, experiência de vida e contexto social.<sup>101</sup>

O que de concreto se sabe é que a homoafetividade é um fato da vida, relativo à esfera privada da vida de cada indivíduo e, portanto, não ensejador da transgressão a qualquer norma jurídica. Em sendo assim, por óbvio, a formação da família homoafetiva é uma consequência direta e inevitável no meio social.

Contudo, a cultura ocidental contemporânea ainda é marcada por posturas conservadoras e até mesmo violentas, que são expressas de diversas maneiras no cotidiano: seja através das tentativas de relacionar a homoafetividade a um tipo de distúrbio, como uma doença, seja através da exclusão, marginalização social, opressões do dia a dia daqueles que não se enquadram no padrão heteronormativo. Nos dizeres de Maria Berenice Dias: “O silêncio heteronormativo reflete visões homofóbicas, pois prioriza discursos que ligam a sexualidade à reprodução, de maneira que a relação heterossexual se torne a única possibilidade legítima”.<sup>102</sup>

<sup>100</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

<sup>101</sup> COCHRAN, Susan D. *et al.* *Proposed declassification of disease categories related to sexual orientation in the International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD-11)*. **Bulletin of the World Health Organization**. Jan. 2014. Disponível em: <https://www.who.int/bulletin/volumes/92/9/14-135541/en/>. Acesso em: jun. 2019.

<sup>102</sup> DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBTI**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Em relação à admissão da família homoafetiva, no meio social brasileiro, é de se mencionar a grande importância que o julgamento da ADI nº 4277<sup>103</sup> e da ADPF nº 132<sup>104</sup> teve para a sua formalização. Considerando que o Direito, por excelência, reflete os valores e anseios da sociedade que o acolhe, tem-se que, a partir do momento em que houve a declaração formal e taxativa, pelo Supremo Tribunal Federal, de que da união homoafetiva decorrem os mesmos direitos e deveres que provêm da união estável entre o homem e a mulher, conclui-se que o meio social já havia passado a perceber essas minorias de uma maneira mais isonômica, de maior aceitação e integração.

O reconhecimento formal das uniões estáveis homoafetivas como entidade familiar representou um grande avanço para a sedimentação dos direitos a serem atribuídos aos indivíduos homoafetivos que se unem para constituir uma família, além de apontar uma tendência para a afirmação do casamento civil homoafetivo. Sem dúvidas, foi a partir desse momento que não só o Estado, mas a própria sociedade passou a olhar para essas minorias de forma mais igualitária.

Para além da esfera jurídica, importante destacar evoluções na seara administrativa, como, por exemplo, a Resolução n. 2.013/13, do Conselho Federal de Medicina, que possibilitou o acesso dos indivíduos homoafetivos às técnicas de reprodução assistida.<sup>105</sup> Nesse mesmo ano, o Conselho Nacional de Justiça, com a edição da Resolução n.º 175, de 2013, uniformizou o tratamento da questão da habilitação para o casamento, por pares homoafetivos, em todo o território nacional.<sup>106</sup>

A releitura democrática que atinge os institutos jurídicos e propõe a revisão dos papéis familiares, das figuras feminina doméstica e masculina provedora, esbarra, também, em noções naturalizadas de parentalidade. Por óbvio, a constituição da família homoafetiva permite

<sup>103</sup> BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Plenário, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADI+4277%29&base=baseAcordados>. Acesso em: jun. 2019. (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132/Rio de Janeiro. Requerente: Governador do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Ayres Britto. 5 de maio de 2011).

<sup>104</sup> Id. **Supremo Tribunal Federal**. Plenário, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADI+4277%29&base=baseAcordados>. Acesso em: jun. 2019. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277/Distrito Federal. Plenário, Brasília, DF. Requerente: Procuradoria Geral da República. Relator: Min. Ayres Britto. 5 de maio de 2011).

<sup>105</sup> CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n. 2.121/2015. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudarão a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos – tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.013/13, publicada no D.O.U. de 9 de maio de 2013, Seção I, p. 119. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 24 set. 2015.

<sup>106</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>. Acesso em: jun. 2019.

surgir, em tais indivíduos, o desejo da maternidade e da paternidade, sendo que essa emergência de famílias constituídas por indivíduos do mesmo sexo torna necessário o enfrentamento de novas demandas e a desconstrução de antigas certezas.

O debate social torna-se mais complexo e delicado quando envolve crianças em lares de famílias homoafetivas. Há inúmeras crenças populares e preconceitos enraizados, como por exemplo, a preocupação referente à ausência de uma figura masculina ou feminina à criança pertencente a uma família constituída por pessoas do mesmo sexo, que impedem o bom ajustamento jurídico dessas situações.

A sacralidade da família, enormemente influenciada pela religiosidade, que toma como única realidade possível e torna impensável qualquer outra configuração de família que não aquela composta por pai/homem, mãe/mulher e filhos, afigura-se, contemporaneamente, a principal resistência social à constituição dessas famílias.

Sabe-se que o Direito das Famílias representa “o mais humano de todos os ramos do direito”<sup>107</sup>, uma vez que lida com a inserção do indivíduo em um grupo familiar, gerando infinitas repercussões na sua existência, de forma intrínseca e profunda, atingindo o plano social, econômico e psicológico. Os valores que permeiam o Direito das Famílias trazem uma relação direta com a constituição da sociedade e com a formação dos indivíduos, sendo que a compreensão de família contemporânea é reflexo de um processo contínuo de evolução, traçado em meio às transformações sociais, culturais e econômicas onde a família está inserida.<sup>108</sup>

Hialino que o processo civilizatório se encarregará de polir manifestações excludentes, violentas e repressivas que ainda se verificam, de maneira que restará assentada a igual dignidade a ser tutelada e efetivada a todos os cidadãos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

---

<sup>107</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 6:** direito de família. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 23

<sup>108</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil:** volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

### 3 DIREITO À HOMOPARENTALIDADE

É certo que o instituto da família passou por significativas transformações ao longo do final do século XX e início deste século XXI, diversificando as formas de família, desenvolvendo diferentes expectativas e crenças em torno da parentalidade.

Em simples palavras, Paulo Lôbo afirma:

A família recuperou a função que, por certo, esteve nas suas origens mais remotas: a de grupo unido por desejos e laços afetivos, em comunhão de vida. O princípio jurídico da afetividade faz despontar a igualdade entre irmãos biológicos e adotivos e o respeito a seus direitos fundamentais, além do forte sentimento de solidariedade recíproca, que não pode ser perturbada pelo prevalecimento de interesses patrimoniais. É o salto, à frente, da pessoa humana nas relações familiares.<sup>1</sup>

A partir da releitura dos institutos do Direito Civil, tendo em vista influência principiológica da Constituição Federal de 1988 sobre todo o ordenamento jurídico pátrio, verifica-se um tímido processo de questionamento à naturalização da formação familiar tradicional, até então heterogênea, matrimonial, e patriarcal, que impunha como verdade incontestável a realidade biológica irreduzível da necessária complementariedade sexual dos genitores para a procriação e exercício da sexualidade.<sup>2</sup>

O conceito de família associado a uma relação íntima de afeto entre seus integrantes tornou-se o novo paradigma para o operador do Direito, pós Constituição de 1988: a família e as relações de parentesco dela advindas não poderiam permanecer com a orientação patrimonialista e patriarcal de outrora. Por conseguinte, a filiação, antes baseada exclusivamente no caráter biológico, passou a ser identificada a partir da constituição do elemento do afeto, atuando este como verdadeiro parâmetro para a definição dos vínculos parentais.<sup>3</sup>

O crescimento e consolidação da família homoafetiva, no território nacional, ensejam a discussão da nova reivindicação que parte desses casais, a exigir uma resposta do Poder Judiciário: o desejo de vivenciar a maternidade/paternidade, no seio da família, com a deflagração de todos os direitos e deveres inerentes ao parentesco.

Assim, o presente capítulo será dedicado a abordar a homoparentalidade em seus contornos mais amplos, analisando as possibilidades de sua formação no aspecto jurídico

---

<sup>1</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 52-53.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> DIAS, Maria Berenice. Filiação homoafetiva. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Afeto, ética, família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

brasileiro, observando a positivação do Direito, bem como as respostas que emanam do Poder Judiciário, conferindo-lhe aspecto de direito fundamental, tendo em vista a profunda relação do direito ao planejamento familiar e à parentalidade com os direitos humanos fundamentais e direitos da personalidade.

Para fundamentar o estudo, utilizou-se o auxílio de doutrina consagrada do Direito das Famílias, em especial, os ensinamentos de Maria Berenice Dias<sup>4</sup>, Paulo Luiz Neto Lôbo<sup>5</sup>, Guilherme Calmon Nogueira da Gama<sup>6</sup>, Marianna Chaves<sup>7</sup>, Cristiano Chaves Farias e Nelson Rosenvald<sup>8</sup> e Rodrigo da Cunha Pereira<sup>9</sup>. Evidente que diante da notável proximidade do tema com a base dos direitos fundamentais, o trabalho socorreu-se de estudiosos da área como Robert Alexy<sup>10</sup>, Nancy Fraser<sup>11</sup>, Antônio Alberto Machado<sup>12</sup>, Antônio Carlos Wolkmer<sup>13</sup>, principalmente. Finalmente, foram consultados instrumentos de proteção de direitos internacionais, além de artigos e teses científicas nacionais, tendo em vista que a abordagem da temática é recente no Brasil.

A parentalidade aparece como um conceito transversal na construção e combinação das estruturas familiares, envolvendo a responsabilidade de homens e mulheres no desenvolvimento, autonomia e sentimento de segurança e pertencimento das crianças. Ainda, o exercício da parentalidade por casais homoafetivos é expressão real da concretização da cidadania na família, possibilitada em razão da garantia de efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana.

A homoparentalidade é um neologismo que tem sua origem datada de 1997, utilizado pela primeira vez em Paris, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas, para se referir a um indivíduo homoafetivo que tem ou pretende ter um ou mais filhos.<sup>14</sup> Em

<sup>4</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

<sup>5</sup> PAULO, Lôbo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

<sup>6</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação**: o biodireito e as relações parentais – o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

<sup>7</sup> CHAVES, Marianna. **Homoafetividade e direito**: proteção constitucional, uniões, casamento e parentalidade. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2015.

<sup>8</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: famílias. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016.

<sup>9</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha; DIAS, Maria Berenice. **Direito de família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey/IBDFAM, 2002.

<sup>10</sup> ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

<sup>11</sup> FRASER, Nancy. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia. (coords.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

<sup>12</sup> MACHADO, Antônio Alberto. **Elementos de teoria dos direitos fundamentais**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

<sup>13</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico**. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.

<sup>14</sup> ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 26, p. 123-147, 2006.

que pese a predileção pela utilização do termo acima no presente trabalho, é importante mencionar a constatação da hesitação de alguns estudiosos do Direito em relação a este, posto que se alega reproduzir as desigualdades até hoje perpetradas, ao diferenciar o exercício da parentalidade por casais homoafetivos.

De fato, as funções parentais não se confundem com a orientação sexual do indivíduo, ou seja, independentemente de a configuração familiar ser homoparental, monoparental, biparental ou pluriparental, o caráter da parentalidade relaciona-se ao exercício de direitos e de deveres quanto aos cuidados com os filhos.

Por outro lado, apesar de já contar com a proteção civil, constitucional, da doutrina e de parte da jurisprudência, a homoparentalidade ainda esbarra em discursos preconceituosos, arraigados, muitas vezes, à religião e à ignorância humana, formando uma forte resistência ao parentesco homoafetivo.

Hialino que essa nova dimensão atinge uma releitura das regras jurídicas que orientam a formação da parentalidade: a afetividade ascendeu um novo patamar no Direito das Famílias, recebendo contornos de valor e princípio, fazendo com que a família esteja fundamentalmente calcada no afeto. Consequentemente, para além do embate entre velhas e novas concepções, a família caminha para uma remodelação, perdendo algumas de suas antigas características, em especial, as qualidades matrimonial, hierárquica e patriarcal. Certo é que a verdadeira família somente se justifica a partir da experiência do afeto.

Dentre as possibilidades de homossexuais vivenciarem a parentalidade, destacam-se três principais. A primeira seria a recomposição, em que um membro do casal traz para sua nova relação um filho fruto do relacionamento heterossexual anterior do parceiro. A segunda maneira seria a adoção promovida pelo casal, e a terceira a partir do uso das novas tecnologias reprodutivas, como a inseminação artificial. A parentalidade socioafetiva está associada a todas as formas anteriormente mencionadas.

Relevante mencionar que a biparentalidade materna ou paterna não se confunde com a multiparentalidade, como bem esclarece Christiano Cassetari, posto que esta necessita da presença de três ou mais pessoas no registro de nascimento do menor, como pais, ao passo que aquela trata da hipótese de se ter duas mães ou dois pais no documento.<sup>15</sup>

O autor traz, ainda, tabela com os conceitos delineados acima, com vias a melhor elucidá-los, conforme se observa na figura 1:

---

<sup>15</sup> CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva**: efeitos jurídicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

**Figura 1** – Tabela com distinções nos conceitos correlatos à parentalidade

Nomenclatura	Conceito
MULTIPARENTALIDADE PATERNA	3 ou mais pessoas como genitores, com dois ou mais pais do sexo masculino
MULTIPARENTALIDADE MATERNA	3 ou mais pessoas como genitores, com duas ou mais mães do sexo feminino
BIPARENTALIDADE	1 pai e 1 mãe de sexos distintos
BIPATERNIDADE (ou Biparentalidade Paterna)	2 pais do sexo masculino apenas
BIMATERNIDADE (ou Biparentalidade Materna)	2 mães do sexo feminino apenas

Fonte: CASSETTARI, 2015.<sup>16</sup>

No que tange a tal agrupamento familiar, considerando o atual momento histórico-sócio-cultural, um dos direitos mais reclamados pelos casais homoafetivos é o direito à adoção. A adoção por pessoa homoafetiva já encontra proteção no manto da lei e na jurisprudência, pois é pacificado o entendimento de que, preenchidos os requisitos do artigo 42, do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser concedida a adoção. Por outro lado, incoerentemente, a adoção, quando promovida por casais homoafetivos, ainda se apresenta como tema polêmico, a ensejar a negativa de vários juízes do país.

No aspecto legal, não há impedimento para que duas pessoas do mesmo sexo, que vivam em relação afetiva, possam adotar uma criança. Isso porque o pedido de adoção está condicionado ao preenchimento dos requisitos legais, estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, de maneira a verificar se será vantajosa a colocação do menor na família adotante, analisando-se a conduta e comportamento dos requerentes, e também a real intenção do pedido, seja este promovido por indivíduos homo ou heterossexuais. Assim, a adoção não tem como requisito objetivo a orientação sexual dos adotantes.

Outrossim, o uso da reprodução assistida apresenta-se como uma demanda crescente, considerando que, diante dos avanços técnico-científicos, possibilitou-se o nascimento de novos seres sem a prática de qualquer ato sexual: a “medicalização da reprodução humana”<sup>17</sup> tornou-se uma opção para viabilizar o exercício do direito ao planejamento familiar.

<sup>16</sup> CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva**: efeitos jurídicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 160.

<sup>17</sup> CORREA, Marilena Cordeiro Dias Villela. Ética e reprodução assistida: a medicalização do desejo de ter filhos. **Revista de Bioética e Ética Médica**, Conselho Federal de Medicina, v. 9, n. 2, 2001. Disponível



Nessa perspectiva, a partir da flexibilização do sistema familiar, através do reconhecimento jurídico do afeto como fator relevante da composição familiar e fundamento basilar de uma relação de parentesco, tem-se que a filiação passou a ser identificada, sobretudo, quando da constatação do vínculo afetivo entre as partes.

A paternidade socioafetiva acaba por tangenciar as demais formas de constituição da parentalidade, como a reprodução assistida e a adoção, já que, em todas elas o afeto desponta como fator primordial para o surgimento do vínculo parental. A filiação alicerçada na realidade do afeto é, de fato, mais relevante que a simples verdade biológica, pois contribui de forma mais efetiva para a formação do indivíduo.<sup>18</sup> Nos dizeres de João Baptista Villela: “A paternidade reside antes no serviço e no amor que na procriação.”<sup>19</sup>

A temática da homoparentalidade é recente na literatura científica, e consideravelmente escassa no Brasil. Por outro lado, é evidente o crescimento da discussão acerca da homoafetividade, seja em relação ao estudo do comportamento de pessoas homoafetivas, à compreensão de valores específicos do universo das relações homoafetivas, como a investigação de campos de luta política e de direitos humanos, ou ainda a construção de processos de criação de identidade desses indivíduos.<sup>20</sup>

O reconhecimento da paternidade ou maternidade, no âmbito da família homoafetiva, deflagra todos os efeitos pessoais e patrimoniais que são inerentes do parentesco natural. Resta ao Poder Legislativo elaborar normas que tutelem os direitos relativos à família homoafetiva, em especial, no que tange ao direito à parentalidade de tais casais. É necessário que haja a regulamentação sobre o reconhecimento da homoparentalidade, para findar os debates que surgem quando do registro dos menores.

Apesar da ausência normativa expressa regulamentando essas uniões e todos os efeitos que dela emergem, é evidente que, sob a perspectiva principiológica e normativa constitucional, devem os juízes reconhecer a existência da família homoafetiva e conceder o direito de tais pessoas exercerem o direito ao planejamento familiar em toda a sua plenitude, sem confundir a carência legislativa com inexistência de direitos.

---

em: [http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/download/246/246](http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/download/246/246). Acesso em: jun. 2020.

<sup>18</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores para o direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

<sup>19</sup> VILELLA, João Baptista. Desbiologização da paternidade. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 21, 1979. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1156/1089>. Acesso em: mar. 2019.

<sup>20</sup> UZIEL, Ana Paula et. al. **Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual**. Porto Alegre: Horizontes antropológicos, 2006.

É interessante analisar o fenômeno da incorporação da demanda de direitos desse grupo à agenda de debates no cenário internacional, ratificando a proteção extensiva a ser garantida aos sujeitos homoafetivos.

No desafio de regular a convivência pacífica dos seres humanos e garantir a proteção dos direitos fundamentais, o Direito Internacional ocupou-se de estruturar a proteção dos indivíduos homoafetivos, tendo como marco principal os Princípios de Yogyakarta.<sup>21</sup> Trata-se de um documento elaborado por especialistas em direito internacional dos direitos humanos, de orientação sexual e de identidade de gênero, em 2006, que teve, como objetivos principais, expor normas que aprimoraram a proteção dos direitos humanos aplicados às minorias LGBTI, constatar como se dá a aplicação dos tratados de direitos humanos aos casos específicos, bem como a responsabilidade dos Estados quanto à implementação de cada um destes direitos.

Dentre os diversos princípios estabelecidos no documento, cumpre explanar o princípio 24, que traz que o direito de constituir uma família não deve se restringir à orientação sexual ou à identidade de gênero dos indivíduos, sendo que, considerando as diversas formas possíveis de família, não pode, nenhuma delas, sujeitar-se à discriminação com base na orientação sexual ou na identidade de gênero de seus membros. O documento convoca os Estados a tomarem medidas para efetivar os direitos relacionados à formação da família a todas as pessoas, indistintamente.<sup>22</sup> Veja-se:

Os Estados deverão:

- a) Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para assegurar o direito de constituir família, inclusive pelo acesso à adoção ou procriação assistida (incluindo inseminação de doador), sem discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero;
- b) Assegurar que leis e políticas reconheçam a diversidade de formas de família, incluindo aquelas não definidas por descendência ou casamento e tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para garantir que nenhuma família possa ser sujeita à discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero de qualquer de seus membros, inclusive no que diz respeito à assistência social relacionada à família e outros benefícios públicos, emprego e imigração; [...]
- e) Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para garantir que nos Estados que reconheçam o casamento ou parceria registrada entre pessoas do mesmo sexo, qualquer prerrogativa, privilégio, obrigação ou benefício disponível para pessoas casadas ou parceiros/as registrados/as de sexo diferente esteja igualmente disponível para pessoas casadas ou parceiros/as registrados/as do mesmo sexo;
- f) Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para assegurar que qualquer obrigação, prerrogativa, privilégio ou benefício

<sup>21</sup> CORRÊA, Sonia Onufer; MUNTARBHORN, Vinit. **Princípios de Yogyakarta**: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: jun. 2019.

<sup>22</sup> GUIMARÃES, Aníbal. Os Princípios de Yogyakarta. In: DIAS, Maria Berenice. **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

disponível para parceiros não-casados de sexo diferente esteja igualmente disponível para parceiros não-casados do mesmo sexo.<sup>23</sup>

Partindo para a análise do Sistema Global de proteção dos Direitos Humanos, gerenciada pela Organização das Nações Unidas, sobressaem os resultados obtidos pela Comissão de Direitos Humanos, que foram capazes de reconhecer a proteção contra a discriminação baseada na orientação sexual. Para além, verifica-se que outros temas, relacionados à união homoafetiva, como a discussão acerca da concessão da pensão por morte ao companheiro sobrevivente, de uma relação homoafetiva estável, foram abordados na Comissão.<sup>24</sup>

Já em relação aos Sistemas Regionais de proteção aos Direitos Humanos, tem-se que, na América, o processo para incluir, na pauta internacional, os debates acerca dos direitos homoafetivos teve início na década de 1970, a partir do movimento LGBTI. Esses movimentos sociais permanecem compostos por “sujeitos coletivos transformadores”, incutidos em princípios comuns que, no geral, objetivam a realização das necessidades humanas fundamentais e a construção de um novo paradigma de cultura política e de uma organização social emancipatória.<sup>25</sup>

Nessa perspectiva, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) constitui o principal sistema regional de promoção e proteção de direitos humanos, tendo em vista o papel vanguardista que vem desempenhando desde 2008, a partir da recepção de diversos diplomas jurídicos referentes aos direitos da população homoafetiva, bem como resoluções de caráter vinculante, declarações públicas, e medidas cautelares para resguardar direitos LGBTI. As Resoluções incorporadas à normativa buscam, no geral, o combate às violências perpetradas contra os indivíduos, motivadas pela orientação sexual e identidade de gênero, bem como o incentivo aos Estados membros de implementarem políticas públicas contra a discriminação.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> CORRÊA, Sonia Onufer; MUNTARBHORN, Vinit. **Princípios de Yogyakarta**: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: jun. 2019.

<sup>24</sup> VENTURA, Alichelly Carina Macedo; POZZETTI, Valmir César. O direito de ser eu mesmo: os direitos dos homossexuais no ordenamento jurídico nacional e internacional. In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira; DIAS, Jefferson Aparecido; LOPES, Ana Maria D'Ávila. **Direito Internacional dos Direitos Humanos I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

<sup>25</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico**. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 2001, p. 122.

<sup>26</sup> VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti; VIANA, Thiago Gomes. LGBTI e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: A construção da cidadania internacional arco-íris. In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira; DIAS, Jefferson Aparecido; LOPES, Ana Maria D'Ávila. **Direito Internacional dos Direitos Humanos I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

No mais, dentre os diversos direitos assegurados na Declaração dos Direitos do Homem, impende mencionar aqueles que estabelecem o direito à intimidade, à liberdade, à vida e, por consequência, o de orientação sexual. Especificamente, o texto contido no artigo 12 é essencial para que se delineie o planejamento familiar como um direito fundamental: “Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.”<sup>27</sup>

Pela breve análise dos Sistemas expostos acima, verifica-se que, no âmbito internacional, os Estados caminham para a harmonização das suas legislações, de maneira que estas possam proteger e resguardar os variados aspectos relacionados aos indivíduos homoafetivos, garantindo-lhes a cidadania, através da efetivação do direito à vida digna, do trabalho e da convivência social sem qualquer discriminação, o direito de ser feliz e de viver plenamente a sua orientação sexual.<sup>28</sup>

O afeto, a dignidade, a liberdade, e a igualdade são valores equivalentes e que marcham paralelamente, constituindo a base do Estado Democrático de Direito em que se vive. Não por menos, assim dispôs a Constituição Federal, deflagrando, desse modo, diversas possibilidades para a efetivação dos direitos humanos fundamentais, e orientando os legisladores na necessária e permanente atualização normativa.

O exclusivo reconhecimento e legitimação das uniões homoafetivas não é suficiente diante do extenso rol de direitos que tais indivíduos, como quaisquer outros cidadãos, possuem, como é o direito à paternidade e à maternidade. Assim, aos homoafetivos deve ser respeitado e reconhecido, dentre outros, o direito de adotar, gerar ou reconhecer-se como pais e filhos, possibilitando-se a adoção, uso das práticas de reprodução assistida e registro da paternidade ou da maternidade socioafetiva, instituindo uma verdadeira entidade familiar.

---

<sup>27</sup> DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: [https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf). Acesso em: mar. 2020.

<sup>28</sup> VENTURA, Alichelly Carina Macedo; POZZETTI, Valmir César. O direito de ser eu mesmo: os direitos dos homossexuais no ordenamento jurídico nacional e internacional. In: SILVEIRA, Vladmir Oliveira; DIAS, Jefferson Aparecido; LOPES, Ana Maria D'Ávilla. **Direito Internacional dos Direitos Humanos I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

### 3.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS DA PERSONALIDADE: DO DIREITO AO PLANEJAMENTO FAMILIAR E À PARENTALIDADE

O discurso afirmativo da existência de núcleos privados, compostos por indivíduos do mesmo sexo, que se unem com o objetivo de constituir família, inclusive, formada por filhos, deve perpassar, sem dúvidas, pela abordagem dos direitos humanos fundamentais. Isso porque, em conformidade com o elucidado por Alberto Machado:

A prevalência dos direitos humanos parece ser a possibilidade mais civilizada de sobrevivência da sociedade humana em bases minimamente democráticas, daí considerar-se que esses direitos configuram o “mínimo ético de sociabilidade” abaixo do qual não será possível falar em democracia.<sup>29</sup>

Ainda, segundo os ensinamentos de Machado, os direitos humanos podem ser concebidos por duas óticas: pela tradição metafísica do direito natural, que entende os direitos do homem como decorrência da natureza humana, definida em termos abstratos, o que lhes confere o caráter de inerentes ao homem, inalienáveis e permanentes; e pelo plano material da história, que compreende a emergência dos direitos humanos a partir das necessidades da história, como um produto dos movimentos sociais e lutas pelo direito.<sup>30</sup>

Como já demonstrado anteriormente, os novos movimentos sociais, com destaque para aqueles que ganharam força nos anos 70 e 80, são compreendidos como sujeitos coletivos transformadores, envoltos ao objetivo comum de realização das necessidades humanas fundamentais. A atuação desses sujeitos favorece a formação de um novo paradigma de cultura política, ao passo que se desvinculam das antigas formas de representação da sociedade.<sup>31</sup>

Parece quase intuitivo concluir que esses movimentos sociais, que agem para responder às necessidades humanas existenciais e culturais, litigam em prol de uma democracia substancial, que seja capaz de proporcionar o pleno desenvolvimento da pessoa humana, o amplo acesso à cidadania, e a afirmação da realização da justiça nos planos individual, social e político.

Daí é que se tem as novas reivindicações que partem dos indivíduos homoafetivos, como uma luta constante pela efetivação da integralidade dos direitos humanos.

---

<sup>29</sup> MACHADO, Antônio Alberto. **Elementos de teoria dos direitos fundamentais**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 27.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

A orientação sexual envolve a intimidade e a vida privada, integrando a identidade de cada pessoa de modo a constituir um direito de personalidade que deve ser respeitado.

A paternidade e a maternidade, nesse mesmo sentido, constituem valores sociais de elevada importância, cabendo ao Estado promover a proteção ao exercício da parentalidade. Evidentemente, o projeto parental se constitui um desdobramento do direito ao livre desenvolvimento da personalidade, que, por óbvio, está arraigado ao princípio máximo constitucional da dignidade da pessoa humana.

É de se reconhecer que a garantia do livre planejamento familiar não se restringe à concepção de filhos, devendo ser interpretada de modo mais abrangente, uma vez que integra a própria condição humana, sendo que a realização individual pressupõe o respeito de exercer livremente a escolha por haver filhos, ou não, seja dentro de uma família, ou individualmente.<sup>32</sup> Considerando que o projeto parental integra os direitos fundamentais e ecoa entre os direitos da personalidade, é importante abordar o entendimento de Maria Helena Diniz, a partir do qual estes são dotados de uma dupla dimensão: “[...] a axiológica, pela qual se materializam os valores fundamentais da pessoa, individual ou socialmente considerada, e a objetiva, pela qual consistem em direitos assegurados legal e constitucionalmente, vindo a restringir a atividade dos três poderes.”<sup>33</sup>

Sendo assim, pela senda axiológica, tem-se que os direitos da personalidade foram recepcionados no ordenamento civil pátrio, sem a natureza de rol taxativo, permitindo que os sujeitos defendam o que lhes é próprio, a exemplo da vida, da identidade, da liberdade, da imagem, da privacidade, da honra, ou seja, são direitos voltados à tutela do ser humano e que estão lastreados no primado constitucional da dignidade da pessoa humana.<sup>34</sup>

A relação do exercício da parentalidade, através do livre planejamento familiar, com o princípio da dignidade da pessoa humana está estampada na própria Carta Magna, em artigo que o conceitua:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.  
[...] § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado

<sup>32</sup> SCHREIBER, Anderson. **Manual de direito civil**: contemporâneo. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

<sup>33</sup> DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria geral do direito civil. 29. ed., São Paulo: Saraiva, 2012. p. 133.

<sup>34</sup> GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. De pai para filho: o direito fundamental à paternidade. In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira; CECATO, Maria Aurea Baroni (Org.). **Direito Constitucional** - Direitos Humanos. 1. ed. Madrid: Ediciones Laborum, 2015.

propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.<sup>35</sup>

Considerando que, nas relações familiares, a regra é a prevalência da autonomia privada, tem-se que a intervenção estatal somente se justifica e se legitima para garantir e efetivar os direitos e garantias fundamentais dos indivíduos.<sup>36</sup> Em sendo assim, impõe-se ao Poder Público o dever de proporcionar recursos educacionais e científicos para o exercício do direito ao planejamento familiar.

A afirmação do direito ao planejamento familiar, a ser promovido positivamente pelo Estado, carrega consigo, conseqüentemente, o reconhecimento do direito de paternidade e maternidade, seja através do método natural ou por meio do critério artificial. É este o entendimento de Ana Cláudia Brandão de Barros Correia Ferraz: “Assim como contracepção, o direito à concepção, seja natural ou artificial, encontra-se inserido no direito ao planejamento familiar, do qual todas as famílias podem se valer.”<sup>37</sup>

Isso se dá porque a constituição da família pode integrar o projeto de vida do indivíduo, encontrando-se estreitamente ligado ao desenvolvimento e construção da sua personalidade. É a própria dignidade da pessoa humana, enquanto valor fundamental consagrado na Constituição Federal, que legitima o direito à parentalidade. Contudo, tal direito não é absoluto, e somente deve ser exercido nos limites que lhe são impostos pelo próprio ordenamento jurídico.

Dessa forma, cumpre destacar que o exercício do direito à parentalidade carrega consigo a necessária observação à responsabilidade parental, ou seja, às consequências advindas do exercício dos direitos parentais pelas pessoas. Assim, a parentalidade responsável, no Brasil, é uma exigência constitucional.

Com efeito, importante destacar que a expressão “paternidade responsável”, adotada pela Constituição Federal, não se mostra a mais adequada, pois, conforme interpretado por Edwirges Elaine Rodrigues, faz “[...] parecer que a maternidade pode ser irresponsável, ou que apenas a paternidade tem importância”, concluindo que houve “[...] um descuido do constituinte brasileiro ao realizar a tradução da expressão inglesa ‘parental responsibility’ que

<sup>35</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Poder Legislativo. **Diário Oficial de União**: Brasília, DF, Poder Legislativo, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: jun. 2019.

<sup>36</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: famílias. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016.

<sup>37</sup> FERRAZ, Ana Cláudia Brandão de Barros Correia. **Reprodução humana assistida e suas consequências nas relações de família**: a filiação e a origem genética sob a perspectiva da repersonalização. Rio de Janeiro: Juruá, 2016. p. 157.

tem o significado de responsabilidade parental e não responsabilidade paternal, como sugere a tradução brasileira.”<sup>38</sup>

Evidente que, por trás do respeito à dignidade da pessoa humana, projetado no direito dos indivíduos de serem pais e mães, há a supremacia do interesse dos menores, que se reflete na responsabilidade individual e social do homem e da mulher.<sup>39</sup> Trata-se de uma via de mão única: ao direito dos indivíduos de exercerem sua sexualidade e optarem por se tornarem pais e mães somam-se as responsabilidades de assumirem estes papéis.

Os recursos educacionais são de elevada importância nestes aspectos do planejamento familiar, devendo-se inculir tais reflexões ao aspecto voluntário da decisão de ter filhos: a consciência a respeito da paternidade e da maternidade deve incluir, principalmente, os efeitos posteriores à chegada da criança.

Quanto ao aspecto conceitual acerca da parentalidade, verifica-se uma gama de definições em razão das várias dimensões que o instituto atinge e, principalmente, pelo fato de a Constituição ter ampliado o conceito de família. O termo é derivado do substantivo “parente”, comumente identificado como determinada pessoa que pertença a uma mesma família.

Em termos jurídicos, o Código Civil ampliou o conceito de parentesco civil, uma vez que passou a considerar “parente” todo indivíduo que integre a família, independentemente da existência da consanguinidade. Assim, a ideia do parentesco dissociou-se da noção do biológico, passando a ser considerado como um sistema que é resultado do comportamento humano, e não consiste em laços objetivos de filiação ou de consanguinidade entre os indivíduos da família.<sup>40</sup> Por fim, a parentalidade seria o exercício da função parental, implicando cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde, que se tecem no cotidiano em torno do parentesco.<sup>41</sup>

A nova feição do Direito das Famílias nutre o vínculo de parentesco, que passa a transbordar os limites biológicos e do matrimônio. Bem por isso, Guilherme Calmon Nogueira da Gama percebe que o parentesco está delineando um novo rumo para as relações familiares, destinando-se a:

---

<sup>38</sup> RODRIGUES, Edwirges Elaine. **Políticas públicas como instrumento facilitador do consenso parental e a busca pela efetividade da guarda compartilhada**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, SP, 2017.

<sup>39</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais – o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

<sup>40</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: famílias**. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016.

<sup>41</sup> ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 26, p. 123-147, 2006.



[...] preservar e desenvolver as qualidades mais relevantes entre familiares: o afeto, a solidariedade, a união, o respeito, a confiança, o amor, o projeto de vida comum, permitindo o pleno desenvolvimento pessoal e social de cada partícipe, com base em ideais pluralistas, solidaristas, democráticos e humanistas.<sup>42</sup>

Nessa perspectiva, verifica-se na doutrina uma sistematização acerca dos critérios de parentalidade, anotando-se três possibilidades, que podem ser verificadas conjuntamente ou de maneira separada: a parentalidade biológica, relacionada à consanguinidade e vínculo genético entre os parentes; a parentalidade registral, que conduz a uma presunção relativa de vínculos entre as pessoas, uma vez que é identificada no próprio assento de nascimento da pessoa; e a parentalidade socioafetiva, que advém do vínculo estabelecido no afeto, na relação de carinho, respeito e solidariedade entre pessoas que se tratam como parentes.<sup>43</sup>

Assim, percebe-se que o desejo de ter filhos integra a busca pela felicidade, pela realização máxima do ser humano. Nesse sentido, o direito ao planejamento familiar envolve a decisão de ter ou não ter filhos, numa relação hétero ou homossexual, envolto à consciência da parentalidade responsável, devendo este ser livre e impedido de amarras impostas pelo Estado.

A partir dessa visão, nota-se que a nova sistemática implementada pela Constituição Federal destacou a força normativa dos princípios, sobre os quais está alicerçado todo o sistema infraconstitucional. Assim, conforme aduz Maria Berenice Dias, para além dos princípios gerais, que são aplicados a todos os segmentos, impondo a necessária observação do operador do Direito, existem, também, os princípios especiais, próprios das relações familiares. Considerando que é no Direito das Famílias onde se verifica a maior incidência e aplicação dos princípios constitucionais, há uma considerável identidade de princípios previstos na Constituição Federal e aplicáveis ao âmbito das famílias.<sup>44</sup>

O estudo dos princípios constitucionais relacionados ao espectro da família é de extrema relevância para se compreender as mudanças de paradigma da matéria, proporcionando aos indivíduos os alicerces fundamentais para sua proteção e promoção da dignidade, uma vez que tais princípios refletem os valores que norteiam as relações de família na atualidade.

---

<sup>42</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira. Das relações de parentesco. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha; DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Direito de família e o novo Código Civil**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey/IBDFAM, 2005. p. 87.

<sup>43</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: famílias**. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016.

<sup>44</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

### 3.1.1 Os princípios da igualdade e da liberdade

Os novos contornos da família revelam a busca pelo equilíbrio entre o interesse social e o interesse privado, uma vez que, considerando a família o *locus* onde o indivíduo nasce, desenvolve-se e forma sua personalidade, tem-se que é dever do Estado, da família e da sociedade assegurar, a cada integrante, o direito e o exercício pleno da sua dignidade, expressa pelo direito à vida, à liberdade, à convivência familiar, ao respeito e à igualdade.

Tem-se que a consagração da força normativa dos princípios constitucionais explícitos e implícitos constituiu um dos principais avanços do direito brasileiro, principalmente após a Constituição de 1988, pois superou-se o efeito meramente simbólico que a doutrina tradicional a eles destinava.<sup>45</sup> Conforme a leitura de Farias e Rosenvald: “Não se olvide, pois, que os princípios são enunciados com força normativa e, por força disso, tendem à produção de efeitos concretos, que emergem do garantismo constitucional, voltados, em especial, à valorização da pessoa humana e à afirmação de sua dignidade.”<sup>46</sup>

Assim, permitem a adaptação do Direito à evolução dos valores da sociedade, viabilizando a modulação do conteúdo das normas ao caso concreto, de acordo com cada momento histórico, em um processo permanente de adaptação e transformação. Por conseguinte, tendo em vista a extrema volatilidade do Direito das Famílias, é fácil de se compreender a tamanha importância dos princípios na interpretação das normas atinentes à matéria.

No Direito das Famílias, conforme o entendimento de Sebastião Oliveira, existem duas classes de princípios, os quais encontram-se elencados na Constituição Federal: aqueles relativos à garantia dos membros da família em relação a sua liberdade, frente às influências externas, e os relacionados aos direitos dos membros da família frente ao próprio Estado, objetivando a efetividade dos direitos que lhes são garantidos na Carta Constitucional.<sup>47</sup> Com esses direitos, garante-se a cada cidadão uma esfera de liberdade, de modo a permitir a existência e o livre desenvolvimento da personalidade do seu titular. Mas o que, de fato, compreende o direito à liberdade e à igualdade, dentro da órbita da família?

Primeiramente, cabe consignar que a dignidade da pessoa humana vem posicionada no cume do ordenamento jurídico, permeando o íntimo do Direito das Famílias.

---

<sup>45</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

<sup>46</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: famílias. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016. p. 58.

<sup>47</sup> OLIVEIRA, José Sebastião. **Fundamentos constitucionais do direito de família**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Tem-se que a dignidade da pessoa humana é considerada como o núcleo existencial fundamentalmente comum a todas as pessoas, considerados membros iguais do gênero humano, instituindo-se um dever geral de respeito e proteção.<sup>48</sup> É a partir deste princípio que se ramificam todos os demais, atinentes à organização familiar.

Nesse sentido, conforme leciona Maria Berenice Dias, sob a égide da Constituição Cidadã, os primeiros princípios reconhecidos como direitos humanos fundamentais foram a liberdade e a igualdade, visando garantir o respeito à dignidade da pessoa humana. Isso porque, ao instaurar o regime democrático, intencionou extinguir discriminações de qualquer ordem, proclamando a igualdade e a liberdade como norteadores da família.<sup>49</sup>

Em relação à liberdade na dimensão familiar, bem como a igualdade entre os cônjuges, e também no exercício do poder familiar, verifica-se um redimensionamento da autoridade parental, que acaba por consagrar laços de solidariedade entre pais e filhos. Assim, o direito fundamental à liberdade, no rol dos direitos da criança e do adolescente, é expresso em diversos momentos, como, por exemplo, a necessidade de o adotado, desde os 12 anos de idade, concordar com a adoção, a possibilidade do filho de impugnar o reconhecimento levado a efeito enquanto era menor de dezoito anos. Igualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente consagra como direito fundamental a liberdade de opinião e de expressão e a liberdade de participar da vida familiar e comunitária sem discriminação.<sup>50</sup>

No que tange a sua expressão no âmbito das relações conjugais, o princípio da liberdade consagra um dever de respeito ao livre poder de escolha e autonomia de constituição, assegurando a livre formação familiar, seja em uma união hétero ou homossexual, e a livre dissolução do casamento ou união estável, bem como a liberdade de recompor estas novas estruturas de convívio.<sup>51</sup> Também em respeito ao primado da liberdade, tem-se que é livre a decisão do casal sobre o planejamento familiar, limitando a interferência estatal, tão somente, para propiciar meios educacionais e financeiros para o exercício de tal direito.<sup>52</sup>

Logo, a liberdade se efetiva na constituição, manutenção e extinção da entidade familiar, tornando possível, no plano fático e jurídico, sua permanente reinvenção; no planejamento familiar, garantindo a livre decisão do casal, vedando interferências públicas ou privadas; na garantia contra a violência e opressão no meio familiar; na organização familiar mais democrática, participativa e solidária.

---

<sup>48</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

<sup>49</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

<sup>50</sup> Ibid.

<sup>51</sup> LÔBO, op cit.

<sup>52</sup> DIAS, op. cit.

A prevalência do princípio da igualdade operou profunda transformação no Direito das Famílias, mormente no tocante à igualdade entre o homem e a mulher, entre os filhos e entidades familiares. O aludido princípio destina-se, em especial, ao legislador, vedando-lhe a edição de normas que o contrarie; à administração pública, de maneira que viabilize a implementação de políticas públicas para superação das desigualdades reais existentes; ao Poder Judiciário, para que impeça a perpetuação de desigualdades, cujos conflitos provocaram sua intervenção, e, enfim, às pessoas para que o observem em seu cotidiano.

Dessa maneira, o princípio da igualdade atingiu três situações, no âmbito do Direito das Famílias, nas quais a desigualdade, por muito tempo, permaneceu como uma constante: os cônjuges, os filhos e as entidades familiares. Em observância à ordem constitucional, o Código Civil orientou-se no sentido da solidariedade entre os membros da família, pois fixou a igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges, a mútua colaboração na sociedade conjugal, a igualdade de direitos e deveres da mãe e do pai em relação a pessoa e aos bens dos filhos.<sup>53</sup>

O princípio da igualdade, em sua dimensão formal, pode ser entendido como ordem de aplicação do mesmo direito a todos, é o tratamento equânime oferecido pela lei aos indivíduos. Apesar de sua aparente insuficiência, quando observado a partir da perspectiva formal, na medida em que desconsidera as peculiaridades dos indivíduos, Roger Raupp Rios destaca sua importância, em especial, considerando-se o tema objeto deste estudo:

Pode-se discutir se uma pessoa, pelo fato de ter uma determinada orientação sexual, está ou não impedida de adotar uma criança? Do ponto de vista do princípio da igualdade formal, essa questão não se coloca. Não há nenhuma distinção legal que proíba, por exemplo, um homossexual de adotar uma criança. Logo, não tem sentido excluir do processo de adoção o homossexual puro e simplesmente pelo fato de ele ser homossexual.<sup>54</sup>

Dito isso, conclui-se que, no tocante à identidade de gênero e sexualidade, a percepção de tal princípio é importante para impor um tratamento igual perante à lei,

<sup>53</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

<sup>54</sup> RIOS, Roger Raupp; PIOVESAN, Flávia. A discriminação por gênero e por orientação sexual. In: **Seminário Internacional as Minorias e o Direito**, Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários. Brasília: CJF, 2003. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/serie-cadernos/Volume%2024%20-%20SEMINARIO%20INTERNACIONAL%20AS%20MINORIAS%20E%20O%20DIREITO.pdf/view>. Acesso em: jun. 2020.

permitindo-se um tratamento desigual, somente quando for possível justificar tal diferenciação.<sup>55</sup>

A doutrina de Alexy ensina que “Se não houver uma razão suficiente para a permissibilidade de um tratamento desigual, então, o tratamento igual é obrigatório”, bem como “Se houver uma razão suficiente para o dever de um tratamento desigual, então, o tratamento desigual é obrigatório.”<sup>56</sup> Assim, pretender que as famílias homoafetivas recebam um tratamento diferenciado das famílias constituídas por indivíduos heterossexuais, no tocante à ausência de deflagração de direitos, constitui verdadeira afronta ao princípio constitucional da igualdade, posto que, em sua essência, ambas constituem entidades familiares, aptas a receberem a tutela do direito.

Ocorre que a percepção da igualdade, tão somente, pela sua dimensão formal, não satisfaz a aplicação do princípio, em sua plenitude, tendo em vista que, por si só, não era capaz de tornar acessíveis, aos socialmente desfavorecidos, as mesmas oportunidades que gozam indivíduos socialmente privilegiados. Nos dias atuais, compreende-se a igualdade a partir de uma perspectiva dinâmica, levando-se em consideração e avaliando-se as diferenças existentes na sociedade, que ensejam um tratamento diferenciado, de modo a evitar a perpetuação de desigualdades históricas.<sup>57</sup>

Portanto, na ordem fática, a realização desses princípios encontra-se alicerçada na superação das desigualdades entre os indivíduos, permitindo-se a deflagração de direitos e deveres a todos os sujeitos inseridos na família.

### 3.1.2 Princípio do pluralismo das entidades familiares

A Constituição Federal, ao consagrar a especial proteção à família e elencar o afeto como seu elemento instituidor, pluralizou o conceito de família, que não mais se identifica pela celebração do matrimônio. Inclusive, o *caput* do art. 226 da Constituição Federal

<sup>55</sup> RIOS, Roger Raupp. A homossexualidade e a discriminação por orientação sexual no direito brasileiro. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 38, n. 149, p. 279-295, jan./mar. 2001. p. 286. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/673/r149-23.pdf?sequence=4>. Acesso em: jul. 2020.

<sup>56</sup> ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 408-411.

<sup>57</sup> GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: **Seminário Internacional as Minorias e o Direito**, Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários. Brasília: CJF, 2003. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/serie-cadernos/Volume%2024%20-%20SEMINARIO%20INTERNACIONAL%20AS%20MINORIAS%20E%20O%20DIREITO.pdf/view>. Acesso em: jun. 2020.

apresenta-se como cláusula geral de inclusão, não sendo admissível excluir uma entidade que preencha os requisitos de afetividade, estabilidade e ostensibilidade.<sup>58</sup>

O legislador, dessa maneira, consagrou a proteção estatal não somente à família matrimonial, mas também àquelas entidades informais, sem constituição solene, sendo a família compreendida, então, a partir de uma visão ampla e plural. O princípio do pluralismo das entidades familiares, por conseguinte, reclama o reconhecimento e a efetiva proteção, pelo Estado, das múltiplas possibilidades de configurações familiares, sem qualquer distinção.<sup>59</sup> Poeticamente, Paulo Lôbo aduz acerca da pluralidade das entidades familiares: “A tipicidade é aberta, exemplificativa, enriquecida com a experiência da vida. [...] O mundo da vida é mais complexo que a racionalidade definitória ou classificatória.”<sup>60</sup>

A construção do Direito das Famílias pela história evidencia a importância de um olhar voltado à realidade e às transformações sociais. O descompasso entre o caminhar da sociedade e o direito positivo faz emergir o debate sobre qual o papel de cada operador do direito na busca de soluções mais adequadas ao caso concreto. Frente às novas realidades, em especial da formação pluralizada da família, a partir da constatação do crescimento social e da visibilidade da família homoafetiva, deve o jurista avocar a responsabilidade de compreender e reconstruir o direito positivo, de modo a dar respostas aos crescentes embates do dia a dia.

### 3.1.3 Princípio da afetividade

A partir do advento da Constituição Federal de 1988, toma-se a dignidade da pessoa humana<sup>61</sup> como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e se resgata o valor humano, alocando-o acima de toda e qualquer disposição jurídica. Pode-se afirmar que a adoção da cláusula geral da dignidade da pessoa humana pela Constituição Federal foi fundamental para o reconhecimento dos novos interesses jurídicos que não possuíam relevo jurídico, como o afeto.<sup>62</sup>

Assim, a partir da segunda metade do século XX, verificaram-se grandes mudanças no meio familiar, que fizeram com que o patrimônio e as relações econômicas

<sup>58</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

<sup>59</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: famílias. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016.

<sup>60</sup> LÔBO, op. cit. p. 59.

<sup>61</sup> É interessante observar que a expressão “dignidade da pessoa humana” teve seu marco jurídico com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e possui fundamento filosófico no pensamento kantiano segundo o qual o homem não é um meio para se obter um fim, mas o fim de todas as coisas. Cf. PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 99.

<sup>62</sup> LÔBO, op. cit.

deixassem de ser o núcleo da família, sendo que, hodiernamente, a afetividade é o princípio que fundamenta o Direito das Famílias, e sua presença, mais que em qualquer outro ramo do Direito, faz-se especialmente relevante nas relações de família.

O conceito de família originada a partir de uma relação íntima de afeto entre seus componentes tornou-se o novo paradigma para o Direito: a família e as relações dela advindas não poderiam permanecer com a orientação patrimonialista e patriarcal de outrora. A entidade familiar ultrapassa os limites da previsão jurídica para abarcar o agrupamento de pessoas em que prevalece o elemento afeto. Em outras palavras, o ordenamento jurídico abandona o critério exclusivamente biológico para constatar o vínculo familiar, passando a reconhecer, primordialmente, o vínculo afetivo, que permite que os membros de determinado agrupamento enxerguem uns aos outros como seus familiares.

Mesmo que a palavra afeto não esteja no texto constitucional, a Constituição enlaçou o afeto no âmbito de sua proteção. O princípio da afetividade tem grande relação com o princípio da dignidade da pessoa humana, eis que é o princípio norteador das relações familiares e da solidariedade familiar. Logo, passou-se a atribuir um valor jurídico à afetividade.<sup>63</sup>

Por outro lado, cabe mencionar que há uma estreita relação entre o valor jurídico atribuído ao afeto e a psicanálise, nas palavras de Rodrigo da Cunha Pereira:

O afeto ganhou status de valor jurídico e, conseqüentemente, foi elevado à categoria de princípio como resultado de uma construção histórica em que o discurso psicanalítico é um dos principais responsáveis. Afinal, o desejo e o amor são o esteio do laço conjugal e parental. A entidade familiar deve ser tutelada como meio para a busca da felicidade de cada um dos seus indivíduos.<sup>64</sup>

Esta observação já esclarece o caráter interdisciplinar e a complexidade do tema, bem como a sua finalidade de busca da dignidade e da felicidade no ambiente familiar. E, embora exista esta conexão com a psicanálise, para analisar juridicamente o afeto, é importante ressaltar o conteúdo jurídico deste conceito:

O afeto para o Direito de Família não é apenas um sentimento. É uma ação, uma conduta. É o cuidado, a proteção e a assistência, especialmente entre pais e filhos, entre cônjuges, ou seja, o cuidado e a atenção na família conjugal e na família parental. Tal comportamento pode ser traduzido como obrigação jurídica nas relações entre pai

---

<sup>63</sup> TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito de família**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

<sup>64</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de direito de família e sucessões ilustrado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 610.

e filhos, pois é imprescindível para o desenvolvimento de uma criança e também para a saúde física e mental dos idosos.<sup>65</sup>

Conclui-se, portanto, que o afeto é uma ação, consistente no dever de cuidado, proteção e assistência dos pais em relação aos filhos menores e dos filhos maiores em relação aos pais idosos. O afeto é essencial para o pleno desenvolvimento das integridades física, psíquica e emocional de uma pessoa. Além disso, trata-se de um conceito jurídico e um dever da relação parental.

O impacto do afeto na ordem jurídica brasileira é muito grande. Ele recebeu, força normativa, trouxe novos conceitos e novas interpretações. O princípio da afetividade, por consequência, tornou-se o “balizador de todas as relações jurídicas de família. Sua importância ressignificou e trouxe novos conceitos à ordem jurídica, redefinindo o Direito de Família como a regulamentação as relações de afeto e suas consequências patrimoniais.”<sup>66</sup>

Isto posto, tem-se que a família ascende à posição de local privilegiado para o desenvolvimento de relações interpessoais, voltadas para a máxima evolução de cada integrante do grupo, em uma perspectiva de valorização de sua dignidade. Tendo em vista a evidente remodelação nas configurações familiares e nas consequentes inter-relações delas advindas, é vital que se pense e repense os direitos e deveres inerentes ao aspecto familiar sob o prisma do afeto, contemplando-os com a despatrimonialização das relações para fazer ressaltar as funções de amparo e proteção da dignidade humana.

#### 3.1.4 Princípio do melhor interesse da criança

O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente aloca-se no *caput* e demais parágrafos do art. 227, da Constituição Federal, sendo imprescindível que sua interpretação, no âmbito do planejamento familiar, que circunda a temática do presente estudo, faça-se de maneira conjugada a outros dois princípios, o da parentalidade responsável e o da dignidade da pessoa humana.<sup>67</sup> Isso porque o constituinte considerou a criança e o adolescente como seres em condição peculiar de desenvolvimento, merecendo o respaldo, com prioridade,

---

<sup>65</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de direito de família e sucessões ilustrado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

<sup>66</sup> Ibid. p. 75 (verbete “afeto”).

<sup>67</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais – o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.



por parte do Estado, da sociedade e da família, no âmbito da aplicação dos direitos que lhes cabem e nas relações familiares.

Constata-se que a proteção absoluta e prioritária da criança e do adolescente passou a receber *status* constitucional, além de se encontrar inserido no âmbito dos direitos fundamentais da pessoa humana. Conforme aduz Paulo Lôbo, trata-se de uma “completa inversão de prioridades, nas relações entre pais e filhos”<sup>68</sup>, uma vez que o filho deixa de ser tratado como figura secundária na relação familiar, para alçar o posto de sujeito de direitos, merecedor de absoluta prioridade, posto que são pessoas em processo “físico, mental, moral, espiritual e social”<sup>69</sup> de desenvolvimento.<sup>70</sup>

A Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, aprovada em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e ratificada pelo Brasil, através do Decreto n. 99.710, de 1990<sup>71</sup>, define o melhor interesse da criança como guia de todas as ações relacionadas aos infantes, devendo-se garantir ampla proteção ao menor.

Ao lado da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, é importante instrumento para a efetivação do princípio do melhor interesse da criança. Além do mais, alguns elementos concretos em seu bojo permitem identificar o princípio sob o aspecto de norma específica, a ensejar a sua aplicação direta, como, por exemplo, o art. 45, §2º, que estabelece a necessidade do consentimento do adolescente para que seja deferida a sua adoção.

Na acepção de Rolf Madaleno, o princípio do melhor interesse da criança traz:

[...] um conceito jurídico indeterminado diante da imensa complexidade e infinita variedade de padrões de comportamento adotados em concreto por cada família, constituindo-se esse preceito dos melhores interesses da criança em uma boa técnica legislativa para seguir a evolução singular de cada família e, justamente o legislador deixou de definir o conceito de “melhor interesse da criança” para permitir que a norma fosse se adaptando à imprevisibilidade das situações da vida.<sup>72</sup>

<sup>68</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 55.

<sup>69</sup> BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Poder Legislativo, **Diário Oficial**, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: mar. 2020. (Art. 4º, ECA).

<sup>70</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação**: o biodireito e as relações parentais – o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

<sup>71</sup> BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Poder Executivo, **Diário Oficial**, 22 nov. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm). Acesso em: out. 2020.

<sup>72</sup> MADALENO, Rolf. Manual de Direito de Família. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 33.

É nesse sentido que se encontra a interpretação da supremacia do vínculo afetivo sobre o vínculo biológico, pois, com base no melhor interesse da criança, confere-se prevalência ao critério socioafetivo, que assegure os direitos fundamentais do infante, em especial, o direito à convivência familiar.<sup>73</sup>

No tocante ao planejamento familiar, o princípio prescreve a preponderância dos interesses e direitos da criança e adolescente em detrimento daqueles relativos aos seus pais, afastando a objetificação do infante. Dessa forma, deve atingir não somente os indivíduos menores de idade, mas também as gerações futuras, atuando como importante limite do exercício consciente e responsável do direito reprodutivo dos genitores.

### 3.2 EFEITOS JURÍDICOS DA CONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO DE PARENTESCO EM FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS

As relações de parentesco dizem respeito às relações jurídicas estabelecidas entre os indivíduos que mantêm, entre si, um vínculo familiar, sobretudo de afetividade.<sup>74</sup> Importante destacar que família e parentesco são conceitos distintos, embora dentro daquele esteja contido o mais importante parentesco: a filiação.<sup>75</sup>

O texto vigente do Código Civil reconhece, expressamente, apenas o parentesco natural ou civil, conforme regra esculpida no art. 1.593, nada mencionando acerca do afeto, base do vínculo parental, embora a expressão “ou outra origem”, nele contida, permita uma interpretação ampliativa do dispositivo: “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.”<sup>76</sup>

Historicamente, o parentesco natural relaciona-se àquelas pessoas que mantêm um vínculo consanguíneo, biológico, entre si, ou seja, é a relação que vincula pessoas que descendem umas das outras ou de um ancestral comum.<sup>77</sup> Já o parentesco civil, no entendimento tradicional, resulta da adoção.

<sup>73</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais – o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

<sup>74</sup> TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito de família**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

<sup>75</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

<sup>76</sup> BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, 11 jan. 2002, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em: nov. 2019.

<sup>77</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

Ocorre que a diferenciação entre parentesco consanguíneo e o civil repercute, por conseguinte, na classificação dos filhos em naturais e civis, operando uma distinção que não mais se justifica. Assim, considerando que as profundas alterações que se estabeleceram no Direito das Famílias também refletiram nos vínculos de parentesco, deve este ser interpretado em um sentido amplo. Como bem observa Stolze e Pamplona:

Nessa linha, é preciso admitir uma paridade harmônica — e não uma verticalidade opressora — entre as formas de parentesco natural e civil. Se o parentesco natural decorre da cognação, ou seja, do vínculo da consanguinidade, o denominado parentesco civil resulta da socioafetividade pura, como se dá no vínculo da filiação adotiva, no reconhecimento da paternidade ou maternidade não biológica calcada no afeto, na filiação oriunda da reprodução humana assistida (em face do pai ou da mãe não biológicos), enfim, em todas as outras situações em que o reconhecimento do vínculo familiar prescindiu da conexão do sangue.<sup>78</sup>

Feitas tais considerações, tem-se que, atualmente, no tocante à natureza, o parentesco pode, então, ser natural, quando decorrente de vínculo consanguíneo, ou civil, quando decorrente de vínculo jurídico, através da adoção, ou da afinidade, como o vínculo existente entre um cônjuge ou companheiro e os parentes do outro, ou o decorrente das técnicas de reprodução assistida, com material genético de terceiro. Dias assenta que: “[...] ‘outra origem’ não significa mais e tão somente o parentesco decorrente da adoção, mas o parentesco que tem origem diversa da consanguínea.”<sup>79</sup>

Ainda, os vínculos de parentesco são organizados em linhas, que podem ser retas ou colaterais, tomando-se como referencial um tronco comum, a partir do qual vão se ligando os demais parentes, separadas por graus, representando as gerações.<sup>80</sup> O parentesco em linha reta ocorre quando os indivíduos descendem diretamente do outro, sem limitação de graus. Já no parentesco em linha colateral, os parentes estão unidos a, pelo menos, um ascendente em comum, ou seja, são aquelas pessoas provenientes do mesmo tronco, que não descendem umas das outras.<sup>81</sup>

Assim, partindo de tais noções, a partir de uma visão contemporânea do parentesco, entende-se que o parentesco civil, decorrente da adoção, por exemplo, deve receber o mesmo tratamento do parentesco natural. Stolze aduz que a relação parental em linha reta, por exemplo, deve ser extensiva ao vínculo parental civil, não consanguíneo, como se dá na

---

<sup>78</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**: direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 695.

<sup>79</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 192.

<sup>80</sup> GAGLIANO, op. cit.

<sup>81</sup> ROSA, Conrado Paulino da. **Curso de direito de família contemporâneo**. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

adoção, já que se considera que o pai do adotado é seu parente em linha reta, em 1º grau, por equiparação constitucional.<sup>82</sup>

Atualmente, imprescindível mencionar que, a partir do julgamento do Recurso Extraordinário n. 898.060<sup>83</sup>, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a paternidade socioafetiva, com a possibilidade, inclusive, de uma pessoa ter pais biológicos e socioafetivos, ao mesmo tempo, consagrando a já mencionada multiparentalidade.

Urge ter em mente a constante evolução do Direito das Famílias, como condição que lhe inerente, tendo em vista as interações humanas e as novas descobertas e avanços tecnológico-científicos, ocasionando, por conseguinte, transformações nas relações parentais no plano social e jurídico. Evidencia-se, assim, novas configurações familiares, cujos vínculos começam a ser reconhecidos pelos tribunais, garantindo-lhe efeitos inerentes ao parentesco biológico tradicional.

Em verdade, a constituição dos laços de parentesco irradia consequências tanto no âmbito do Direito Público quando no do Direito Privado, estabelecendo efeitos jurídicos de ordem pessoal e patrimonial. Na seara do Direito das Famílias, em especial, as relações parentais implicam a proibição de o ascendente adotar o descendente, o impedimento para a celebração do casamento ou estabelecimento de união estável entre os parentes, a fixação da obrigação alimentar; concede o direito à tutela ou curatela.<sup>84</sup>

Outro importante efeito da constituição do parentesco é a sujeição dos filhos menores e incapazes ao poder familiar. Atualmente, entende-se que a compreensão do poder familiar transcende o conceito de “[...] conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais em relação à pessoa e aos bens dos filhos não emancipados, tendo em vista a proteção destes”<sup>85</sup>, para atingir a dimensão em que a criança ou adolescente são vistos, também, como indivíduos dotados de necessidades e emoções, demandando o compromisso dos pais na promoção do pleno desenvolvimento da pessoa em estágio de formação, no aspecto moral, emocional, psíquico e afetivo.<sup>86</sup>

Não há qualquer distinção entre os genitores no exercício do poder familiar, sendo que ambos devem atuar na educação e formação dos filhos. Em especial, considerando-

---

<sup>82</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 694.

<sup>83</sup> BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Plenário, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13431919>. Acesso em: jun. 2020. (Recurso Extraordinário n. 898.060. Relator: Min. Luiz Fux. Julgado em: 21 set. 2016; Publicação: 24 ago. 2016).

<sup>84</sup> MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

<sup>85</sup> GAGLIANO, op. cit. p. 30.

<sup>86</sup> MADALENO, op. cit.

se a emancipação da mulher casada e o reconhecimento da dignidade dos filhos, a partir da Constituição de 1988, o poder familiar foi se aproximando da real efetivação do melhor interesse da criança, a ser intentado por ambos os pais de modo consensual, compartilhado e equilibrado.<sup>87</sup>

No âmbito da sucessão, o vínculo de parentesco é determinante para a transferência do patrimônio do falecido,<sup>88</sup> eis que estabelece as classes dos herdeiros. Ainda, como consequência, o parentesco impossibilita o indivíduo de ser testemunha em testamento, e regula as causas de exclusão da herança em razão de indignidade ou deserdação.<sup>89</sup>

A formação de vínculos de parentesco deflagra, ainda, efeitos trabalhistas e previdenciários, ao passo que garante o gozo, aos genitores, do direito à licença maternidade/paternidade. A licença é um direito constitucional, assegurado a todos os empregados, urbanas e rurais. Até 2002, a legislação somente previa o direito aos genitores biológicos, ao passo que, com o advento da Lei n. 10.421/2002, estendeu-se a licença maternidade à mãe adotiva.<sup>90</sup>

No Processo Civil, o parentesco acarreta os impedimentos para depor como testemunha, e suspeição do juiz.<sup>91</sup> Já na esfera do Direito Penal, a constituição de parentesco entre autor do delito e vítima pode constituir causa de agravamento ou de isenção da pena, além de que o Código Penal regula os crimes praticados contra a família, que exige a existência do vínculo.<sup>92</sup> No Direito Administrativo e Eleitoral, a existência de relação de parentesco acarreta a inelegibilidade eleitoral e a restrição para ocupação de cargos de administração, ou seja, vedando a prática do nepotismo.<sup>93</sup>

Considerando a lacuna legislativa existente no Brasil no tocante à homoparentalidade, evidente que os efeitos gerados pela constituição do vínculo homoparental também acabam esbarrando nesses vácuos, cabendo ao julgador fazer uso da analogia e dos princípios gerais do Direito na apreciação dos casos concretos.

Tendo em vista a temática abordada no presente trabalho, destaca-se a filiação, um dos mais relevantes parentescos dentro da perspectiva da família. Tartuze conceitua a filiação como a relação jurídica advinda do parentesco por consanguinidade ou outra origem,

---

<sup>87</sup> SCHREIBER, Anderson. **Manual de direito civil: contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

<sup>88</sup> ROSA, Conrado Paulino da. **Curso de direito de família contemporâneo**. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

<sup>89</sup> MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

<sup>90</sup> MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito de família**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

<sup>91</sup> ROSA, op. cit.

<sup>92</sup> MADALENO, op. cit.

<sup>93</sup> ROSA, op. cit.

estabelecida entre pais e filhos.<sup>94</sup> Em verdade, a predileção da verdade afetiva em detrimento da realidade biológica estabeleceu a ampliação do conceito de filiação.

Dessa maneira, assim como a percepção que recai sobre a formação da entidade familiar, a filiação, hodiernamente, passou a ser identificada através da presença de um vínculo afetivo paterno-filial, e, por consequência, também a paternidade, que deriva do estado de filiação, teve sua definição ampliada, sendo pertinente a afirmação de que toda paternidade é, necessariamente, socioafetiva.

---

<sup>94</sup> TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito de família. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 611.

#### 4 A ADOÇÃO PROMOVIDA POR CASAIS HOMOAFETIVOS

A adoção é um dos institutos mais antigos que se tem conhecimento, sendo utilizada por praticamente todos os povos, em determinado momento de sua evolução, ao acolherem crianças no seio das famílias como se filhos naturais fossem. Ressalta Tânia da Silva Pereira que o ato de adotar se deu entre os antigos com o intuito de perpetuação do culto doméstico, tendo em vista o medo de extinção da espécie.<sup>95</sup>

Na cultura ocidental, foi em Roma que o instituto ganhou a primeira maior visibilidade, vez que a adoção se tornou um instrumento de Direito Público utilizado pelos imperadores para designar seus sucessores. Posteriormente, já no século XIX, a adoção foi abordada no Código de Napoleão, em razão do interesse do próprio Imperador, que, diante da esterilidade de sua esposa, desejava adotar um de seus sobrinhos a fim de dar continuidade ao seu império, tendo influenciado, sobremaneira, as legislações modernas.<sup>96</sup>

A partir do século XX, a edição de novas leis passou a modificar o instituto da adoção, adaptando-o às exigências de cada sociedade. No Brasil, a adoção passou a ser sistematizada com o Código Civil de 1916, com diversos aspectos herdados do Código Napoleônico, em um texto rígido e fechado.<sup>97</sup>

A adoção tinha um caráter essencialmente contratual, na medida em que se baseava, exclusivamente, na manifestação de vontade dos adotantes, obrigatoriamente pessoas casadas, maiores de cinquenta anos de idade e que não possuíam filhos, registrada por simples escritura pública. Havia a possibilidade de desligamento por convenção das partes ou por ingratidão do adotado em relação ao adotante, demonstrando a primazia do interesse do adotante sobre o do adotado.<sup>98</sup>

A partir da edição da Lei n. 4.655/65, foi introduzida a figura da “Legitimação Adotiva”, posto que vinculou a legitimidade da adoção à decisão judicial, com a participação obrigatória do representante do Ministério Público no procedimento, que, então, passou a contar com o proferimento de sentença, tornando o ato irrevogável.<sup>99</sup>

---

<sup>95</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). **Tratado de direito das famílias**. 3. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2019.

<sup>96</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de Direito de Família e Sucessões**. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2018. p. 56.

<sup>97</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha op. cit.

<sup>98</sup> BRASIL. Lei no 3.071, de 1 de janeiro de 1916. **Código civil**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 52. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

<sup>99</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha op. cit.

Em 1979, a Lei n. 6.697, também conhecida por “Código de Menores”, instituiu duas formas de adoção: a adoção plena, que seguiu a Legitimação Adotiva, e a adoção simples, regida pelo Código Civil de 1916 e pelo Código de Menores. A primeira forma de adoção estendeu o vínculo adotivo à família do adotante, constando, no registro, o nome dos avós do adotado, independentemente do consentimento, além de fixar que os direitos sucessórios, alimentícios ou relativos ao poder familiar, estendiam-se aos filhos adotivos.<sup>100</sup>

Por outro lado, a adoção simples era aplicada aos menores de dezoito anos que se encontravam em situação de irregularidade, sendo que o ato era feito através de escritura pública, exigindo-se um estágio de convivência, com a família adotante, de pelo menos um ano, exceto para adotandos com idade menor que cinco anos.

Como reflexo do modo como era entendida a adoção e pela forma como a família era delineada pelo Direito no início e em meados do século XX, a legislação sobre adoção possuía faces absolutamente diversas das que se verifica na legislação atual. Isso porque a feição contemporânea da adoção está assentada na proposta de se oportunizar ao indivíduo a sua inserção em um núcleo familiar, promovendo sua integração plena e efetiva, objetivando o desenvolvimento de sua personalidade, de modo a assegurar a sua dignidade.

Assim, foi somente com a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, que se passou a atender, efetivamente, aos interesses das crianças e adolescentes envolvidos no processo de adoção. Tomou forma a sistemática atual da adoção no Brasil, impondo a observância de regras com o objetivo precípua de proteção aos interesses do menor.

Atualmente, os aspectos legais da adoção encontram-se disciplinados pelo ECA, sendo que o Código Civil continha os aspectos legais da adoção de maiores de dezoito anos.<sup>101</sup> Importante ressaltar que esta superposição foi sanada com as alterações trazidas pela Lei nº 12.010/2009<sup>102</sup>, conhecida como Lei Nacional da Adoção, que, dentre outras mudanças, revogou vários dispositivos do Código Civil de 2002, mantendo a vigência somente dos artigos 1.618, caput, e 1.619, com redações alteradas. Dessa forma, restou estabelecido que as normas do Código Civil deveriam ser interpretadas em conformidade com a norma constitucional.

<sup>100</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). **Tratado de direito das famílias**. 3. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2019.

<sup>101</sup> BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, 11 jan. 2002, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em: nov. 2019. (Art. 1.623, CC).

<sup>102</sup> Id. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 04 ago. 2009, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm). Acesso em: nov. 2019.



A Constituição Federal, em seu artigo 227, §5º, preceitua que “A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.”<sup>103</sup> Ainda, proíbe toda designação e tratamento discriminatório entre os filhos, biológicos ou por adoção.

A adoção é tida como medida excepcional pelo ECA, havendo inclinação expressa da preferência de manutenção da criança e do adolescente em sua família biológica.<sup>104</sup> Assim, as novas regras relativas à adoção, na verdade, surgem num contexto mais amplo, que procura enfatizar a excepcionalidade da medida em detrimento da permanência da criança ou adolescente em sua família de origem ou de outras formas de acolhimento familiar que não importem no rompimento dos vínculos de afinidade e afetividade com sua família natural.

Em que pese a colocação de criança em família substituta seja medida excepcional, esta priorização da família natural deve ser interpretada a partir do princípio do melhor interesse da criança, no caso concreto. Isso porque a medida urge ser utilizada quando a família biológica deixa de atender às necessidades básicas ao completo desenvolvimento físico e psicológico do infante. Rodrigo da Cunha Pereira adota uma postura severa nesse sentido, ao afirmar que:

Vê-se aí um equívoco conceitual e principiológico, vez que, ao priorizar a família biológica à afetiva, ignora toda a evolução do pensamento psicanalítico e antropológico de que a família é muito mais um fato da cultura que da natureza. E assim, a própria lei da adoção acaba não atingindo sua finalidade de viabilizar a adoção e assegurar o melhor interesse do menor, pois nem sempre o melhor para a criança é permanecer no núcleo familiar, e que muitas vezes nenhum vínculo tem com eles, especialmente quando recém-nascidos [...].<sup>105</sup>

Em relação aos requisitos pessoais da adoção, a Lei Nacional de Adoção trouxe a idade mínima do adotante como sendo dezoito anos<sup>106</sup>, adequando os dispositivos do ECA ao instituto da capacidade civil. O estado civil do adotante é irrelevante para a adoção<sup>107</sup>, contudo, há disposição expressa determinando que, para a adoção conjunta, devem os adotantes serem casados ou viverem em união estável.<sup>108</sup> Caso este seja divorciado ou separado judicialmente,

<sup>103</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Poder Legislativo. **Diário Oficial de União**, 05 out. 1988, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: dez. 2019.

<sup>104</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de Direito de Família e Sucessões**. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2018, p. 59.

<sup>105</sup> Ibid.

<sup>106</sup> BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 jul. 1990, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: dez. 2019. (Art. 42, *caput*, ECA).

<sup>107</sup> Ibid. (Art. 42, *caput*, ECA).

<sup>108</sup> Ibid. (Art. 42, §2º, ECA).

o estágio de convivência deve ter sido iniciado durante a constância do casamento, e o regime de visitas e a guarda deverá ser acordado entre as partes.<sup>109</sup>

Ainda, exige-se que o adotante seja, pelo menos, dezesseis anos mais velho que o adotando<sup>110</sup>, de forma a manter o vínculo paterno-filial, com a ideia de hierarquia e subordinação presentes. Contudo, a regra admite flexibilização quando o pedido de adoção for precedido de um período de convívio que permita a formação da filiação afetiva, ou seja, quando verificada a superioridade do interesse da criança.

Quanto aos requisitos formais, tem-se a necessidade do processo judicial para concretizar a adoção através de uma sentença constitutiva, ou seja, a adoção sempre será assistida pelo Poder Público.<sup>111</sup> Os interessados a adotar devem se cadastrar em juízo, demonstrando seu desejo à adoção.<sup>112</sup>

Ademais, a adoção exige o contato pessoal prévio e, assim, a lei veda que esta seja promovida por procuração, constituindo-se ato personalíssimo.<sup>113</sup> Tal proibição se deve ao fato de que é necessário um estágio de convivência prévio entre adotante e adotando.<sup>114</sup> O estágio de convivência tem por finalidade a constatação da adaptação do adotando na pretensa família, feita através de estudo social, que verifica o contexto em que o menor e a família estão inseridos, bem como os reais motivos do pedido de adoção.<sup>115</sup>

Ainda como requisito formal, está a necessidade do consentimento dos pais ou do representante legal do menor, a ser manifestado.<sup>116</sup> Contudo, este requisito é dispensado se os pais forem desconhecidos, se estiverem destituídos do poder familiar, ou se o adotando for maior de 12 anos de idade, quando será necessário o seu consentimento, a ser colhido em audiência.<sup>117</sup>

São impedidos de adotar os ascendentes e irmãos do adotando<sup>118</sup>, assim como o tutor ou curador, enquanto não houver a prestação de contas de sua administração.<sup>119</sup>

<sup>109</sup> BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 jul. 1990, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: dez. 2019. (Art. 42, §4º, ECA).

<sup>110</sup> Ibid. (Art. 42, §3º, ECA).

<sup>111</sup> Ibid. (Art. 47, *caput*, ECA).

<sup>112</sup> Ibid. (Art. 50, ECA).

<sup>113</sup> Ibid. (art. 39, §2º, ECA).

<sup>114</sup> Ibid. (Art. 46, ECA).

<sup>115</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). **Tratado de direito das famílias**. 3. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2019.

<sup>116</sup> BRASIL, op. cit. (Art. 45, *caput*, ECA).

<sup>117</sup> Ibid. (Art. 28, §1º, ECA).

<sup>118</sup> Ibid. (Art. 42, §1º, ECA).

<sup>119</sup> Ibid. (Art. 44, ECA).

Por fim, porém não menos importante, tem-se como requisito para a adoção o fato de que esta deve representar, efetivamente, reais vantagens para o adotando, considerando o ambiente familiar, a situação econômica e material dos requerentes, devendo se fundar em motivos legítimos, ou seja, a intenção precípua de oferecer uma família ao adotando.<sup>120</sup> Nas palavras de José Raffaelli Santini: “[...] o fundamental é que a adoção é uma medida de proteção aos direitos da criança e do adolescente, e não um mecanismo de satisfação de interesses dos adultos.”<sup>121</sup>

O processo de adoção se dá pela jurisdição voluntária ou contenciosa. Não há o litígio no caso de consentimentos dos pais, ou então que estes já estejam destituídos do poder familiar. Contudo, haverá litigiosidade quando os pais biológicos resistirem à adoção ou pelo fato de se encontrarem em local incerto, caso em que o pedido de adoção será cumulado com o de perda do poder familiar.<sup>122</sup>

Assim, a sentença que constitui a adoção, modifica o *status quo*, e atribui ao adotado a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres dispensados aos filhos naturais, vedando qualquer tipo de discriminação. Trata-se de ato irrevogável<sup>123</sup> e incaducável<sup>124</sup>, que gera efeitos de ordem pessoais e patrimoniais.<sup>125</sup>

Mais recentemente, a edição da Lei 13.509, de 2017, alterou o ECA e o Código Civil, trazendo normas que incentivam e facilitam o processo de adoção. Dentre as principais modificações, destaca-se a redução do prazo máximo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, para dezoito meses<sup>126</sup>, o prazo máximo de noventa dias para fixação do estágio de convivência pela autoridade judiciária, podendo, contudo, ser prorrogado a critério do magistrado.<sup>127</sup>

Visando agilizar os procedimentos do ECA, ante à evidente problemática brasileira da extrema morosidade, que acarreta prejuízos ainda mais irreparáveis às crianças e adolescentes suscetíveis de adoção, a nova legislação fixou regra distinta da nova dinâmica processualista, determinando que os prazos e os procedimentos da Lei 8.069/90 deverão ser

<sup>120</sup> BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 jul. 1990, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: dez. 2019. (Art. 43, ECA).

<sup>121</sup> SANTINI, José Raffaelli. **Adoção, guarda, medidas socioeducativas**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. p.72.

<sup>122</sup> BRASIL, op. cit. (Art. 45, §1º, ECA).

<sup>123</sup> Ibid. (Art. 39, §1º, ECA).

<sup>124</sup> Ibid. (Art. 49, ECA).

<sup>125</sup> Ibid. (Art. 41, ECA).

<sup>126</sup> Ibid. (Art. 19, §2º, ECA).

<sup>127</sup> Ibid. (Art. 46, ECA).

todos contados em dias corridos, e não em dias úteis, como os do Código de Processo Civil, excluindo o dia do início e incluindo o do vencimento.<sup>128</sup>

Nessa mesma perspectiva, instituído o programa de apadrinhamento, que consiste em estimular que a criança e o adolescente, que estejam em acolhimento institucional ou em acolhimento familiar, possam formar vínculos afetivos com pessoas de fora da instituição ou da família acolhedora onde vivem, e que se dispõem a ser “padrinhos”.<sup>129</sup> A intenção do dispositivo é proporcionar à criança ou adolescente o contato e o conhecimento de como é viver em uma família saudável, com carinho e amor.

Com a Constituição Federal de 1988, a estrutura jurídica da adoção foi, mais uma vez, alterada. Consagrou-se a proteção isonômica entre os filhos, fortalece a formação da família socioafetiva e confia ao afeto um novo valor jurídico. Assim, a partir dessa nova perspectiva, a filiação prescinde unicamente da realidade biológica, posto que a ideia de socioafetividade, que dá origem à adoção, constitui-se na convivência duradoura, formada por laços afetivos.

Dessa maneira, juridicamente, a adoção é “ato solene pelo qual se cria entre o adotante e o adotado relação fictícia de paternidade e filiação.”<sup>130</sup> Para Maria Berenice Dias, a “adoção constitui um parentesco eletivo, por decorrer exclusivamente de um ato de vontade. [...] Trata-se de modalidade de filiação construída no amor.”<sup>131</sup> Ainda, segundo Rodrigo da Cunha Pereira: “ADOÇÃO – Do latim *adoptare*, é o ato de tomar alguém por filho.”<sup>132</sup> Assim, constitui a mais ampla forma de colocação de menores de idade em família substituta, de forma a imitar a natureza a partir da criação da filiação civil, sempre levando em conta, primordialmente, o interesse e bem-estar do menor.

Nos dias atuais, o afeto tornou-se palavra de ordem no ambiente do Direito das Famílias. Assim, a família passou a vincular os seus membros por meio dos laços da solidariedade, amor, companheirismo e afeto. Dessa forma, ao admitir que o principal aspecto a ser levado em conta, nas relações familiares, é a percepção de que o afeto e o amor constituem a base da família, há de se falar no instituto da adoção, em especial a promovida por casais homoafetivos.

<sup>128</sup> BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 jul. 1990, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: dez. 2019. (Art. 152, § 2º, ECA).

<sup>129</sup> Ibid. (Art. 19-B, ECA).

<sup>130</sup> MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito de Família**. 3. ed. São Paulo: Max Limonad Editor, 1947. v. 3. p. 177.

<sup>131</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 327.

<sup>132</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de Direito de Família e Sucessões**. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2018. p. 56.

Na pós-modernidade, reconhece-se que a sociedade global tem experimentado profundas e significativas mudanças, em um processo contínuo de descentralização das antigas estruturas de poder, de múltiplas redefinições nos modos de organização da vida. Este cenário coloca em evidência uma “crise paradigmática”<sup>133</sup>, com a entrada de novos sujeitos sociais e alargamento das demandas materiais, que favorecem o aparecimento de novas formas de juridicidade.

Em sede de Direito das Famílias, considerando que a evolução da sociedade, nas últimas décadas, causou uma verdadeira transformação nos modelos, até então estabelecidos, não é pertinente que o legislador pretenda amoldar a vida à norma, desejando que o fato se encaixe ao modelo legal fixado, sem levar em consideração os princípios relacionados à vida e à dignidade, no caso em concreto.

No que tange ao direito brasileiro, percebe-se que a legitimidade de determinados aspectos das relações de família se deslocou da norma para o âmbito das decisões judiciais. As questões que cercam o casamento, a separação, o divórcio, a prestação de alimentos, a formação da parentalidade, dentre outras, encontraram, no sistema judiciário, um espaço institucionalizado, responsável por reconhecer os aspectos das relações familiares.

Essa postura possibilitou a legitimação estatal, através dos tribunais, de novas demandas relativas ao Direito das Famílias, em relação a parte da população que se via excluída da tutela do direito, em razão das omissões do legislador, especificamente, no caso em exame, em relação aos indivíduos homoafetivos.

Dentre as demandas em curso no Poder Judiciário, certamente aquelas relacionadas ao Direito das Famílias são as que exigem maior atenção e estudo dos juristas, eis que se apresentam em permanente dinamicidade e transformação quanto às relações interpessoais. Nesse aspecto, considerando a rigidez das normas, tem-se que a doutrina e a jurisprudência são as responsáveis pela adequação das mudanças ocorridas na sociedade nas normas de Direito das Famílias e na sua interpretação atualizada. Isso porque a jurisprudência pressupõe a consolidação de uma hermenêutica coerente, não engessada, atenta às forças normativas do fato, bem como à realidade social.

Sem dúvidas, a possibilidade da adoção promovida por indivíduos homossexuais é um dos temas mais abordados nos Tribunais em matéria de Direito das Famílias, revelando uma forte controvérsia social que resulta em posicionamentos diversificados no âmbito da jurisprudência nacional.

---

<sup>133</sup> WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas**, uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003.

Dessa maneira, buscando conhecer como os Tribunais têm tratado a questão, qual seja, a adoção promovida por casais homoafetivos, adotou-se, neste capítulo, o método de levantamento por meio da técnica de pesquisa jurisprudencial qualitativa junto ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

A escolha destes dois Tribunais se justifica pelo fato de que, considerando a atualidade do tema e a ausência de lei infraconstitucional que regule a matéria, casos envolvendo a negativa de Juízes à adoção homoparental acabam por desembocar nestes Tribunais Superiores, momento em que serão analisados à luz dos princípios constitucionais. A busca foi realizada junto ao repositório eletrônico jurisprudencial de cada um desses Tribunais (<http://portal.stf.jus.br/>; <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Inicio>), utilizando-se das seguintes palavras-chave: adoção; união homoafetiva; homossexual; homoparental.

Quanto à forma de análise dos resultados obtidos na pesquisa jurisprudencial junto ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, foi considerado o período de 2010 a agosto de 2020. A data inicial justifica-se pelo fato da histórica decisão que legitimou a família homoafetiva, através do reconhecimento da possibilidade de formação da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Depois de levantados, os dados foram filtrados, descartando-se os resultados que não guardaram relação com o objeto desse estudo.

Apesar da importância da verdade biológica em diversos contextos da vida privada de uma pessoa, é a verdade afetiva que deve despontar como realidade dominante na vida e desenvolvimento de uma criança ou adolescente. Assim, é nesse cenário que a adoção, enquanto vínculo semelhante à filiação biológica, mas sedimentada no afeto, na realidade social e emocional, e, portanto, no melhor interesse da criança e do adolescente, deve ser protegida.

#### 4.1 ADOÇÃO UNILATERAL

A adoção unilateral ocorre quando há a manutenção dos vínculos de filiação com um dos genitores, surgindo o vínculo civil com o companheiro ou cônjuge deste genitor.<sup>134</sup> O artigo 41, §1º do ECA aborda esta figura da adoção, na qual há somente um pai ou uma mãe registral, sendo que não há perda do poder familiar em relação a este genitor, que passa a ser exercido pelo adotante em conformidade com o cônjuge ou companheiro. Dada a sua condição especial de adoção, eis que possibilita a substituição de somente um dos genitores.<sup>135</sup>

<sup>134</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). **Tratado de direito das famílias**. 3. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2019.

<sup>135</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 350.

A inovação inaugurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ao admitir a adoção singular do filho do cônjuge ou do companheiro, certamente favorece a integração da criança ou do adolescente na nova família constituída pelo seu genitor. Além disso, ao se conceder a adoção da criança ao novo cônjuge ou companheiro do genitor, resguarda e confere a esta a possibilidade de usufruir direitos constituídos pelo novo vínculo.

Maria Berenice Dias expõe três possibilidades para a adoção unilateral: (1) Quando o filho, reconhecido apenas por um dos pais, é adotado pelo parceiro deste, no futuro; (2) Quando o filho, apesar de reconhecido por ambos os genitores, decai um destes do poder familiar, deferindo-se a adoção ao novo cônjuge ou companheiro; (3) na hipótese de falecimento do pai biológico, podendo o órfão ser adotado pelo cônjuge ou companheiro do genitor sobrevivente.<sup>136</sup>

Tal espécie de adoção dispensa o procedimento de cadastramento do adotante, podendo ser direcionada a determinada pessoa.<sup>137</sup> Por outro lado, evidente que o pedido de adoção está condicionado ao preenchimento dos requisitos legais, estabelecidos nos arts. 42 e 43 do ECA, conforme já mencionado, de maneira a verificar se será vantajosa a colocação do menor na família adotante, analisando a conduta e comportamento dos requerentes, e também a real intenção do pedido, seja esta homo ou heterossexual.

A adoção não tem como requisito a identidade de gênero ou a orientação sexual dos adotantes. Portanto, um indivíduo homossexual, solteiro, poderia realizar seu projeto parental, individualmente, através da adoção de criança ou adolescente. É nesse sentido que a adoção por pessoa homoafetiva já encontra proteção no manto da lei e na jurisprudência, pois é pacificado o entendimento de que, preenchidos os preceitos legais dos artigos 38 ao 52 do ECA, deve ser concedida a adoção.

Foi nesse sentido a decisão do STJ, publicada no seu Informativo n. 567, admitindo a possibilidade de indivíduo homoafetivo ser incluído na lista de adoção:

Recurso especial. Inscrição de homoafetivo no registro para adoção de menores. Possibilidade. Limite de idade para ser adotado. Inexistência de previsão legal. Requisitos do recurso não preenchidos. Omissão não configurada. Dispositivos legais não prequestionados.<sup>138</sup>

<sup>136</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 351.

<sup>137</sup> BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 jul. 1990, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: dez. 2019. (Art. 50, §13º, I, ECA).

<sup>138</sup> Id. **Superior Tribunal de Justiça**. Terceira Turma, Brasília, 2015. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=50241196&num\\_registro=201102747631&data=20150825&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=50241196&num_registro=201102747631&data=20150825&tipo=5&formato=PDF). Acesso em: jun. 2020. (Recurso especial n. 1.540.814/PR. Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 18 ago. 2015. Dje: 25 ago. 2015).

A oposição à adoção de um menor só será justificada quando a investigação psicossocial atestar inidoneidade moral do adotante, conforme explicitado pelo art. 29 do ECA: “Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.”<sup>139</sup>

Os indivíduos homossexuais que, sozinhos, adotam uma criança ou adolescente, cativando laços de afeto, constituem famílias monoparentais, protegidas constitucionalmente. No caso de família recomposta, não se pode deixar de pensar na relação afetiva do parceiro homoafetivo com o filho do companheiro, e na possibilidade de uma adoção unilateral pelo mesmo, viabilizando o duplo registro civil de maternidade ou paternidade, na certidão de nascimento do adotado.

Ocorre que a opção pela adoção unilateral, promovida por indivíduos homoafetivos, muitas vezes, se dá em razão da omissão legal e do preconceito que atinge o Poder Judiciário, eis que, diante do grande temor em não conseguirem adotar uma criança, conjuntamente, acabam promovendo o pedido unilateralmente. Esse comportamento prejudica grandemente a criança e o adolescente que, ao invés de ter todos os direitos advindos da filiação, como alimentos e direitos sucessórios, os tem apenas em relação ao adotante.<sup>140</sup>

Tratando-se do instituto da adoção, deve prevalecer sempre o princípio do melhor interesse da criança. Inaceitável que a adoção seja negada pelo fato da orientação sexual dos adotantes, a caracterizar atitude extremamente preconceituosa, punitiva, cerceadora do direito constitucional à maternidade e à paternidade, bem como impedindo que crianças e adolescentes tenham o direito à convivência familiar, o direito ao afeto e à felicidade, acarretando injustificável prejuízo ao menor, a quem a Constituição Federal outorga especial proteção.

## 4.2 ADOÇÃO CONJUNTA

Tratando das famílias homoafetivas, considerando o atual momento histórico-sócio-cultural, um dos direitos mais reclamados por estas é o direito à adoção conjunta. Isso porque a resistência da sociedade e do Direito em admitir a homoparentalidade sempre foram tão grandes, que aos casais do mesmo sexo não era nem mesmo admitida a habilitação à adoção.

<sup>139</sup> BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 jul. 1990, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: dez. 2019.

<sup>140</sup> DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBTI**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 208.



Conforme já delineado, percebe-se que, hoje em dia, a parentalidade e o conceito de família tendem a se desvencilhar da vertente exclusivamente biológica, aproximando-se, cada vez mais, da vertente afetiva ou social. Dessa forma, evidente o caráter familiar das uniões entre pessoas do mesmo sexo, sedimentadas no afeto e na solidariedade, aptas a produzir todos os efeitos comuns do Direito das Famílias, dentre elas, a possibilidade de constituição da parentalidade, através da adoção.

Para os fins pretendidos no presente trabalho, uma vez delineados os requisitos objetivos e subjetivos da adoção, neste momento, destaca-se apenas o requisito do estado civil do adotante. A matéria encontra-se regulada no artigo 42, do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. [...] §2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.”<sup>141</sup>

Assim, em matéria de adoção, o ECA não aborda qualquer restrição em relação ao sexo, identidade de gênero ou orientação sexual do adotante, permitindo a adoção ao homem ou à mulher, em conjunto ou separadamente. Quando da promoção da adoção conjunta, os requisitos aparecem no tocante à verificação do estado civil dos adotantes.

Antes do julgamento da ADI 4277, pelo Supremo Tribunal Federal, a possibilidade da adoção nas relações homoafetivas esbarrava no requisito do estado civil dos adotantes, tendo em vista que as uniões entre pessoas do mesmo sexo não eram reconhecidas como uniões estáveis e, conseqüentemente, a estas não era permitida a conversão ou a realização do casamento. Portanto, aos casais homoafetivos restava, apenas, a adoção unilateral, por indivíduo singular do casal, constando no registro civil de nascimento do adotado apenas o nome de um parceiro.

Após o julgamento da decisão histórica, pela Suprema Corte brasileira, reconhecendo a família homoafetiva, constituída através da união estável, a adoção por casais do mesmo sexo ganha uma nova feição. Contudo, sabe-se que o ordenamento jurídico brasileiro ainda não enfrenta a questão da adoção promovida por casais homoafetivos, e também que tal resistência se deve, em grande parte, em função de grandes preconceitos ainda existentes no meio social.

Dentre as especulações, são suscitadas dúvidas quanto ao bom desenvolvimento da criança, eis que há equivocada crença de que a falta de referências comportamentais possa

---

<sup>141</sup> BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 jul. 1990, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: dez. 2019.

trazer sequelas de ordem psicológica ao adotado, tornar confusa sua identidade sexual, com maior propensão deste se tornar homossexual, além do medo de que a criança venha se tornar alvo de rejeição ou motivo de chacotas na sociedade.<sup>142</sup>

Contudo, tais preconceitos, a justificarem a negativa da adoção por pares homossexuais, não se sustentam. Nas palavras de Maria Berenice Dias:

Essas preocupações, no entanto, são afastadas com segurança por quem se debruça no estudo das famílias homoafetivas com prole. As evidências trazidas pelas pesquisas não permitem vislumbrar a possibilidade de ocorrência de distúrbios ou desvios de conduta pelo fato de alguém ter dois pais ou duas mães. Não foram constatados quaisquer efeitos danosos ao normal desenvolvimento ou à estabilidade emocional decorrentes do convívio de crianças com pais do mesmo sexo. Também não há registro de dano sequer potencial ou risco ao sadio estabelecimento dos vínculos afetivos. Igualmente nada comprova que a falta do modelo heterossexual acarreta perda de referenciais a tornar confusa a identidade de gênero. Diante de tais resultados, não há como prevalecer o mito de que a homossexualidade dos genitores gere patologias nos filhos.<sup>143</sup>

Nesse mesmo sentido, Roger Raupp Rios destaca pesquisas científicas estrangeiras relevantes que demonstram a possibilidade da adoção homoafetiva:

No mundo real, além de pesquisas sérias e bem fundamentadas revelarem desenvolvimento pessoal absolutamente normal por parte de crianças cuidadas por casais homossexuais, nada conforta a premissa, velada ou explícita, de que a heterossexualidade seja garantia de uma vida melhor para quem quer que seja. Todavia, a homofobia e o heterossexismo resultam não só numa interpretação equivocada do ordenamento jurídico, como também na violação de direitos de casais homossexuais e de seus filhos. De fato, as pesquisas psicológicas revelam que casais homossexuais não diferem de casais heterossexuais no que diz respeito à criação de seus filhos, além de rejeitar as hipóteses de confusão de identidade de gênero, de tendência à homossexualidade e de dificuldade no desenvolvimento psíquico e nas relações sociais de crianças cuidadas por casais homossexuais (neste sentido, por exemplo, Patterson, *Lesbian and gay parents and their children: Summary of research findings*. In *Lesbian and gay parenting: A resource for psychologists*. Washington: American Psychological Association, 2004; Patterson, Gay fathers. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development*. New York: John Wiley, 2004; Perrin e Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health, Technical Report: Coparent or second-parent adoption by same-sex parents. *Pediatrics*, 2002; Tasker, Children in lesbian-led families - A review. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 4, 1999).<sup>144</sup>

Para além, a Associação Americana de Psicologia, a Academia Americana de Psiquiatria de Crianças e Adolescentes, a Academia Americana de Pediatras, a Associação

<sup>142</sup> DIAS, Maria Berenice. **Adoção homoafetiva**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/uploads/6\\_-\\_ado%E7%E3o\\_homoafetiva.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/6_-_ado%E7%E3o_homoafetiva.pdf). Acesso em: dez. 2019.

<sup>143</sup> Ibid. (grifo nosso).

<sup>144</sup> RIOS, Roger Raupp. Adoção por casais homossexuais: admissibilidade. **Carta Forense**, 01 jun. 2009. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/adocao-por-casais-homossexuais-admissibilidade/4233>. Acesso em: jun. 2020.

Psicanalítica Americana e a Academia Americana de Pediatras<sup>145</sup> já se posicionaram afirmando que crianças criadas por casais homoafetivos não apresentam problemas ou distúrbios maiores do que as criadas por casais heterossexuais, sendo que pais homossexuais são capazes de proporcionar ambientes saudáveis aos filhos. As associações apoiam a adoção por casais do mesmo sexo, acompanhada de todos os direitos legais, benefícios e responsabilidades associados ao fato e que sejam consequência de tais iniciativas.<sup>146</sup>

Com o objetivo de orientar os casais homoafetivos pretendentes à adoção, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 2008, criou uma cartilha que contempla artigos de pesquisadores brasileiros sobre o tema, desmistificando os preconceitos sobre a adoção e apresentando referências que permitam nortear a atuação dos psicólogos, quando do trabalho relacionado aos processos de adoção.<sup>147</sup>

Certo é que a orientação sexual ou a identidade de gênero não são elementos definidores de um bom ou mau exercício da parentalidade. O que se há de considerar, sem exceções, é o melhor interesse do adotando, a partir de um aspecto mais amplo, envolvendo elementos afetivos, econômicos, sociais, intelectuais, psicológicos, dentre outros, indispensáveis e preponderantes ao pleno ou saudável desenvolvimento da prole.

Sob esta perspectiva, obrigatória a habilitação conjunta do casal pretendente à adoção, com vistas a assegurar efetividade ao princípio do melhor interesse da criança. Após realizada a habilitação, analisando o Estatuto da Criança e do Adolescente, constata-se a presença de certa discricionariedade atribuída aos juízes, através de cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados, a fim de que sejam verificadas questões envolvendo as crianças e adolescentes, valorando-se a conveniência e a oportunidade da adoção. O estágio de convivência é um exemplo claro dessa discricionariedade, uma vez que seu propósito é, justamente, oferecer aos juízes condições de avaliar os aspectos subjetivos e vantajosos da colocação da criança ou do adolescente em família substituta, através da adoção.<sup>148</sup>

Assim, essa margem de liberdade, que é outorgada aos juízes, deve ser utilizada no estrito fundamento de se constatar o melhor interesse do menor, visando a interpretação adequada para a formação do vínculo de parentesco. Obviamente, rechaça-se que esta

<sup>145</sup> AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Lesbian and gay parenting*. 2005. Disponível em: <https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

<sup>146</sup> Ibid.

<sup>147</sup> CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Adoção: um direito de todos e todas*. Brasília, 2008. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/cartilha\\_adocao.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/cartilha_adocao.pdf). Acesso em: dez. 2019.

<sup>148</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *A nova filiação: o biodireito e as relações parentais – o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

discricionarietà assuma um viés preconceituoso e que acarrete prejuízo para as partes envolvidas nesse aspecto.

Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente adequou-se aos princípios e normas constitucionais, uma vez que, expressamente, incluiu, nas possibilidades de promoção da adoção conjunta, a hipótese dos adotantes que mantém união estável, estendendo a tutela para além das famílias matrimoniais. Portanto, o sistema jurídico em vigor, acertadamente, equiparou o casamento ao companheirismo, sendo ambas espécies de famílias aptas a promoverem a adoção.

O ECA não exige um tempo mínimo de convivência para a caracterização de uma entidade familiar qualificada pela união estável, importando, tão somente, que seja demonstrada a estabilidade da família. No tocante à estabilidade, sustenta Rolf Madaleno que, em que pese a duração do relacionamento constituir um forte indício desta, tem-se o tempo, de modo isolado, nada representa, devendo a investigação atentar-se à qualidade da união, de modo a favorecer a construção de laços sadios de filiação, uma relação sólida e que realmente atenda aos melhores interesses do adotado.<sup>149</sup>

Nesse sentido, uma vez que as uniões estáveis homoafetivas foram formalmente reconhecidas como entidades familiares, através do *leading case* julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, consolidam-se os direitos a serem atribuídos aos indivíduos homoafetivos que se unem para constituir uma família, e, especificamente, o direito de promover a adoção conjunta.

Não há qualquer óbice à adoção por indivíduo homossexual e a jurisprudência já é pacífica em concedê-la, desde que preenchidos os requisitos legais. Noutro lado, incoerentemente, a adoção, quando promovida por casais homoafetivos, ainda se apresenta como tema polêmico, a ensejar a negativa de vários juízes do país.

De maneira tímida, algumas sentenças vêm inovando o ordenamento jurídico ao conceder a adoção aos pares homoafetivos, buscando enquadrar o Direito na realidade social. De fato, não há impedimento constitucional ou jurídico brasileiro para que duas pessoas do mesmo sexo, que vivam em relação afetiva, possam adotar uma criança. A bem da verdade, proibir a adoção por pares homoafetivos sob o fundamento de sua orientação sexual viola o valioso princípio constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana, sintetizado no princípio da igualdade e na proibição de discriminação de qualquer ordem a outra pessoa.

---

<sup>149</sup> MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 856.

Ao utilizar as expressões “adoção homossexual”, junto ao site do Superior Tribunal de Justiça, no campo “pesquisa livre” da aba de jurisprudências do site, são localizados três acórdãos, analisados a seguir.

O primeiro julgado do Superior Tribunal de Justiça, deferindo a adoção homoparental, no ano de 2010, atentou para esta realidade:

Direito civil. Família. Adoção de menores por casal homossexual. Situação já consolidada. Estabilidade da família. Presença de fortes vínculos afetivos entre os menores e a requerente. Imprescindibilidade da prevalência dos interesses dos menores. Relatório da assistente social favorável ao pedido. Reais vantagens para os adotandos. Artigos 1º da lei 12.010/09 e 43 do Estatuto da Criança e do Adolescente. deferimento da medida.<sup>150</sup>

O caso tratava de adoção unilateral, em ação proposta para requerer a adoção de duas crianças, irmãos biológicos. A requerente vivia em união homoafetiva, desde o ano de 1998, cuja companheira já havia conseguido a adoção judicial dos menores desde o nascimento dos mesmos.

A sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido da autora, concedendo a adoção homoafetiva e determinando a inserção do sobrenome da requerente no registro civil das duas crianças. Por sua vez, o Ministério Público do Rio Grande do Sul, em apelação cível, arguiu a impossibilidade de um casal formado por pessoas de mesmo sexo adotar judicialmente duas crianças. Após o Tribunal de Justiça não prover o recurso, houve a interposição de recurso especial pelo *parquet* à Corte do Superior Tribunal de Justiça, que, como já mencionado, foi indeferido.

Passando à análise das jurisprudências relativas ao site do Supremo Tribunal Federal, tem-se que a pesquisa, no campo “jurisprudência”, com as expressões “adoção homossexual”, apresentou 4 acórdãos. No entanto, nenhum deles guarda relação com a adoção promovida por pessoas do mesmo sexo, temática ora examinada. A pesquisa com a expressão “homoparental” não apresentou nenhum resultado.

Por outro lado, ao pesquisar, no campo “jurisprudência”, as expressões “adoção união homoafetiva”, o site localiza a existência de uma decisão monocrática. Trata-se de um Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público do Paraná contra julgado do Tribunal de Justiça, questionando pedido de adoção feito por casal homoafetivo.

<sup>150</sup> BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Quarta turma, Brasília, DF, 2010. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=9823377&num\\_registro=200602091374&data=20100810&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=9823377&num_registro=200602091374&data=20100810&tipo=5&formato=PDF). Acesso em: dez. 2019. (Recurso especial n. 889.852/RS. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em: 27 abr. 2010).

O Ministério Público do Estado do Paraná moveu ação, no ano de 2010, contra requerente homossexual que obteve na Justiça o direito a adotar. O MP/PR intencionava restringir o direito de adoção do indivíduo homoafetivo, buscando impor limitações quanto à escolha do perfil do adotado, estabelecendo que deveria haver uma idade mínima, sob a justificativa de que não se tratava de família convencional e, portanto, o possível adotado deveria ter condições de opinar se gostaria ou não de fazer parte de tal constituição familiar.

A Justiça do Paraná negou o pedido do Ministério Público, alegando que, se as uniões homoafetivas já são reconhecidas como entidade familiar, não há razão para limitar a adoção, criando obstáculos não previstos pela lei. Inconformado, o *parquet* recorreu aos tribunais superiores. No Superior Tribunal de Justiça, o recurso foi negado, sob a justificativa que se não foi indicado, com clareza e objetividade, os dispositivos de lei federal que teriam sido violados pela corte paranaense.

Em sede do Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público alegou que a decisão contrariava o art. 226, §3º da Constituição Federal, que aduz acerca da união estável. Contudo, a Relatora, ministra Cármen Lúcia, não deu razão ao recorrente, negando seguimento ao Recurso Extraordinário, entendendo que o acórdão recorrido estava em harmonia com a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, citando, para tanto, o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132.

Recurso extraordinário. Constitucional. Reconhecimento de união estável homoafetiva e respectivas consequências jurídicas. Adoção. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.277. Acórdão recorrido harmônico com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário ao qual se nega seguimento.<sup>151</sup>

A ausência de legislação específica favorece o preconceito e impede que questões referentes a essa problemática sejam decididas de maneira uniforme, isto é, a partir de um mesmo referencial. Consequentemente, dificulta-se a formação de novas famílias e a efetivação do direito ao planejamento familiar e à parentalidade aos casais homoafetivos, bem como obstaculiza o direito dos infantes de conviver em um ambiente familiar equilibrado.

Por essa razão surge a relevância temática quanto à busca de fundamentação legal, ou principiológica, nas ações ou em recursos junto aos Tribunais Superiores, em especial o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, que permitirão, por meio de suas

---

<sup>151</sup> BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Decisão monocrática, Brasília, 2015. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000210699&base=baseMonocraticas>. Acesso em: dez. 2019. (Recurso Extraordinário n. 846.102/PR. Relatora: Min. Cármen Lúcia. Julgado em: 05 mar. 2015).

decisões, avaliar os pontos positivos e negativos quanto ao caso concreto, almejando a superação de desigualdades e a máxima efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, em relação aos adotantes e ao adotado.

Tratando da adoção conjunta, é essencial que se observe o caso a caso, perquirindo, além dos requisitos objetivos estabelecidos pelo ECA, as condições dos pretensos pais de oferecerem amor, carinho, afeto, um lar saudável, atenção e educação.

#### 4.3 OS VÍNCULOS PARENTAIS DA ADOÇÃO

A adoção produz efeitos pessoais, com reflexos nas relações de parentesco constituídas entre o adotado e o adotante, dando origem a uma relação de poder familiar, quando o adotado for incapaz, e suscitando direitos e deveres inerentes à condição parental de pais e filhos.

O vínculo da adoção é constituído através da sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão, conforme redação do art. 47, do ECA. Assim, os efeitos da adoção são deflagrados a partir do trânsito em julgado da sentença, com a exceção do caso em que o adotante falece no curso do procedimento, fazendo com que aqueles retroajam à data do óbito.

Como já delineado, a adoção atribui ao adotado a condição de filho, em todos os efeitos pessoais e patrimoniais, em absoluta isonomia com os filhos biológicos. Dessa maneira, tendo em mente a prevalência do princípio da igualdade entre os filhos, tem-se que, conforme o §2º, art. 41 do ECA, é recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o quarto grau, observada a ordem de vocação hereditária.

Ainda, destaca-se o Enunciado n. 273 do CJF, aprovado com a seguinte redação:

Tanto na adoção bilateral quanto na unilateral, quando não se preserva o vínculo com qualquer dos genitores originários, deverá ser averbado o cancelamento do registro originário de nascimento do adotado, lavrando-se novo registro. Sendo unilateral a adoção, e sempre que se preserve o vínculo originário com um dos genitores, deverá ser averbada a substituição do nome do pai ou da mãe natural pelo nome do pai ou da mãe adotivos.<sup>152</sup>

---

<sup>152</sup> CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 273**. Enunciados Aprovados na IV Jornada de Direito Civil. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/IV%20JORNADA%20DE%20DIREITO%20CIVIL%202013%20ENUNCIADOS%20APROVADOS.pdf/view>. Acesso em: jan. 2020.

Assim, como consequência da sentença, quando não se preserva o vínculo com qualquer dos genitores originários na adoção, há, por conseguinte, a desconstituição do vínculo anterior do adotado, com sua família biológica, e constituição de novo vínculo parental entre o adotante e o adotado.<sup>153</sup> A visualização dessa figura é essencial para reafirmar a possibilidade de adoção conjunta por casal do mesmo sexo: o que deve prevalecer na análise da adoção é o vínculo parental, constituído pelo afeto, que une os adotantes ao adotado, e não o vínculo entre os primeiros, isoladamente.<sup>154</sup>

Como consequência do rompimento do vínculo parental, há a inclusão do sobrenome do adotante ao adotado, com a possibilidade de que este modifique seu prenome, a pedido próprio ou do adotante, sendo que, caso a modificação de prenome seja requerida pelo adotante, é obrigatória a oitiva do adotando que tenha mais de doze anos.<sup>155</sup>

Quando deferida a adoção ao casal homoafetivo, o registro civil de nascimento do adotado deverá contar, ainda, com a indicação dos nomes dos adotantes como “pais” ou “mães”, inclusive indicando a ascendência. Vale lembrar que o Provimento 63, da Corregedoria Nacional de Justiça, estabelece que o assento de nascimento das crianças, frutos de relacionamentos homoafetivos, deve ser adequado para que constem os nomes dos ascendentes, sem haver qualquer distinção quanto à ascendência paterna ou materna (art. 16, § 2º), ou seja, viabiliza-se a bipaternidade ou a bimaternalidade, aplicando-se a regra também para a adoção.

Sob a ótica previdenciária, a adoção homoparental atribui, ao casal adotante, o direito de gozar a licença-maternidade e a licença paternidade. Trata-se de benefício de natureza previdenciária, destinado à assegurar o convívio entre criança e genitores, mediante o afastamento laboral remunerado. Ainda, é um direito constitucionalmente garantido aos trabalhadores urbanos e rurais, conforme se depreende do art. 7º, XVIII, da CF: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.”<sup>156</sup>

<sup>153</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

<sup>154</sup> TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito de família**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

<sup>155</sup> BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Poder Legislativo, **Diário Oficial da União**, 04 ago. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2). Acesso em: jul. 2020.

<sup>156</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Poder Legislativo. **Diário Oficial de União**: Brasília, DF, Poder Legislativo, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: maio 2020



Até 2002, não havia qualquer previsão legal que amparasse o direito de licença-maternidade à mãe adotiva, já que o legislador somente tutelava o direito das mães biológicas, sem se atentar às relações afetivas, que formam o verdadeiro núcleo familiar. Com o advento da Lei n. 10.421, de 2002, que acrescentou o art. 392-A à CLT, estendeu-se a licença maternidade à mãe adotiva, fixando o período da licença de acordo com a idade do adotado.<sup>157</sup>

Por outro lado, em que pese tal direito ter sido elevado ao status de direito social, à luz do disposto no art. 7º, XIX, da CF, incoerentemente, a CLT nada menciona acerca da licença-paternidade ao adotante homem. Conforme aduz Maluf: “A própria lei cria um descompasso entre o benefício concedido à mulher e ao homem, gerando diferenças e discriminações tanto no âmbito da família quanto no âmbito do trabalho.”<sup>158</sup>

Nessa mesma perspectiva, nos dias atuais, a lacuna legislativa permanece sendo vivenciada nos casos de adoção homoafetiva, eis que inexistente regulamentação expressa acerca de tais situações. Em novembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral sobre a possibilidade de concessão de licença-maternidade à mãe não gestante de casal homoafetiva, sendo que, até o momento dessa pesquisa, não há decisão proferida.<sup>159</sup> Segundo o relator: “Nesse contexto, emerge relevante questão jurídica que tangencia não só a possibilidade de extensão da licença-maternidade à mãe não gestante, em união homoafetiva, mas também os limites e parâmetros fixados para essa extensão.”<sup>160</sup>

Certo que, ocorrendo a adoção por casal do mesmo sexo, à luz dos princípios constitucionais e da atual interpretação que se dá ao Direito das Famílias, ambos deverão gozar do direito à licença, em especial, considerando-se que as necessidades do recém-nascido, da criança ou do adolescente serão as mesmas. Por conseguinte, na ausência de previsão legal expressa, conclui-se que:

[...] é possível admitir-se o pedido administrativo ou judicial de licença pelos homens adotantes tendo em vista que o art. 42 do ECA não distingue a adoção a ser realizada por pessoas de um ou de outro sexo. Além disso a Constituição proíbe a discriminação em função do sexo.<sup>161</sup>

<sup>157</sup> MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito de família**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 397.

<sup>158</sup> Ibid. p. 397.

<sup>159</sup> BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Plenário, Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341717987&ext=.pdf>. Acesso em: jul. 2020. (Recurso Extraordinário n. 1.211.446. Relator: Min. Luiz Fux. Julgado em: 21 out. 2019. Dje: 08 nov. 2019).

<sup>160</sup> Ibid.

<sup>161</sup> ALCANTARA, Manoela B. de; SOUZA, Luciana Pereira de. Reflexos da adoção na relação homoafetiva no contrato de trabalho. In: DIAS, Maria Berenice. **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 537.

A ciência jurídica não deve se situar alheia à realidade, mas sim integrada a ela, sendo interpretada em harmonia com o movimento social. A sociedade está em constante evolução, sendo transformados, da mesma maneira, seus valores e crenças, o que reclama que o direito também permaneça atualizado, de maneira que, informado por esses novos valores, possa cumprir seu papel de harmonização e pacificação das relações sociais.

A discussão a respeito do tema da adoção por casais do mesmo sexo desperta nas pessoas argumentos de diversas ordens, sejam éticos, morais, religiosos ou culturais. Nesta toada, o debate jurídico em torno da matéria permanece polêmico, tornando-se uma fonte de debates e de luta contra a discriminação e o preconceito.

A família homoafetiva é uma realidade no meio social brasileiro, e, tomando-se a adoção como uma possibilidade de efetivação dos direitos fundamentais garantidos à criança e aos pretensos pais, deve o Direito tutelar essas relações, de maneira a amparar aqueles que ainda permanecem marginalizados.

A adoção homoafetiva é baseada no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, com lastro no princípio da igualdade, previsto no caput do art. 5º da CF, e no princípio do real interesse do menor, materializado na constatação de concretas e reais vantagens na constituição do vínculo homoparental ao adotado. O direito à família é um direito humano, a ser efetivado para os menores que buscam um lar, da mesma maneira que para aqueles indivíduos que desejam pôr em prática seu projeto parental, nos termos expostos no art. 227 da CF e no art. 19 do ECA.

## 5 HOMOPARENTALIDADES ECTOGENÉTICAS

Os modelos de parentalidade resultantes do emprego das técnicas de reprodução assistida se sustentam em dois grupos principais: a reprodução homóloga, em que se utiliza o material genético daqueles ou daquele indivíduo que irá receber o embrião, aproximando-se da reprodução através da relação sexual, e a reprodução heteróloga, que se aproxima da paternidade e filiação civil, eis que se utiliza material de um terceiro doador.<sup>1</sup>

A origem das técnicas de reprodução assistida encontra-se calcada nos casos de infertilidade enfrentados por casais, já que, inicialmente, eram utilizadas para possibilitar a efetivação do desejo da paternidade ou da maternidade, advindo da própria genética do par, ou seja, através do emprego de técnicas reprodutivas homólogas. Ocorre que alguns casos de esterilidade impossibilitavam a reprodução a partir da informação genética do casal, propiciando o surgimento de técnicas com o aproveitamento de material de terceiro, através das técnicas reprodutivas heterólogas.<sup>2</sup>

O uso da reprodução assistida apresenta-se como uma demanda crescente, considerando que, diante dos avanços técnico-científicos, possibilitou-se o nascimento de novos seres sem a prática de qualquer ato sexual: a “medicalização da reprodução humana”<sup>3</sup> tornou-se uma opção para viabilizar o exercício do direito ao planejamento familiar. A emersão das técnicas reprodutivas fez com que estas passassem a integrar um processo mais amplo da medicalização social, atuando como políticas públicas de saúde da família.<sup>4</sup>

Inegável que o direito fundamental à saúde abrange aspectos físicos e psicológicos dos indivíduos, sendo que, se o casal considera essencial para a sua felicidade a constituição de prole, as técnicas reprodutivas devem ser consideradas como meios para torná-la efetivo.

As técnicas de reprodução assistida são bem vistas pelos casais homoafetivos, uma vez que são aquelas que mais se aproximam da reprodução biológica natural, preservando aspectos desse esquema, como, por exemplo, o material genético de, ao menos, um dos

---

<sup>1</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga**. Rio de Janeiro: Renovar 2003.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> CORREA, Marilena Cordeiro Dias Villela. Ética e reprodução assistida: a medicalização do desejo de ter filhos. **Revista de Bioética e Ética Médica**, Conselho Federal de Medicina, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: [http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/download/246/246](http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/download/246/246). Acesso em: jun. 2020.

<sup>4</sup> MORAES, Carlos Alexandre. **Responsabilidade Civil dos Pais na Reprodução Humana Assistida**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

componentes do casal, no caso das técnicas reprodutivas homólogas. Assim, verifica-se a reincorporação da biologia e da procriação dentro do contexto das famílias homoafetivas.

Dessa forma, o presente capítulo aborda a homoparentalidade constituída através das técnicas de reprodução assistida. Tendo em mente a complexidade, a amplitude e controvérsia que o tema comporta, há que se mencionar que a presente pesquisa se delimitou à exposição de aspectos jurídicos pontuais que embasam a matéria da procriação assistida, em especial, a possibilidade de casais do mesmo sexo adotarem tais técnicas, de maneira a efetivar o seu direito fundamental à parentalidade.

Diante da relevância social do tema, o Poder Público assume a responsabilidade de garantir à sociedade o acesso à informação relativa às práticas existentes de reprodução assistida, de forma a instruir e orientá-la sobre o direito à paternidade e à maternidade, inclusive no âmbito da família homoafetiva.

Com o aparecimento e evolução da Ciência Médica, neste caso em especial, a partir da tecnologia da procriação assistida, verifica-se, também, o crescimento de indagações acerca de sua utilização, especialmente de cunho legal, ético, moral e religioso. O grande obstáculo encontra-se no fato da escassa legislação acerca da matéria que, talvez pela controvérsia do tema, não é colocada em pauta pelos legisladores.

O estágio atual em que se encontra a matéria impõe a elaboração de uma estrutura jurídico-legal sólida frente aos diversos aspectos polêmicos que surgem quando da abordagem da medicalização da reprodução humana. Ocorre que não há normatização legal acerca das técnicas de reprodução assistida no contexto brasileiro, o que acaba agravando os dilemas levantados sobre o tema.

Como observa Eduardo de Oliveira Leite, diante da presença dos fatores condicionantes para a construção de normas jurídicas, como a utilidade social, a pretensão de realização da justiça e a não exclusão de considerações de ordem moral, não há razões para que o legislador permaneça com sua postura abstencionista.<sup>5</sup>

Considerando a ausência de legislação específica acerca das técnicas de reprodução assistida, no Brasil, estas são regidas por normas éticas e resoluções do Conselho Federal de Medicina (que dispõem sobre a relação médico-paciente), por provimentos expedidos pela corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (que dispõem sobre o registro de nascimento de filhos havidos por técnicas de reprodução assistida), e, de maneira ínfima, pelo Código Civil.

---

<sup>5</sup> LEITE, Eduardo de Oliveira. **Procriações artificiais e o direito**: aspectos médicos, religiosos, psicológicos, éticos e jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

Desde 1992, foram expedidas cinco Resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) em relação à reprodução assistida, sendo a última, a de nº 2.168/2017<sup>6</sup>, em vigor desde setembro de 2017. As sucessivas atualizações das resoluções se deram, em especial, após o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011.

Assim, entre as novidades da referida Resolução, tem-se a inclusão de todas as pessoas capazes, solteiras ou em união hétero ou homoafetiva, nas possibilidades de utilização das técnicas de reprodução assistida, regulamentando a gestação compartilhada em casais do mesmo sexo, ainda que não esteja presente a infertilidade.

É importante destacar que o uso das técnicas de reprodução assistida não é restrito aos casais homoafetivos do sexo feminino, uma vez que se estendem aos casais formados por indivíduos do sexo masculino. Essa possibilidade é efetivada através da fertilização *in vitro* por gestação de substituição.

A possibilidade de cessão temporária do útero alcança familiares em grau de parentesco consanguíneo descendente, eis que ampliado o número de parentes aptos a ceder o útero para a gestação. Com a mudança na regra, filha e sobrinha também podem ceder temporariamente seus úteros. Pessoas solteiras também passam a ter direito a recorrer a cessão temporária de útero.

No mais, buscando evitar que as técnicas de reprodução assistida sejam utilizadas de maneira indiscriminada, sob pena de banalização e afronta aos princípios éticos, a Lei nº 9.263/1996<sup>7</sup>, que dispõe sobre o planejamento familiar, determina que a prescrição das técnicas depende da avaliação e acompanhamento clínico, devendo-se informar aos pacientes a serem submetidos a estas os riscos, vantagens, desvantagens e eficácia.

Diante da necessidade de uniformizar as regras acerca da emissão do Registro Civil de Nascimento dos filhos havidos por reprodução assistida em casais homoafetivos, a

---

<sup>6</sup> CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n. 2.168/2017. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos –, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.121, publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 10 nov. 2017. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026). Acesso em: mar. 2020.

<sup>7</sup> BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 15 jan. 1996. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19263.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm). Acesso em: jan. 2020.

Corregedoria Nacional de Justiça editou, em 2016, o Provimento nº 52.<sup>8</sup> O Provimento estabeleceu que o assento de nascimento destas crianças independe de prévia autorização judicial, bem como que o registro deverá ser adequado para caso existam dois pais ou duas mães, sem fazer distinções em relação à ascendência paterna ou materna.

Apesar dos referidos atos administrativos representarem importante avanço na regulação acerca da efetivação do direito à paternidade e à maternidade aos casais homoafetivos, verifica-se que, comumente, na utilização das técnicas de reprodução assistida, ocorrem situações em que um integrante do par se submete à técnica da reprodução assistida, enquanto o parceiro ou parceira que não participou do processo reprodutivo permanece excluído da relação de parentesco. Essa postura discriminatória choca-se com os avanços doutrinários e jurisprudenciais que a justiça vem construindo sob o paradigma do afeto.

É evidente que, existindo um núcleo familiar, selado pelo elo da afetividade, envolvendo pais e filhos, torna-se imperioso o reconhecimento da dupla paternidade e o estabelecimento do vínculo jurídico paterno-filial com ambos os genitores, quer sejam dois pais, ou duas mães. A importância de tal reconhecimento vai muito além da satisfação pessoal em se sentir pai ou mãe, encontrando guarida no princípio do melhor interesse da criança, já que, para garantir a proteção do filho, ambos os pais precisam assumir os direitos e deveres do poder familiar.

Por fim, tendo em mente a posição de destaque assumida pelos Tribunais brasileiros no enfrentamento de questões não legisladas no país, em especial, no tocante ao Direito das Famílias, efetuou-se um levantamento, por meio da técnica de pesquisa jurisprudencial qualitativa junto ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, a fim de expor os julgados relacionados à formação da família homoafetiva com filhos, através das técnicas de reprodução assistida.

A opção por estes Tribunais é justificada pelo fato de que, considerando a atualidade do tema e a ausência de lei infraconstitucional que regule a matéria, as decisões proferidas pelo STF e STJ, por sua relevância, repercutem, direta ou indiretamente, em todos os demais tribunais e na vida dos cidadãos.

Quanto à forma de análise dos resultados obtidos na pesquisa jurisprudencial junto ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, foi considerado o período

---

<sup>8</sup> CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 52, de 14 de março de 2016.** Dispõe sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Brasília, DF, 14 mar. 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/6bd953c10912313a24633f1a1e6535e1.pdf>. Acesso em mar. 2020.

de 2010 a agosto de 2020. A data inicial justifica-se pelo fato da histórica decisão que legitimou a família homoafetiva, através do reconhecimento da possibilidade de formação da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Depois de levantados, os dados foram filtrados, descartando-se os resultados que não guardaram relação com o objeto desse estudo.

## 5.1 REPRODUÇÃO ASSISTIDA HOMÓLOGA

Denomina-se fecundação artificial homóloga a manipulação dos gametas feminino e masculino do próprio casal, ocasião em que há, portanto, coincidência entre a filiação biológica e a filiação jurídica. Em relação ao procedimento, tem-se que este se divide em dois grupos: as técnicas em que se permite a concepção no corpo da mulher, através da manipulação dos gametas masculinos e posterior introdução no corpo feminino, em locais em que é possível a fecundação do óvulo; e as técnicas em que a concepção ocorre em laboratório, fora do corpo da mulher, com posterior transferência do embrião para ser gestado, também conhecidas como técnicas de fecundação *in vitro*.<sup>9</sup>

No que concerne à relação de parentesco da reprodução assistida homóloga, trata do tema o art. 1.597, III, do Código Civil, que dispõe: “Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos (...) havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.”<sup>10</sup> Assim, em tese, a reprodução assistida homóloga não gera grandes conflitos no que tange ao estabelecimento das relações parentais, em razão de a origem do material genético ser do próprio casal.

Contudo, há que se mencionar que a expressão que estabelece a presunção de paternidade, “mesmo que falecido o marido”, tem dado margem a inúmeros debates e discussões, eis que desconsidera maiores esclarecimentos, não adentrando no mérito da necessidade ou não do expresso consentimento do cônjuge falecido para o uso do material fertilizante após sua morte.<sup>11</sup>

Embora o Código Civil não aborde a necessidade de expressa declaração de vontade do doador em ter o seu material genético utilizado após a sua morte, a Resolução do

---

<sup>9</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação**: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga. Rio de Janeiro: Renovar 2003.

<sup>10</sup> BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, 11 jan. 2002, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em: nov. 2019.

<sup>11</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 223.

CFM n. 2.168, de 2017, o fez no seu item VIII, e, dessa forma, o consentimento das partes é sempre necessário.

No caso da família homoafetiva, o uso da reprodução assistida homóloga não é aplicável para os fins de constituição de prole no seio da família.

## 5.2 REPRODUÇÃO ASSISTIDA HETERÓLOGA

No tocante à fecundação artificial heteróloga, há a utilização de material fertilizante de terceiros, seja este o sêmen do marido e óvulo de outra mulher, ou o sêmen de terceiro e óvulo da esposa, ou mesmo o sêmen e óvulo de estranho.<sup>12</sup> Conforme restou estipulado na Resolução do CFM 2.168, de 2017, a reprodução assistida heteróloga pode ser realizada, basicamente, de quatro formas: com material genético de um doador, sob a forma de cessão temporária de útero, às pessoas solteiras, e em relacionamentos homoafetivos.

Assim, considerando que os casais homoafetivos são biologicamente inférteis, não havendo a possibilidade de ambos serem pais biológicos da mesma criança, utilizam a reprodução heteróloga para constituírem sua própria família. No tocante aos casais femininos, deve-se, inicialmente, escolher qual delas se submeterá à gestação através da inseminação artificial, em que é possível a utilização do próprio material genético ou do óvulo da companheira. Em relação aos casais masculinos, a técnica da reprodução heteróloga é utilizada dentro da perspectiva da gravidez por substituição.

Em muito a procriação assistida heteróloga se assemelha à adoção unilateral, devendo-se destacar uma diferença importante: nesta última, o parentesco é estabelecido a partir da sentença que defere a adoção, enquanto naquela ambos os pais têm o parentesco estabelecido ao mesmo tempo, ainda que com base em fundamentos e pressupostos diferentes.<sup>13</sup> No mais, o Enunciado n. 111, da I Jornada de Direito Civil, estabelece a distinção entre adoção e reprodução heteróloga:

A adoção e a reprodução assistida heteróloga atribuem a condição de filho ao adotado e à criança resultante de técnica concepitiva heteróloga; porém, enquanto na adoção haverá o desligamento dos vínculos entre o adotado e seus parentes consanguíneos, na reprodução assistida heteróloga sequer será estabelecido o vínculo de parentesco entre a criança e o doador do material fecundante.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBTI**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

<sup>13</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga**. Rio de Janeiro: Renovar 2003.

<sup>14</sup> CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 111**. Enunciados Aprovados na I Jornada de Direito Civil. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/Jornada%20de%20Direito%20Civil%201.pdf/view>. Acesso em: jan. 2020.



Assim, a vontade das partes, manifestada no consentimento expresso dos cônjuges, desponta como fator determinante para a constituição do vínculo de paternidade ou maternidade.

Nessa perspectiva, em relação a parentalidade, o Código Civil dispõe em seu inciso V, do art. 1.597, que são presumidos os filhos havidos por reprodução assistida heteróloga, desde que se tenha prévia autorização do cônjuge. O fundamento volitivo para constituição do parentesco é atestado através do termo de consentimento informado, conforme previsto na Resolução n. 2.168/2017, ou qualquer outra forma, que não o silêncio, ou seja, não se admite o consentimento tácito, tendo em vista a tutela prioritária dos interesses da criança.

Por outro lado, há que se salientar que não há regramento jurídico que reconheça, expressamente, quais são os elementos necessários e requisitos formas para o estabelecimento dos vínculos de paternidade e filiação decorrentes das técnicas de reprodução assistida, pelo que o termo de consentimento informado pode não ser considerado obrigatório nesse contexto.<sup>15</sup>

Nos termos estabelecidos pelo Conselho de Justiça Federal, Enunciado nº 104:

No âmbito das técnicas de reprodução assistida envolvendo o emprego de material fecundante de terceiros, o pressuposto fático da relação sexual é substituído pela vontade (ou eventualmente pelo risco da situação jurídica matrimonial) juridicamente qualificada, gerando presunção absoluta ou relativa de paternidade no que tange ao marido da mãe da criança concebida, dependendo da manifestação expressa (ou implícita) da vontade no curso do casamento.<sup>16</sup>

Em que pese o Enunciado acima indicar a possibilidade de autorização implícita do marido, parte da doutrina do Direito das Famílias indica a necessidade de que esta seja necessariamente expressa e escrita, posto que gera a presunção do vínculo de paternidade-filiação com a criança concebida através da reprodução assistida heteróloga.<sup>17</sup> Há uma “presunção absoluta de paternidade socioafetiva”.<sup>18</sup> Evidente que o requisito acima se estende aos casais homoafetivos, casados ou em união estável.

Da mesma forma que a adoção, a realização do projeto parental através da procriação assistida também conta com alguns requisitos. Tendo em vista a ausência de norma

<sup>15</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação**: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga. Rio de Janeiro: Renovar 2003.

<sup>16</sup> CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 104**. Enunciados Aprovados na I Jornada de Direito Civil. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/Jornada%20de%20Direito%20Civil%201.pdf/view>. Acesso em: jan. 2020.

<sup>17</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de. A família parental. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). **Tratado de direito das famílias**. 3. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2019.

<sup>18</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 225.

específica para regular a matéria, a Resolução do CFM contém determinadas regras que servem de orientação ao intérprete e ao aplicador do sistema jurídico nacional.

Há menção à necessária capacidade da pessoa que pretende ser receptora das técnicas de reprodução assistida, não exigindo a condição de casada. Ainda, evidente que se deve considerar se a pessoa está em pleno gozo de suas faculdades mentais, com consciência plena dos seus atos e com condições de expressar, de maneira livre e consciente, sua vontade.<sup>19</sup>

O CFM definiu, ainda, no texto da Resolução, o conceito de gestação compartilhada, opção utilizada nos casos de união homoafetiva feminina. De acordo com o documento, considera-se que os casos que se enquadram nesta situação são aqueles em que o embrião obtido a partir da fecundação do óvulo de uma mulher é transferido para o útero de sua parceira, ainda que não exista diagnóstico de infertilidade.<sup>20</sup>

Nas relações homoafetivas, em que não há a possibilidade da fecundação natural mediante relação sexual, a fecundação artificial heteróloga é utilizada para tornar real o desejo da paternidade e da maternidade.

Em relação aos efeitos jurídicos de tais fatos, a pesquisa jurisprudencial realizada junto aos sites do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal revelou que casais homoafetivos vêm, progressivamente, recebendo a tutela que lhes resguarda todos os direitos e deveres inerentes ao poder familiar, ao passo que se reconhece a bipaternidade ou a bimaternidade, configurada através do uso das técnicas da reprodução assistida heteróloga.

A pesquisa realizada a partir da utilização das palavras-chave com a variação “homoparental” revelou apenas um acórdão, o qual se expõe a seguir.

No ano de 2012, a Terceira Turma do STJ entendeu que o reconhecimento das uniões estáveis homoafetivas como formas de família, a partir da emblemática decisão proferida pelo STF, possibilitou a ampliação das possibilidades de adoção, tornando legalmente possível a adoção promovida por casal homoafetivo. Veja-se a ementa: “Civil. Processual Civil. Recurso

---

<sup>19</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação**: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga. Rio de Janeiro: Renovar 2003.

<sup>20</sup> CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n. 2.168/2017. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos –, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.121, publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 10 nov. 2017. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026). Acesso em: mar. 2020.

especial. União homoafetiva. Pedido de adoção unilateral. Possibilidade. Análise sobre a existência de vantagens para a adotanda.”<sup>21</sup>

O caso em questão envolvia a adoção unilateral de menor nascido através de reprodução assistida heteróloga, por doador desconhecido, cuja mãe biológica já vivia em união estável com a pretensa adotante. Assim, a gravidez foi reflexo do planejamento familiar, realizada pelas duas mulheres, integrantes da família homoafetiva, motivo pelo qual a integrante que não participou, diretamente, da gestação da criança, buscava obter os mesmos direitos e deveres que sua companheira, relacionados à criança.

Para o julgamento, a Corte se socorreu do princípio da igualdade material, de modo a embasar a decisão, e de pesquisas realizadas no âmbito da psicologia, que demonstram não haver comprometimento ou prejuízos ao desenvolvimento psicossocial de crianças em famílias formadas por pessoas do mesmo sexo, quando comparadas às famílias constituídas por pessoas heterossexuais.

Ao utilizar as expressões “filiação homoafetiva”, junto ao site do Superior Tribunal de Justiça, no campo “pesquisa livre” da aba de jurisprudências do site, são localizados dois acórdãos, os quais não guardam relação com o uso das técnicas de reprodução assistida, mas sim com a possibilidade do reconhecimento da multiparentalidade nestas famílias.

Repetindo as técnicas de pesquisa mencionadas acima, ou seja, utilizando as mesmas palavras-chave então referenciadas, junto ao site do Supremo Tribunal Federal, constatou-se a inexistência de resultados, quando pesquisadas as expressões “homoparental” ou “reprodução assistida heteróloga”, enquanto a pesquisa com a expressão “filiação homoafetiva” revelou cinco acórdãos, contudo, nenhum guardava relação com o uso das técnicas de reprodução assistida.

### 5.3 GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO

Trata-se de técnica utilizada pela Medicina para permitir que um indivíduo biologicamente impossibilitado de gestar possa ter um embrião gestado no útero de outra pessoa: óvulo e o sêmen são coletados e transferidos para um tubo de ensaio, onde ocorre a fecundação. Após um período, o óvulo fecundado, que pode carregar o material genético

---

<sup>21</sup> BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Terceira Turma, Brasília, DF, 2012. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1203140&num\\_registro=201102016852&data=20130204&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1203140&num_registro=201102016852&data=20130204&formato=PDF). Acesso em: dez. 2019. (Recurso especial n. 1.281.093/SP. Relator: Min. Nancy Andrighi. Julgado em: 18 dez. 2012).

homólogo ou heterólogo, é transferido para o útero materno de uma doadora, desde que observados alguns requisitos.<sup>22</sup>

A maternidade de substituição é a alternativa encontrada por casais homoafetivos do sexo masculino para viabilizar o desejo de constituir prole. Entre o casal, é feita a escolha de qual deles será o doador de sêmen, podendo optarem por utilizar o material genético de ambos, com o intuito de não se identificar quem é o pai biológico do filho, e também quem irá gerar a criança.<sup>23</sup>

Nesse caso, a gravidez não é resultado do projeto parental da mulher que gestou, dissociando-se, portanto, o desejo da parentalidade da gravidez, ou mesmo o material genético pode não coincidir com o da mãe gestacional, ou da mãe afetiva. Imagine-se a hipótese: a doadora do útero (mãe biológica) vai realizar a gestação de um embrião que foi fecundado a partir de um óvulo que foi doado por outra mulher (mãe genética), em razão da vontade de concretizar o planejamento familiar de outra mulher (mãe social).<sup>24</sup> Juridicamente, a prática mitiga o brocardo *mater semper certa est*, que concebia como imutável a coincidência entre a verdade biológica e a verdade jurídica em relação à maternidade pelo parto.

A partir da Resolução editada pelo Conselho Federal de Medicina, há autorização às clínicas, centros e serviços de reprodução assistida para realizarem a gestação em útero alheio, mencionando, inclusive, expressamente, a inclusão das uniões homoafetivas no rol de atendimento, desde que observados determinados requisitos.<sup>25</sup>

Dentre as principais condições, menciona-se que a técnica deve possuir finalidade médica, ou seja, só deve ser utilizada em pessoas que, de fato, não possam gestar; que a cessão temporária do útero se dê entre parentes até o quarto grau “(primeiro grau – mãe/filha; segundo grau – avó/irmã; terceiro grau – tia/sobrinha; quarto grau – prima).”<sup>26</sup> Deve-

<sup>22</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de. A família parental. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). **Tratado de direito das famílias**. 3. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2019.

<sup>23</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

<sup>24</sup> MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. **Gestação por outrem e determinação da maternidade (mãe de aluguel)**. Curitiba: Gênese, 1998. p. 69-70.

<sup>25</sup> CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n. 2.168/2017. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos –, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.121, publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 10 nov. 2017. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026). Acesso em: mar. 2020.

<sup>26</sup> CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n. 2.168/2017. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos –, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.121, publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117. **Diário**

se mencionar que é possível a ocorrência da cessão de útero por parentes por afinidade, como sogra ou cunhada, com a determinação de que estes casos sejam submetidos à aprovação do Conselho Regional de Medicina.<sup>27</sup>

No Brasil, a utilização de material genético para reprodução assistida, através do sêmen e óvulos, deve ser feita sempre em caráter não oneroso, uma vez que, legalmente, proíbe-se o mercado e comércio de espermatozoides e óvulos. Dessa forma, os requisitos objetivos visam impedir a mercantilização da gestação e resguardar os pais.

Ainda, imprescindível o consentimento informado de todos os envolvidos no ato, ou seja, da mulher fornecedora do óvulo, do marido desta, da mulher receptora do material genético, garantindo a efetiva ciência destes sobre suas responsabilidades futuras, quando do nascimento da criança.<sup>28</sup>

A pesquisa jurisprudencial em relação ao uso da gestação por substituição para a formação da família homoafetiva com prole não retornou resultados. Ao utilizar as expressões “gestação por substituição”, “maternidade substituição”, “barriga aluguel”, junto aos sites do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, no campo “pesquisa livre” da aba de jurisprudências dos sites, ora não foram encontrados resultados, ora foram localizados acórdãos que não guardavam relação com a matéria do Direito das Famílias.

Por outro lado, ao utilizar as expressões “reprodução assistida heteróloga”, junto ao site do Superior Tribunal de Justiça, no campo “pesquisa livre” da aba de jurisprudências do site, localiza-se, da mesma forma, somente um acórdão.

Recentemente, em maio de 2019, o Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso do Ministério Público de Santa Catarina, para permitir o registro de dupla paternidade, sem a inclusão do nome da mãe biológica, no registro civil de uma criança, nascida através da reprodução assistida.

Colaciona-se o acórdão a seguir:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. UNIÃO HOMOAFETIVA. REPRODUÇÃO ASSISTIDA. DUPLA PATERNIDADE OU ADOÇÃO UNILATERAL. DESLIGAMENTO DOS VÍNCULOS COM DOADOR DO MATERIAL FECUNDANTE. CONCEITO LEGAL DE PARENTESCO E FILIAÇÃO. PRECEDENTE DA SUPREMA CORTE ADMITINDO A MULTIPARENTALIDADE. EXTRAJUDICIALIZAÇÃO DA EFETIVIDADE

---

**Oficial da União**, Brasília: DF, 10 nov. 2017. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026). Acesso em: mar. 2020.

<sup>27</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

<sup>28</sup> MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de direito de família**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DO DIREITO DECLARADO PELO PRECEDENTE VINCULANTE DO STF ATENDIDO PELO CNJ. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. POSSIBILIDADE DE REGISTRO SIMULTÂNEO DO PAI BIOLÓGICO E DO PAI SOCIOAFETIVO NO ASSENTO DE NASCIMENTO. CONCREÇÃO DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. 1. Pretensão de inclusão de dupla paternidade em assento de nascimento de criança concebida mediante as técnicas de reprodução assistida sem a destituição de poder familiar reconhecido em favor do pai biológico. 2. [...] **A doadora do material genético, no caso, não estabeleceu qualquer vínculo com a criança, tendo expressamente renunciado ao poder familiar. [...] Os conceitos legais de parentesco e filiação exigem uma nova interpretação, atualizada à nova dinâmica social, para atendimento do princípio fundamental de preservação do melhor interesse da criança.**<sup>29</sup>

O casal homoafetivo teve uma filha com a ajuda da irmã de um dos companheiros, que se submeteu a um processo de reprodução assistida. Após a renúncia do poder familiar por parte da genitora, o casal solicitou o registro em nome do pai biológico (doador do material genético) e do pai socioafetivo, mantendo em branco o campo relativo ao nome da mãe.

Em primeira instância, o pedido foi procedente, motivo pelo qual o MPSC ingressou com recurso, sob o fundamento de que a competência para o julgamento não seria da Vara da Família, mas da Vara de Infância e Juventude, pois a demanda deveria ser tratada como pedido de adoção unilateral. No julgamento do recurso, no STJ, o Ministro relator sustentou que a irmã de um dos genitores não tem vínculo de parentesco com a menor, e, sendo assim, não há que se falar em desligamento dos vínculos, como ocorre na adoção.

#### 5.4 INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA

Em razão do elevado custo dos procedimentos médicos na reprodução assistida, vem ganhando cada vez mais espaço o uso da inseminação artificial caseira. Trata-se de procedimento realizado fora das clínicas médicas, que consiste na coleta de sêmen, advindo de doador, anônimo ou não, e posterior inseminação na cavidade vaginal da mulher, com o auxílio de seringa ou aplicador.<sup>30</sup>

Considerando que a visibilidade do método da inseminação artificial caseira é recente, a pesquisa acadêmica e doutrinária é excessivamente escassa, destacando-se decisões judiciais que, em sua maioria, tratam de pedidos de alvarás, propostos por casais homoafetivos

<sup>29</sup> BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Terceira Turma, Brasília, DF, 2016. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=95758423&num\\_registro=201601607664&data=20190521&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=95758423&num_registro=201601607664&data=20190521&tipo=5&formato=PDF). Acesso em: ago. 2019. (Recurso especial n. 1.608.005/SC. Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino. DJe: 21 maio 2019). (grifo nosso).

<sup>30</sup> OLIVEIRA JÚNIOR, Eudes Quintino. Inseminação artificial caseira. **Migalhas**, 22 out. 2017. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/267599/inseminacao-artificial-caseira>. Acesso em: maio 2020.

do sexo feminino, objetivando que a criança gestada através da técnica seja registrada em nome das duas companheiras<sup>31</sup>, ou mesmo determinações judiciais para que o registro civil de nascimento da criança conste a dupla paternidade ou a dupla maternidade.<sup>32</sup>

Assim, por se tratar de prática utilizada no Brasil, tanto em uniões hétero ou homoafetivas, quando estas desejam constituir filhos, é importante mencionar a inseminação artificial caseira como uma das possibilidades de formação da família homoparental. Nas palavras de Marianna Chaves:

É imperioso ressaltar que nada impede que os homossexuais recorram ao método natural de reprodução, com ou sem a presença da cópula. O casal homossexual é naturalmente infértil, mas os indivíduos, em si, não. Por exemplo, uma lésbica pode se autoinseminar, sem recorrer a qualquer centro de saúde.<sup>33</sup>

Ao contrário do que se verifica na reprodução assistida, na técnica caseira o doador do material genético pode ser conhecido pela mulher inseminada. Neste caso, é possível vislumbrar diversas consequências jurídicas advindas do ato: a responsabilização civil do doador para com o filho; possibilidade de uma ação declaratória ou negatória de paternidade; técnica pode ser um agente de risco para o ambiente familiar, pois o doador será conhecido; possibilidade da criação de um banco de sêmen com fins lucrativos.

O doador também não é submetido, obrigatoriamente, a exames específicos, com a finalidade de pesquisar eventuais doenças genéticas ou não, que podem ser transmitidas à mulher ou aos filhos, além de que o esperma acaba sendo exposto e manuseado em um ambiente inadequado. Dessa maneira, a inseminação caseira é amplamente criticada no ambiente médico. A atual Secretária executiva da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana, a ginecologista Nilka Fernandes Donadio, critica o procedimento:

Quando a gente pensa em inseminação, sabe que ela deve ser feita em laboratório e o sêmen deve passar por um processamento, que elimina fatores que podem trazer consequências graves à saúde da mulher. Na inseminação caseira, ela pode sofrer infecção no colo do útero ao injetar o sêmen por meio de uma seringa. Além disso,

<sup>31</sup> RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Proc. 5000572-57.2020.8.21.0017. Relator:** Juiz Luis Antonio de Abreu Johnson. Data da decisão: 04 maio 2020. Disponível em: <http://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/158879890371613.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

<sup>32</sup> ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM. TJPB reconhece dupla maternidade em caso de “inseminação caseira”. **Ibdfam**, 26 set. 2018. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/6765/TJPB+reconhece+dupla+maternidade+em+caso+de+%5C%E2%80%9Cinsemina%C3%A7%C3%A3o+caseira%5C>. Acesso em: jun. 2020.

<sup>33</sup> CHAVES, Marianna. Parentalidade homoafetiva: a procriação natural e medicamente assistida por homossexuais. In: DIAS, Maria Berenice. **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

quem garante que os exames feitos pelo doador estão corretos? É difícil chancelar uma indicação para esse procedimento.<sup>34</sup>

A técnica, muitas vezes, é precedida da celebração de um contrato firmado entre a possível gestante e o doador, estabelecendo os critérios para a inseminação. Ocorre que a falta de regulamentação legal pode acarretar que estes acordos sejam questionados judicialmente, gerando uma enorme insegurança jurídica aos envolvidos.

## 5.5 A POSSIBILIDADE DA BIPARENTALIDADE HOMOAFETIVA

Tendo em vista o notável avanço da Medicina no campo da genética, tem-se que a concepção não mais ocorre, tão somente, a partir do contato sexual entre um homem e uma mulher. Assim, as técnicas de reprodução assistida possibilitaram a efetivação do direito à paternidade e à maternidade aos casais homoafetivos, suscitando novos debates no campo do Direito.

O direito à paternidade e à maternidade abrange o planejamento familiar, com a decisão do casal de constituir filhos a partir de informações, métodos e técnicas que permitam efetivar suas escolhas. Por conseguinte, o projeto parental de casais do mesmo sexo deve ser contemplado na normativa que rege o planejamento familiar (Lei n. 9.263, de 1996)<sup>35</sup>, em especial, pelo fato de que o texto da lei não traz qualquer menção à orientação sexual ou identidade de gênero dos seus integrantes:

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole **pela mulher, pelo homem ou pelo casal**.

Parágrafo único - É proibida a utilização das ações a que se refere o caput para qualquer tipo de controle demográfico.<sup>36</sup>

Dessa maneira, o critério predominante para a determinação da filiação é o ato de planejamento do uso das técnicas de reprodução assistida, ou seja, o vínculo de parentesco deve ser atribuído àqueles que tiveram a iniciativa de sua realização. Nestes casos em que a reprodução através da relação sexual é substituída por uma vontade juridicamente qualificada,

<sup>34</sup> LEMOS, Vinícius. Os brasileiros que doam sêmen para inseminações caseiras. **BBC News**, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42145205>. Acesso em: jun. 2020.

<sup>35</sup> BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial**, 15 jan. 1996. Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19263.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm). Acesso em: fev. 2020.

<sup>36</sup> Ibid.



devem prevalecer os elementos afetivo e social para fixação do vínculo de parentesco, pautado na parentalidade responsável.

Nos casos de fertilização artificial heteróloga, em que genitores e filhos não compartilham o mesmo material genético, entende-se que o vínculo afetivo é gerado antes mesmo do nascimento da criança, ou seja, antes mesmo da construção da posse do estado de filho, sendo esta antecipadamente presumida, propiciando verdadeira relação de filiação socioafetiva.<sup>37</sup>

Em todos estes casos, há a ocorrência da posse do estado de filho ou estado de filho afetivo, ou seja, quando a pessoa desfruta de situação jurídica, no caso, o vínculo de filiação, que não corresponde à verdade, contudo, a aparência faz com que todos acreditem existir a aludida situação, emprestando-se juridicidade a estas manifestações.<sup>38</sup> É sob esta perspectiva que se deve analisar a caracterização da filiação afetiva, preservando-se o direito da criança em ostentar o nome da família que a concebeu mediante reprodução assistida.

A Lei de Registros Públicos não contém normativa estabelecendo a lavratura do registro de nascimento para filhos havidos por técnicas de reprodução assistida. Dessa forma, até pouco tempo atrás, casais que tivessem filhos gerados por meio de tais técnicas precisavam ingressar na justiça para poder registrar seus bebês.

Visando desjudicializar a questão do registro civil de filhos havidos por reprodução assistida, a Corregedoria Nacional de Justiça vem editando, desde 2016, provimentos que regulamentam a emissão de certidão de nascimento dos filhos havidos por reprodução assistida. Este mesmo entendimento já ganhava força com os Enunciados da Jornada de Direito Civil, do Conselho da Justiça Federal, e do Congresso Brasileiro de Direito de Família, do IBDFAM; veja-se:

Enunciado nº 608, CJF: É possível o registro de nascimento dos filhos de pessoas do mesmo sexo originários de reprodução assistida, diretamente no Cartório do Registro Civil, sendo dispensável a propositura de ação judicial, nos termos da regulamentação da Corregedoria local.<sup>39</sup>

Enunciado 12, IBDFAM: É possível o registro de nascimento dos filhos de casais homoafetivos, havidos de reprodução assistida, diretamente no Cartório do Registro Civil.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup> CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 608**. Enunciados Aprovados na VII Jornada de Direito Civil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados%20aprovados%20-%20VII%20jornada/view>. Acesso em: jan. 2020.

<sup>40</sup> IBDFAM. **IBDFAM aprova Enunciados**. Belo Horizonte, 28 out. 2015. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/5819/IBDFAM+aprova+Enunciados+++>. Acesso em: jan. 2020.

Considerando que a decisão de ter filhos, ou seja, o projeto parental, pertence ao casal, urge assegurar a estes o direito de proceder ao registro dos filhos em nome de ambos, seja em uma relação hétero ou homossexual. Assim, nas técnicas de reprodução assistida, a partir do uso do material de uma mulher, implantado em sua parceira, viabiliza-se o registro do filho em nome de duas mães, uma vez que ambas compartilharam a gravidez da criança. No caso da biparentalidade masculina, utiliza-se o útero de uma doadora, na gestação por substituição, sendo indiscutível a inclusão do casal masculino no campo da filiação do registro da criança, posto que o projeto parental pertence a ambos.

## 5.6 O REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO À LUZ DOS PROVIMENTOS N. 63/17 E N. 83/19 DO CNJ

Inicialmente, importante destacar a matéria fixada pelo Código Civil brasileiro, que traz: “Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”<sup>41</sup>, permitindo-se deduzir que o parentesco deriva de laços de sangue, estabelecidos através de relações sexuais ou técnicas de reprodução assistida, ou através de outras situações reconhecidas pelo Direito, como a adoção, ou o vínculo socioafetivo.<sup>42</sup>

Com a recepção jurídica de diferentes tipos de filiação, seja ela biológica, registral, socioafetiva, adotiva, dentre outras, as famílias podem apresentar, a depender da análise de cada caso concreto, uma multiplicidade de vínculos parentais, explicitando a possibilidade de convivência entre estes, sem a necessidade de exclusão ou prevalência das paternidades.

Dessa maneira, há uma massiva diminuição da força das presunções legais de paternidade.<sup>43</sup> Esse entendimento foi ratificado na I Jornada de Direito Civil, através da redação do Enunciado 103:

O Código Civil reconhece, no art. 1.593, outras espécies de parentesco civil além daquele decorrente da adoção, acolhendo, assim, a noção de que há também parentesco civil no vínculo parental proveniente quer das técnicas de reprodução assistida heteróloga relativamente ao pai (ou mãe) que não contribuiu com seu

<sup>41</sup> BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, 11 jan. 2002, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em: jun. 2020.

<sup>42</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de. A família parental. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). **Tratado de direito das famílias**. 3. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2019.

<sup>43</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga**. Rio de Janeiro: Renovar 2003.

material fecundante, quer da paternidade socioafetiva, fundada na posse do estado de filho.<sup>44</sup>

Em verdade, há diversas maneiras de determinação do parentesco. A verdade jurídica pode aparecer sem que haja correspondência com a verdade biológica, por exemplo, quando há o reconhecimento da paternidade de criança, como se fosse filho próprio. Por outro lado, a verdade jurídica não é suficiente para a preservação dos laços, em especial, diante da diminuição de sua importância na atualidade, em detrimento da verdade afetiva. Assim, conclui-se que se a verdade jurídica não estiver baseada na posse do estado de filho, em uma concreta relação paterno-filial, pode ser ela desconsiderada para que se busque, em seu lugar, a verdade biológica ou a verdade afetiva.<sup>45</sup>

Nesse momento, é importante abordar os fundamentos da paternidade, maternidade e filiação resultantes da reprodução assistida, tendo em vista os efeitos jurídicos decorrentes desta. O questionamento trazido por Guilherme Calmon é interessante ao passo que confronta a verdade jurídica, a verdade biológica e a verdade efetiva, sem excluir a possibilidade de coexistência entre estas.

Qual será a origem e, simultaneamente, o fundamento das relações paterno-materno-filiais decorrentes da procriação assistida? A verdade jurídica – diante da (aparente) consanguinidade –, a verdade biológica – devido à comprovada e inquestionável consanguinidade – ou a verdade afetiva – diante de fonte diversa da consanguinidade, ou seja, da vontade, do desejo, do afeto, do consenso?<sup>46</sup>

É nesse sentido de complementariedade o recente entendimento do Supremo Tribunal Federal, ou seja, de que a existência de paternidade socioafetiva não exige a paternidade do pai biológico. Trata-se da Repercussão Geral n. 622, posição adotada pelo STF quando do julgamento do RE 898.060<sup>47</sup>, que aprovou a tese que reconhece a possibilidade de se estabelecer a multiparentalidade nas relações familiares contemporâneas, através do reconhecimento simultâneo das formas socioafetiva e biológica de paternidade, desde que haja

<sup>44</sup> CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 734**. Enunciados Aprovados na VII Jornada de Direito Civil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/734>. Acesso em: jun. 2020.

<sup>45</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação**: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga. Rio de Janeiro: Renovar 2003.

<sup>46</sup> Ibid. p. 675.

<sup>47</sup> BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Plenário, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciarepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4803092&numeroProcesso=898060&classeProcesso=RE&numeroTema=622#>. Acesso em: jan. 2020. (Recurso Extraordinário n. 898.060/SC. Relator: Min. Luiz Fux. Julgado em: 21 set. 2016).

interesse do filho, evidenciando a afetividade como um elemento efetivamente jurídico dentro do Direito das Famílias.

Para Christiano Cassettari, a multiparentalidade é tida como uma das possíveis consequências da socioafetividade.<sup>48</sup> Contudo, conforme já mencionado em capítulo anterior, o autor pontua que “não constitui multiparentalidade a hipótese de a pessoa ter duas mães ou dois pais em seu assento de nascimento, pois ela pressupõe três ou mais pessoas no registro de nascimento como pais.”<sup>49</sup>

Exemplo comum de multiparentalidade é aquela resultante das famílias recompostas, ou seja, quando há a convivência entre novos e antigos membros de um núcleo familiar, com a construção de nova relação de parentesco por afinidade. Tratando da homoparentalidade, tem-se que, nos casos em que uma pessoa, integrante de uma relação heterossexual pretérita com filhos, após o rompimento desse laço original, passa a se relacionar com outro indivíduo do mesmo sexo, visualiza-se a possibilidade de inclusão desse novo membro nas relações de parentesco, quando desenvolvido um convívio afetivo entre estes, sem que se exclua qualquer vínculo parental anterior.

Dessa forma, uma vez estabelecido o vínculo afetivo, a partir da assunção do novo integrante da família das funções próprias de genitor, permite-se que, em observância ao princípio do melhor interesse do menor, nenhum dos pais ou mães, sejam eles ou elas afetivos ou biológicos, seja excluído da entidade familiar, podendo todos terem reconhecidos, legalmente, os papéis de pais ou mães do mesmo filho, como de fato os exercem.

Feitas tais considerações, cumpre mencionar que, em síntese, pode-se apontar três principais exemplos que fundamentam os vínculos de paternidade, maternidade e filiação vinculadas à procriação assistida: I) quando houver reprodução assistida homóloga do casal em que a mulher engravidou, há simultaneidade entre a verdade biológica e a verdade jurídica; II) quando houver reprodução assistida heteróloga, há coincidência, tão somente, do lado de um integrante do casal, restando ao outro a verdade biológica, quando houver contribuição biológica, ou a verdade afetiva; III) quando houver o nascimento de criança a partir da fusão de gametas de terceiros, inexistente o encontro entre a verdade biológica e a verdade jurídica, mas estabelece-se o vínculo através da existência da verdade afetiva.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e Parentalidade Socioafetiva** – Efeitos Jurídicos. 2. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

<sup>49</sup> Ibid.

<sup>50</sup> LEITE, Eduardo de Oliveira. **Procriações artificiais e o direito**: aspectos médicos, religiosos, psicológicos, éticos e jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

Ainda é necessário pontuar que a doação de gametas não é capaz de estabelecer, por si só, um fundamento para a formação de vínculos de parentesco, eis que a manifestação de vontade do doador é voltada, exclusivamente, para o negócio jurídico que consiste na utilização do seu material genético, não havendo, portanto, o elemento subjetivo de se tornar pai ou mãe. Nesse sentido, esclarece Guilherme Calmon:

Não há outro elemento subjetivo por parte do doador a não ser o especial fim de prestar solidariedade às pessoas que, por motivos outros, não têm condições de procriar através dos meios naturais. Não há como sequer conceber o pressuposto do risco, levando em conta que sua atividade se relaciona apenas e tão-somente à doação e, nesse sentido, caso houvesse qualquer possibilidade da pessoa do doador se tornar pai ou mãe da criança concebida, certamente todas as técnicas de reprodução assistida heteróloga não mais seriam realizadas e, conseqüentemente, várias pessoas não teriam como satisfazer o direito à reprodução.<sup>51</sup>

Dessa maneira, se a verdade jurídica vier acompanhada da verdade afetiva, deve ela prevalecer sobre a verdade biológica. Sobreleva-se o afeto como elemento basilar para a constituição do vínculo de paternidade-maternidade-filiação, posto que os fatos físicos da concepção e do parto, tão somente, não mais são capazes de o estabelecer. É esse o entendimento de Paulo Lôbo: “[...] toda paternidade é necessariamente socioafetiva, podendo ter origem biológica ou não biológica; em outras palavras, a paternidade socioafetiva é gênero do qual são espécies a paternidade biológica e a paternidade não biológica.”<sup>52</sup>

O Código Civilista brasileiro adota a presunção de filiação gerada por procedimentos de reprodução assistida, desde que ocorridos na constância do matrimônio, conforme traz a redação do art. 1.597. Assim, a norma legal permite que qualquer componente do casal, sem a companhia do outro, possa registrar o recém-nascido, perante o Registro Civil de Pessoas Naturais, desde que apresente a declaração de nascido vivo e a certidão de casamento.

Em contrapartida, não há no ordenamento pátrio qualquer menção aos relacionamentos convencionais, não contemplados pelo casamento. A Corregedoria Geral do Estado do Mato Grosso foi pioneira ao editar o Ato Normativo n. 54/14<sup>53</sup>, regulamentando o registro de nascimento e adoção homoparental no Brasil. Assim, desde 2014, os casais

<sup>51</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação**: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga. Rio de Janeiro: Renovar 2003. p. 689.

<sup>52</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 21.

<sup>53</sup> MATO GROSSO. Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso. **Provimento n. 54/2014**. Regulamenta os procedimentos do registro de nascimento homoparental. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/downloads/Imprensa/NoticiaImprensa/file/2014/07%20-%20JULHO%202014/29-%20Registro%20de%20nascimento%20homoparental.pdf>. Acesso em: abr. 2020.

homoafetivos de Mato Grosso podem registrar seus filhos diretamente no cartório. Para o registro, o casal devia apresentar nos cartórios, entre outros documentos, a declaração de nascido vivo (DNV) e certidão de casamento. No caso de adoção, no entanto, a alteração do registro permaneceu dependendo de decisão judicial.<sup>54</sup>

Tendo em vista a necessidade de uniformizar a emissão das certidões de nascimento para os filhos que não são frutos de um relacionamento matrimonial, em especial, visando estipular regras para o registro de nascimento de filhos havidos por técnicas de reprodução assistida, em março de 2016, a corregedoria do Conselho Nacional de Justiça editou, inicialmente, o Provimento n. 52.<sup>55</sup> Contudo, o documento continha disposição que tolhia a doação solidária de material genético, eis que exigia a indicação do nome do doador ou doadora deste.

Dessa forma, logo em 2017, editou-se o Provimento n. 63<sup>56</sup>, da corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, corrigindo a falha mencionada acima e reafirmando o reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade, feito perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais. Em verdade, o Provimento n. 63 exaltou a condição de posse do estado de filho, ou seja, a situação em que o indivíduo é criado por pessoa sem vínculo sanguíneo, independente de formalidades, revelando uma constância social da relação entre pai e filho.

Dessa maneira, casais homoafetivos, que tenham utilizado das técnicas de reprodução assistida para constituírem sua prole, segundo a regra estabelecida pelo Provimento, podem comparecer diretamente aos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais para emitirem o registro de nascimento dos filhos, independentemente de ordem judicial.

O documento contém disposição expressa determinando a emissão do registro de nascimento de crianças havidas por técnicas de reprodução assistida, mediante o comparecimento de ambos os pais, ou apenas um, desde que apresentado documento comprobatório do casamento ou união estável, através de escritura pública ou sentença que a reconheça, em observância à segurança jurídica que deve nortear os registros públicos.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de Direito de Família e Sucessões**. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2018, p. 65.

<sup>55</sup> Ibid, p. 66.

<sup>56</sup> CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 63 de 14 de novembro de 2017**. Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525>. Acesso em mar. 2020.

<sup>57</sup> ROSA, Conrado Paulino da. **Curso de direito de família contemporâneo**. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Além disso, é necessário apresentar a “declaração de nascido vivo (DNV)” e “declaração, com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando que a criança foi gerada por reprodução assistida heteróloga, assim como o nome dos beneficiários.”<sup>58</sup>

A Declaração de Nascido Vivo é um formulário padrão, fornecido pela Secretaria de Vigilância em Saúde e preenchido por médico responsável, nas maternidades ou estabelecimentos hospitalares em que houve o nascimento. Caso o parto seja feito em ambiente domiciliar, será firmado o registro por duas testemunhas que assistiam o nascimento, sem assistência médica, sendo a declaração preenchida pelo Cartório de Registro Civil.<sup>59</sup>

Também estabeleceu-se que: “[...] no caso de filhos de casais homoafetivos, o assento de nascimento deverá ser adequado para que constem os nomes dos ascendentes, sem referência a distinção quanto à ascendência paterna ou materna.”<sup>60</sup> Embora a Lei de Registros Públicos mencione a possibilidade do registro de pai e mãe, para Conrado Paulino, é necessário que a legislação seja interpretada à luz da dignidade da pessoa humana e da doutrina da proteção integral, a fim de flexibilizá-la e adaptá-la às realidades apresentadas, possibilitando o registro da bipaternidade ou a bimaternidade.<sup>61</sup>

Caso o bebê provenha da maternidade de substituição, há disposição expressa no Provimento determinando que “[...] não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo, devendo ser apresentado termo de compromisso firmado pela doadora temporária do útero, esclarecendo a questão da filiação.”<sup>62</sup>

Cristiano Chaves de Faria entende que, caso o parto seja realizado pelo próprio médico que realizou o procedimento de fertilização, este fornecerá documento, inscrevendo, na declaração de nascido vivo, o nome da mãe biológica ou da mãe social. Por outro lado, caso o profissional que realizar o parto não seja o mesmo que efetuou a fertilização em útero da gestante, este somente poderá incluir na declaração de nascido vivo o nome da parturiente.<sup>63</sup>

<sup>58</sup> CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 63 de 14 de novembro de 2017**. Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525>. Acesso em mar. 2020. (Art. 17, I e II).

<sup>59</sup> LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros públicos: teoria e prática**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

<sup>60</sup> CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. op. cit. (Art. 16, §1º).

<sup>61</sup> ROSA, Conrado Paulino da. **Curso de direito de família contemporâneo**. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

<sup>62</sup> CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. op. cit. (Art. 17, III, § 1º).

<sup>63</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de. A família parental. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). **Tratado de direito das famílias**. 3. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2019.

De qualquer forma, o provimento estabelece que não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo, de maneira a preservar o nome dos autores do projeto parental.<sup>64</sup> Em qualquer hipótese, permite-se ao interessado, ou ao Ministério Público, promover a suscitação de dúvida para buscar a inscrição do nome da mãe socioafetiva e/ou biológica no registro de nascimento da criança.<sup>65</sup>

Tendo em vista a necessária proteção dos menores, nascidos de um relacionamento convivencial não formalizado, o aludido provimento estabeleceu o reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade, feito perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais.

De forma prática e formal, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que em local diverso daquele em que foi lavrado o assento, mediante a exibição de documento oficial de identificação com foto do requerente e da certidão de nascimento do filho, ambos em original e cópia.<sup>66</sup> Podem reconhecer pessoas maiores de dezoito anos, independentemente do estado civil, regra semelhante ao já estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.<sup>67</sup>

Além disso, para não subverter a ordem hereditária, não poderão reconhecer a paternidade ou maternidade socioafetiva os irmãos entre si nem os ascendentes. O pretenso pai ou mãe será pelo menos dezesseis anos mais velho que o filho a ser reconhecido.<sup>68</sup>

Do termo de reconhecimento, além dos dados do requerente, constarão os dados do campo “filiação” e “do filho”, que constam no registro, conforme as normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado, devendo o registrador colher a assinatura dos genitores biológicos do reconhecido, na hipótese deste contar com menos de dezoito anos, de forma a ser necessária a anuência expressa na presente situação. Caso o filho for maior de doze anos, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva deve contar com seu consentimento.<sup>69</sup>

Dentre as novidades do Provimento, tem-se a possibilidade do reconhecimento da multiparentalidade extrajudicialmente, tendo em vista a redação do artigo 14, que viabilizou o registro de dois pais ou duas mães no campo da filiação. Contudo, a determinação de que o

---

<sup>64</sup> ROSA, Conrado Paulino da. **Curso de direito de família contemporâneo**. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

<sup>65</sup> LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros públicos: teoria e prática**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

<sup>66</sup> CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 63 de 14 de novembro de 2017**. Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525>. Acesso em mar. 2020. (Art. 11).

<sup>67</sup> Ibid. (Art. 10, §2º).

<sup>68</sup> Ibid. (Art. 10, §§3º e 4º).

<sup>69</sup> Ibid. (Art. 11, §§ 3º e 4º).



reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva só poderá ser feito de maneira unilateral gerou diversas discussões na doutrina.

Em síntese, a norma visa evitar a tentativa de regularizações de “adoções à brasileira”, posto que é possível o reconhecimento extrajudicial de vínculos socioafetivos apenas unilateralmente, ou seja, ou do lado paterno ou do lado materno. Uma vez realizado um reconhecimento extrajudicial de um ascendente, não se poderá reconhecer ao mesmo outro ascendente.<sup>70</sup>

No mais, manteve-se a proibição de recusa dos Oficiais Registradores ao registro de nascimento e emissão da certidão correspondente para os filhos havidos por técnicas de reprodução assistida, sob pena de providências disciplinares cabíveis.<sup>71</sup> Vale ressaltar que, suspeitando de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade, simulação ou dúvida sobre a configuração do estado de posse de filho, o registrador fundamentará a recusa, não praticará o ato e encaminhará o pedido ao juiz competente nos termos da legislação local.

Visando aperfeiçoar as disposições do documento, a Corregedoria Geral de Justiça do CNJ editou o Provimento n. 83, em 14 de agosto de 2019.<sup>72</sup> O novo Provimento tornou mais criterioso e restritivo o procedimento de reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva, posto que determinou ao registrador atestar a ocorrência do vínculo afetivo, estável e exteriorizado socialmente, através da apuração de elementos concretos de prova, tais como documentos escolares que contenham a inscrição do pretense pai como responsável do aluno, inscrição do filho no plano de saúde ou órgão de previdência, dentre outros.<sup>73</sup>

Dentre as principais modificações, tem-se a idade mínima do reconhecido, que passa a ser de 12 anos, ou seja, o reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade socioafetiva só pode ser feito em relação a pessoa maior de 12 anos de idade,<sup>74</sup> caso se intente a formalização de vínculos afetivos para sujeitos em idade inferior, deverá a demanda tramitar pela via judicial.

Por fim, acrescentou-se determinação para que, atendidos os requisitos para o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva, este seja encaminhado ao

---

<sup>70</sup> ROSA, Conrado Paulino da. **Curso de direito de família contemporâneo**. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

<sup>71</sup> Ibid.

<sup>72</sup> CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 63 de 14 de novembro de 2017**. Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525>. Acesso em mar. 2020.

<sup>73</sup> ROSA, op. cit.

<sup>74</sup> CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. op. cit. (Art. 10).

representante do Ministério Público para que seja emitido parecer, e, desde que favorável, será possível, então, o registro.<sup>75</sup>

Imperioso mencionar que, a partir da constituição de um vínculo parental, no caso ora abordado, a homoparentalidade constituída pelas técnicas de reprodução assistida, é inequívoco que o filho contará com todos os direitos inerentes ao estado de filiação, podendo-se mencionar, a título de exemplo, o direito à convivência familiar, alimentos e direitos sucessórios.

Deve-se destacar o fato de que tal reconhecimento tem a natureza jurídica de negócio jurídico unilateral, não modal, irretratável e formal. Assim sendo, por ser o reconhecimento irrevogável, este somente pode ser desconstituído via judicial, nas hipóteses de vício de vontade, fraude ou simulação.

A possibilidade do reconhecimento extrajudicial do vínculo socioafetivo apresenta reais vantagens ao reconhecido, posto que coíbe a judicialização e burocratização da matéria, formaliza, no mundo do Direito, a vivência do dia a dia, garantindo-lhe o pleno exercício da cidadania. Sob o viés do pretense pai ou mãe, o Provimento busca assegurar o respeito à diversidade sexual, bem como ao pluralismo das entidades familiares, garantindo a prevalência dos laços de afeto em detrimento ao critério da consanguinidade.

Dessa forma, há uma clara adaptação do sistema de constituição de paternidade e filiação aos valores e princípios constitucionais, tornando-o mais flexível e amplo, em uma evidente valorização da dignidade humana e em busca dos melhores interesses da criança.<sup>76</sup>

#### 5.6.1 Registro civil como pressuposto para efetivação da cidadania e da dignidade da pessoa humana

No ordenamento jurídico brasileiro, a prova da filiação é produzida através da certidão do termo de nascimento, registrada no Registro Civil de Pessoas Naturais, conforme redação do art. 1.603, do Código Civil. Por sua vez, o registro de nascimento é disciplinado

---

<sup>75</sup> CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 63 de 14 de novembro de 2017**. Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525>. Acesso em mar. 2020. (Art. 10-A, §9º).

<sup>76</sup> GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga**. Rio de Janeiro: Renovar 2003.

pela Lei de Registros Públicos, Lei nº 6.015/73, tendo sua redação sido objeto de diversas alterações ao longo do tempo.

Tendo em vista a importância que assume o registro de nascimento, como um pressuposto básico do exercício da cidadania, elevou-se este direito ao status de direito humano, reconhecido, expressamente, pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966, aprovado pelo Brasil, em seu artigo 24: “2. Toda criança deverá ser registrada imediatamente após seu nascimento e deverá receber um nome.”<sup>77</sup>

No Brasil, o Registro Civil de Nascimento é um direito fundamental do cidadão e constitui-se como pressuposto para a formalização da pessoa natural perante a ordem jurídico-social, além de ser documento essencial para a prática de atos da vida civil. Nas palavras de Loureiro, o registro civil é: “denominado de primeiro documento da cidadania: trata-se de documento indispensável para a constatação das qualidades pessoais, não apenas pela prova das situações jurídicas, como também pela publicidade que garante a oponibilidade destas situações.”<sup>78</sup>

Dessa maneira, entende-se que o exercício da cidadania depende do registro civil de nascimento, realizado nos Cartórios, representando a oficialização da existência de uma pessoa. Uma das funções sociais do registro civil, portanto, é possibilitar a conquista de efeitos jurídicos com reflexos na cidadania, posto que fixa, de modo seguro, os atos relevantes da vida humana, cuja publicidade interessa, inclusive, a terceiros.<sup>79</sup>

Todos os indivíduos apresentam, no decorrer de sua existência, diversas situações relacionadas a sua condição na sociedade, conforme a ideia do estado das pessoas, ou seja, um conjunto de qualidades, que é dinâmica e, portanto, altera-se ao longo da vida. Dessa forma, é necessário que tais qualidades sejam anotadas e publicizadas em registro público para conhecimento de toda a sociedade.<sup>80</sup>

Nesse sentido, percebe-se que o registro civil funciona, também, como instrumento de estatística essencial para a implementação de políticas públicas no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento de programas sociais e gestão de recursos públicos, em uma importante função estratégica.<sup>81</sup>

---

<sup>77</sup> BRASIL. Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Poder Executivo, **Diário oficial da União**, 07 jul. 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm). Acesso em: jul. 2020.

<sup>78</sup> LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros públicos: teoria e prática**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 179.

<sup>79</sup> Ibid.

<sup>80</sup> CAMARGO NETO, Mario de Carvalho; DE OLIVEIRA, Marcelo Salaroli. **Registro civil das pessoas naturais: parte geral e registro de nascimento**. São Paulo: Saraiva, 2014.

<sup>81</sup> Ibid.

O registro civil de nascimento gera a presunção, quase absoluta, de veracidade do estado da filiação, ultrapassando a paternidade biológica: o que dele resulta, salvo em caso de erro ou falsidade de registro, vale como verdade. Luiz Edson Fachin ressalta a importância da função do registro civil, que representa “a biografia jurídica do cidadão, no qual estão indelevelmente fixados os fatos relevantes da vida de cada um, como o nascimento, o nome, a filiação, o casamento, o óbito etc.”<sup>82</sup>

Em seu art. 236, a Constituição Federal estatui que “Os serviços notariais e de registros são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.”<sup>83</sup> Logo, a função é pública, mas exercida em caráter privado, sendo que o seu exercício não tem o condão de tornar a autonomia da vontade a regra a ser observada por notários e registradores, tendo em vista que a função é eminentemente vinculada, ou seja, os atos notariais e registrais devem ser promovidos em estrita observância à legalidade.<sup>84</sup> Tratando-se da efetivação da paternidade socioafetiva, verifica-se que o Estado transfere, ao particular, por norma constitucional, a competência exclusiva para exercer a cidadania, através do Registro Civil das Pessoas Naturais.

A Lei n. 8.935/1994, visando garantir que o Registro Civil das Pessoas Naturais esteja presente nas pequenas localidades e também nas grandes metrópoles, com a finalidade de facilitar o acesso da população à instituição responsável pelo registro dos fatos da vida civil das pessoas naturais, estabelece a existência de, pelo menos, um Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais em cada sede municipal e um titular em cada sede distrital.<sup>85</sup> O objetivo do legislador claramente foi o de facilitar o acesso da população à instituição responsável pelo registro de nascimentos.

Assim, o registro civil de nascimento é imprescindível para o exercício da cidadania, e, por conseguinte, dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Na seara do Direito das Famílias e Sucessões, há um novo protagonismo das serventias de registro das pessoas naturais, tendo em vista a busca pela superação das dificuldades burocráticas que são verificadas, quando da análise de questões envolvendo a temática do direito privado de família, no Poder Judiciário. No mais, o acesso dos novos vínculos parentais ao registro civil é condição essencial para garantir, aos filhos e aos pretensos

---

<sup>82</sup> FACHIN, Luiz Edson. **Comentários ao novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 89.

<sup>83</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Poder Legislativo. **Diário Oficial da União**, 05 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: maio 2020.

<sup>84</sup> LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros públicos: teoria e prática**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

<sup>85</sup> BRASIL. Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios). Poder Executivo, **Diário Oficial**, 21 nov. 1994002E Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18935.htm). Acesso em: jun. 2020.

pais, a plena realização da dignidade da pessoa humana, o direito fundamental ao nome e o exercício efetivo da cidadania.

Tendo em vista a completa ausência de leis a regular a matéria da homoparentalidade, que, por ora, permanece amparada por Resoluções e Provimentos, expedidos por órgãos que não detêm o poder legiferante, torna-se evidente a importância que assume a positivação de direitos relacionados à homoparentalidade, em especial visando a efetivação do registro das crianças havidas por técnicas de reprodução assistida por casais do mesmo sexo.

## 6 CONCLUSÃO

Compreender a família como uma entidade em permanente transformação, que caminha de acordo com os movimentos que constituem as relações sociais no decorrer do tempo, é fundamental para a análise dos inúmeros eventos a ela relacionados, tornando-se imperioso que o operador do Direito permaneça atento às reais necessidades que partem da sociedade, de modo a fomentar a construção de um direito plural, crítico e construtivo.

O instituto da família passou por profundas mudanças ao longo do século XX: transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, que resultaram em uma revisão substancial da noção de família, até então heterossexual, matrimonial, e patriarcal, que impunha como verdade incontestável a realidade biológica irreduzível da necessária complementariedade sexual dos genitores para a procriação e exercício da sexualidade.

Percebe-se que as novas concepções de família e o desenvolvimento da sociedade têm propiciado um destaque ao afeto como meio de identificação dos vínculos familiares para definir os elos de parentalidade. O afeto encontrou acolhida no Direito das Famílias contemporâneo, sendo recepcionado, pelo Poder Judiciário, como um valor jurídico, apto a produzir efeitos nas diversas formas de constituição de família.

O conceito de família, então, passa a se associar a uma relação íntima de afeto entre seus integrantes, tornando-se o novo paradigma para o operador do Direito, pós Constituição de 1988: a família e as relações de parentesco dela advindas não poderiam permanecer com a orientação patrimonialista e patriarcal de outrora.

Dentre as importantes modificações trazidas pela Constituição de 1988, tem-se a inclusão de entidades familiares para além daquela contemplada pelo casamento, operando o seu artigo 226 como verdadeira cláusula geral de inclusão. Além disso, tem-se que nos termos dispostos no artigo 227, §6º, do texto constitucional, vetou-se toda e qualquer designação discriminatória relativa à filiação, garantindo a proteção e a supremacia dos interesses dos filhos, sua cidadania e dignidade humana, equiparando o parentesco natural do civil.

Na perspectiva da valorização constitucional das diversas formações familiares, que passaram, então, a ser tuteladas pelo Direito, a família homoafetiva, decorrente da união de pessoas do mesmo sexo, desponta como verdadeira entidade, constitucionalmente protegida, quando originada de um vínculo de afeto, caracterizada pela estabilidade, ostensividade e com a finalidade de constituição de família.

O reconhecimento formal das uniões homoafetivas como entidades familiares, a partir do julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4277, e da

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 132, em maio de 2011, motivou o fortalecimento de outra reivindicação desses casais: o desejo de vivenciar a maternidade/paternidade, no seio da família.

Dessa maneira, o objeto desta pesquisa manifestou-se da necessária releitura constitucional dos institutos clássicos do Direito Civil e, conseqüentemente, do Direito da Famílias, atingindo uma concepção plural e aberta da família, vivenciada, sobremaneira, no afeto. Buscou-se, portanto, examinar em que medida se dá a efetivação do princípio da afetividade, do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e do direito à parentalidade, a partir das diferentes possibilidades de efetivação do direito à paternidade/maternidade no seio da família homoafetiva, representadas no reconhecimento da filiação socioafetiva, da adoção ou através do uso da reprodução assistida por casais homoafetivos.

O exercício da parentalidade por casais homoafetivos é expressão real da concretização da cidadania na família, possibilitada em razão da garantia de efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana. A cidadania na família exige a cidadania social, concretizada a partir do reconhecimento da pluralidade das entidades familiares e a efetivação de direitos que nivelem as condições de tratamento dos indivíduos em compasso com a valorização de suas particularidades.

Ocorre que, no Brasil, tem-se um verdadeiro quadro de desigualdade estrutural: a não concretização da igualdade e a ausência de cidadania às uniões homoafetivas é percebida pelo fato de que a violência contra indivíduos homoafetivos se dá em diversos planos, em especial, com a exclusão social desse grupo e a minguada tutela jurídica que lhes é reservada.

O estudo filosófico acerca da temática da desigualdade social e da violação de direitos humanos, no âmbito das famílias, foi propiciado, neste trabalho, a partir da teoria da redistribuição e do reconhecimento, de Nancy Fraser, que propõe elaborar um conceito de justiça abrangente, capaz de acomodar tanto as reivindicações por igualdade social, que implicam mudanças culturais, valorização da diversidade, e rompimento de paradigmas, quanto aquelas reivindicações por reconhecimento da diferença.

Fraser aponta um enfoque bidimensional de luta, em que políticas redistributivas são necessárias para superar os efeitos de uma política econômica desigual, que afeta, diretamente, os indivíduos homoafetivos, bem como as políticas de reconhecimento, que são fundamentais para lidar com os problemas relacionados ao *status* homossexual, marcado pela exclusão e marginalização social, e ausência de direitos. As políticas públicas constituem importante instrumento para a inclusão social das minorias sexuais, oferecendo remédios

viáveis e estimuladores da autonomia individual, em busca por paridade de participação e de *status*, através das quais se pretende efetivar direitos e deveres aos casais homoafetivos, em especial.

A partir do momento em que se passa a considerar a família como o instrumento ideal e núcleo privilegiado, que acolhe o indivíduo e onde este promove diversas relações com outras pessoas, com o propósito de alcançar o desenvolvimento das suas potencialidades e a realização plena da sua personalidade, percebe-se que o exercício da parentalidade, por casais homoafetivos, é especial meio de concretização da cidadania na família, possibilitada em razão da garantia de efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana.

A paternidade e a maternidade constituem valores sociais de elevada importância, cabendo ao Estado promover a proteção ao exercício da parentalidade. Evidentemente, o projeto parental se constitui um desdobramento do direito ao livre desenvolvimento da personalidade. Dentro dessa perspectiva, a filiação desponta como um dos mais relevantes parentescos dentro da seara da família.

A liberdade de cada indivíduo de efetivar a filiação pode ser realizada através dos aspectos biológicos ou então do uso da reprodução assistida, por meio de uma decisão judicial, ou então por meio do estabelecimento afetivo puro e simples da condição paterno-filial. Assim, equitativamente, dentre as possibilidades de homossexuais vivenciarem a parentalidade, destacam-se três principais: a recomposição, em que um membro do casal traz para sua nova relação um filho fruto do relacionamento heterossexual anterior do parceiro; a adoção promovida pelo casal, e a partir do uso das novas tecnologias reprodutivas; sendo que a parentalidade socioafetiva permanece associada a todas as demais formas.

A adoção é um dos institutos mais antigos que se tem conhecimento, sendo que, atualmente, os aspectos legais da adoção encontram-se disciplinados, basicamente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei 13.509, de 2017. A adoção por casal homoafetivo não é abordada, expressamente, pela legislação brasileira, motivo pelo qual a possibilidade da adoção promovida por homossexuais é um dos temas mais abordados nos Tribunais nacionais.

O estado civil do adotante é irrelevante para a adoção, contudo, há disposição expressa determinando que, para a adoção conjunta, devem os adotantes serem casados ou viverem em união estável. Nesse sentido, uma vez que as uniões estáveis homoafetivas foram formalmente reconhecidas como entidades familiares, através do *leading case* julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, consolida-se o direito de promover a adoção conjunta.



Algumas sentenças vêm inovando o ordenamento jurídico ao conceder a adoção aos pares homoafetivos, buscando enquadrar o direito na realidade social. De fato, não há impedimento constitucional ou jurídico brasileiro para que duas pessoas do mesmo sexo, que vivam em relação afetiva, possam adotar uma criança. A bem da verdade, proibir a adoção por pares homoafetivos sob o fundamento de sua orientação sexual viola o valioso princípio constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana, sintetizado no princípio da igualdade e na proibição de discriminação de qualquer ordem a outra pessoa.

A ausência de legislação específica favorece o preconceito e impede que questões referentes a essa problemática sejam decididas de maneira uniforme, isto é, a partir de um mesmo referencial. Essa posição de extremo apego à lei, despreza a situação fática muitas vezes já existente, tendo em vista que a criança ou adolescente acaba convivendo com o companheiro de seu adotante, prejudicando o direito dos infantes de conviver em um ambiente familiar equilibrado.

Por essa razão, as decisões judiciais devem direcionar-se na fundamentação legal e principiológica, de maneira a avaliar os pontos positivos e negativos quanto ao caso concreto, almejando a superação de desigualdades e a máxima efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, em relação aos adotantes e ao adotado. Tratando da adoção conjunta, é essencial que se observe o caso a caso, perquirindo, além dos requisitos objetivos estabelecidos pelo ECA, as condições dos pretensos pais de oferecerem amor, carinho, afeto, um lar saudável, atenção e educação.

No mais, o uso da reprodução assistida se apresenta como uma demanda crescente, considerando que a medicalização da reprodução humana se tornou uma opção para viabilizar o exercício do direito ao planejamento familiar. Não há normatização legal acerca das técnicas de reprodução assistida no contexto brasileiro, sendo que estas são regidas por normas éticas e resoluções do Conselho Federal de Medicina, o que acaba agravando os dilemas levantados quando da abordagem jurídica da medicalização da reprodução humana.

Desde 1992, foram expedidas cinco Resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) em relação à reprodução assistida, sendo a última, a de nº 2.168/2017, em vigor desde setembro de 2017. Dentre as novidades desta, tem-se a inclusão de todas as pessoas capazes, solteiras ou em união hétero ou homoafetiva, nas possibilidades de utilização das técnicas de reprodução assistida, regulamentando a gestação compartilhada em casais do mesmo sexo, ainda que não esteja presente a infertilidade.

Nas relações homoafetivas, em que não há a possibilidade da fecundação natural mediante relação sexual, a fecundação artificial heteróloga é utilizada para tornar real o desejo

da paternidade e da maternidade. Considerando que a decisão de ter filhos, ou seja, o projeto parental, pertence ao casal, urge assegurar a estes o direito de proceder ao registro dos filhos em nome de ambos, seja em uma relação hetero ou homossexual.

Assim, diante da necessidade de uniformizar a emissão das certidões de nascimento para o registro de nascimento de filhos havidos por técnicas de reprodução assistida, a corregedoria do Conselho Nacional de Justiça editou, em 2017, o Provimento n. 63, estabelecendo o reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade socioafetiva e possibilitando que casais homoafetivos, que tenham utilizado das técnicas de reprodução assistida para constituírem sua prole, compareçam diretamente aos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais para emitirem o registro de nascimento dos filhos, independentemente de ordem judicial.

Mais recentemente, em 2019, visando aperfeiçoar as disposições do documento, a Corregedoria Geral de Justiça do CNJ editou o Provimento n. 83. Dessa maneira, a partir da análise destes documentos, percebe-se que a vontade das partes, manifestada no consentimento expresso destas, desponta como fator determinante para a constituição do vínculo de paternidade ou maternidade.

Em relação aos efeitos jurídicos da constituição do parentesco pelas técnicas de reprodução assistida, a pesquisa jurisprudencial realizada junto aos sites do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal revelou que casais homoafetivos vêm, progressivamente, recebendo a tutela que lhes resguarda todos os direitos e deveres inerentes ao poder familiar, ao passo que se reconhece a bipaternidade ou a bimaternidade.

Ocorre que a legislação brasileira tem se mostrado incapaz de acompanhar a evolução, a velocidade e a complexidade dos mais diversos modelos de núcleos familiares. O excerto mencionado na epígrafe deste trabalho, de Norberto Bobbio, reflete a grande problemática que atravessa o século XX, em especial, no tocante ao Brasil, pós Constituição de 1988, ou seja, a dificuldade em se garantir a efetividade dos direitos nela inscritos.

Considerando o atual cenário político brasileiro, há um evidente retrocesso na promoção de políticas públicas que promovam a diversidade e coíbam o preconceito e a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual. As condutas que partem do atual Poder Executivo são, na realidade, um incentivo à homofobia e ao discurso de ódio contra a comunidade LGBTI+, e refletem na diminuição da representatividade política destes grupos, na extinção da já minguada pauta pelos direitos desses indivíduos e consequente aumento da violência estrutural.

Mesmo ante a inércia do Legislativo em reformar as leis, de modo a explicitar os direitos dos casais homoafetivos, a atuação do Poder Judiciário tem demonstrado um compromisso com a afirmação e concretização dos direitos homoafetivos, fixando importantes bases para o acesso destes a todos os direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, com fundamento nos princípios constitucionais e nos direitos fundamentais. A fotografia da família na pós-modernidade revela a valorização da individualidade humana, a adoção de instituições mais flexíveis, a valorização da inclusão e a busca pela formação integral e a realização pessoal plena de seus componentes.

Cumpra-se destacar que o exercício do direito à parentalidade carrega consigo a necessária observação à responsabilidade parental, ou seja, às consequências advindas do exercício dos direitos parentais pelas pessoas. Assim, a parentalidade responsável, no Brasil, é uma exigência constitucional.

Evidente que, por trás do respeito à dignidade da pessoa humana, projetado no direito dos indivíduos de serem pais e mães, há a supremacia do interesse dos menores, que se reflete na responsabilidade individual e social do homem e da mulher. Trata-se de uma via de mão única: ao direito dos indivíduos de exercerem sua sexualidade e optarem por se tornarem pais e mães somam-se as responsabilidades de assumirem estes papéis.

Por fim, tem-se que, uma vez estabelecido o vínculo afetivo, a partir da assunção do novo integrante da família das funções próprias de genitor, permite-se que, em observância ao princípio do melhor interesse do menor e ao princípio da dignidade da pessoa humana, nenhum dos pais ou mães, sejam eles ou elas afetivos ou biológicos, permaneça excluído da entidade familiar, podendo todos terem reconhecidos, legalmente, os papéis de pais ou mães do mesmo filho, como de fato os exerçam.

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Manoela B. de; SOUZA, Luciana Pereira de. Reflexos da adoção na relação homoafetiva no contrato de trabalho. In: DIAS, Maria Berenice. **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Lesbian and gay parenting*. 2005. Disponível em: <https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM. TJPB reconhece dupla maternidade em caso de “inseminação caseira”. **Ibdfam**, 26 set. 2018. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/6765/TJPB+reconhece+dupla+maternidade+em+caso+de+%5C%E2%80%9Cinsemina%C3%A7%C3%A3o+caseira%5C>. Acesso em: jun. 2020.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Poder Legislativo. **Diário Oficial de União**: Brasília, DF, Poder Legislativo, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: maio 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 4.229, de 13 de maio de 2002. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto n. 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4229.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4229.htm). Acesso em: jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Poder Executivo, **Diário oficial da União**, 07 jul. 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm). Acesso em: jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, 11 jan. 2002, Brasília, DF, Poder Legislativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em: nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 6.515, de 26 de dez. de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 dez. 1977. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm). Acesso em: maio 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 03 set. 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm). Acesso em: maio 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Poder Legislativo, **Diário Oficial da União**, 04 ago. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2). Acesso em: jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Poder Legislativo, **Diário Oficial**, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 15 jan. 1996. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9263.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm). Acesso em: jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Inicio>. Acesso em: ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: jul. 2019.

BRESSIANI, Nathalie de Almeida. **Economia, cultura e normatividade**: o debate de Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento. 2010. 151p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. Reflexões sobre cidadania, direitos fundamentais e nacionalidade. **Revista Eletrônica de Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v.4, n.3, 2009. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica). Acesso em: jun. 2019.

CAMARGO NETO, Mario de Carvalho; DE OLIVEIRA, Marcelo Salaroli. **Registro civil das pessoas naturais**: parte geral e registro de nascimento. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARDOSO, Fábio Luiz Lopes. Cidadania, paridade de participação e o modelo de análise tridimensional de Nancy Fraser. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 103-116, 2012.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva**: efeitos jurídicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CHAVES, Marianna. **Homoafetividade e direito**: proteção constitucional, uniões, casamento e parentalidade. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2015.

COCHRAN, Susan D. *et al. Proposed declassification of disease categories related to sexual orientation in the International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD-11)*. **Bulletin of the World Health Organization**. Jan. 2014. Disponível em: <https://www.who.int/bulletin/volumes/92/9/14-135541/en/>. Acesso em: jun. 2019.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 104.** Enunciados Aprovados na I Jornada de Direito Civil. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/Jornada%20de%20Direito%20Civil%201.pdf/view>. Acesso em: jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Enunciado 111.** Enunciados Aprovados na I Jornada de Direito Civil. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/Jornada%20de%20Direito%20Civil%201.pdf/view>. Acesso em: jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Enunciado 273.** Enunciados Aprovados na IV Jornada de Direito Civil. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/IV%20JORNADA%20DE%20DIREITO%20CIVIL%202013%20ENUNCIADOS%20APROVADOS.pdf/view>. Acesso em: jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Enunciado 608.** Enunciados Aprovados na VII Jornada de Direito Civil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados%20aprovados%20-%20VII%20jornada/view>. Acesso em: jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Enunciado 734.** Enunciados Aprovados na VII Jornada de Direito Civil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/734>. Acesso em: jun. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n. 2.121/2015. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudarão a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos – tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.013/13, publicada no D.O.U. de 9 de maio de 2013, Seção I, p. 119. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 24 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução CFM n. 2.168/2017. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos –, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.121, publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 10 nov. 2017. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026). Acesso em: mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Adoção:** um direito de todos e todas. Brasília, 2008. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/cartilha\\_adocao.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/cartilha_adocao.pdf). Acesso em: dez. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013.** Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>. Acesso em: jun. 2019.

CORREA, Marilena Cordeiro Dias Villela. Ética e reprodução assistida: a medicalização do desejo de ter filhos. **Revista de Bioética e Ética Médica**, Conselho Federal de Medicina, v. 9, n. 2, 2001.

CORRÊA, Sonia Onufer; MUNTARBHORN, Vinit. **Princípios de Yogyakarta**: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: jun. 2019.

CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 52, de 14 de março de 2016**. Dispõe sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Brasília, DF, 14 mar. 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/6bd953c10912313a24633f1a1e6535e1.pdf>. Acesso em mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Provimento nº 63 de 14 de novembro de 2017**. Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525>. Acesso em mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Provimento nº 83 de 14 de agosto de 2019**. Altera a Seção II, que trata da Paternidade Socioafetiva, do Provimento n. 63, de 14 de novembro de 2017 da Corregedoria Nacional de Justiça. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2975>. Acesso em mar. 2020.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: [https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf). Acesso em: mar. 2020.

DIAS, Maria Berenice. Filiação homoafetiva. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Afeto, ética, família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

\_\_\_\_\_. **Homoafetividade e os direitos LGBTI**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

\_\_\_\_\_. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria geral do direito civil. 29. ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

FACHIN, Luiz Edson. Família, direitos e uma nova cidadania. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Família e cidadania**: o novo CCB e a vacatio legis. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: famílias. 9. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2016.

FERNANDEZ, Osvaldo. Homossexuais, cidadania e direitos humanos no Brasil. In: VENTURINI, Gustavo. (Org.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

FERRAZ, Ana Cláudia Brandão de Barros Correia. **Reprodução humana assistida e suas consequências nas relações de família: a filiação e a origem genética sob a perspectiva da repersonalização**. Rio de Janeiro: Juruá, 2016.

FRASER, Nancy. *La justicia social en la era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación*. In **Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico**. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Fundación Paideia Galiza y Ediciones Morata, 2006.

\_\_\_\_\_. *La política feminista en la era del reconocimiento: un enfoque bidimensional de la justicia de género*. **Arenal Revista de Historia de las Mujeres**, Espanha, v. 19, n. 2, p. 267-286, jul. 2012. Disponível em: <http://www.ugr.es/~arenal/articulo.php?id=189>. Acesso em: maio 2020.

\_\_\_\_\_. *Nuevas reflexiones sobre el reconocimiento*. **New left review**, n. 4, p. 55-68, 2000. Disponível em: <https://newleftreview.es/issues/4/articles/nancy-fraser-nuevas-reflexiones-sobre-el-reconocimiento.pdf>. Acesso em: maio 2020.

\_\_\_\_\_. Reconhecimento sem ética? Tradução: Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Lua Nova**, São Paulo, 70: 101-138, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia. (coords.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais – o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

\_\_\_\_\_. Das relações de parentesco. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha; DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Direito de família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey/IBDFAM, 4. ed. 2005.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: **Seminário Internacional as Minorias e o Direito**, Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários. Brasília: CJF, 2003. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/serie-cadernos/Volume%2024%20-%20SEMINARIO%20INTERNACIONAL%20AS%20MINORIAS%20E%20O%20DIREITO.pdf/view>. Acesso em: jun. 2020.



GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 6:** direito de família. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. De pai para filho: o direito fundamental à paternidade. In: SILVEIRA, Vladmir Oliveira; CECATO, Maria Aurea Baroni (Org.). **Direito Constitucional - Direitos Humanos**. 1. ed. Madrid: Ediciones Laborum, 2015.

GUIMARÃES, Aníbal. Os Princípios de Yogyakarta. In: DIAS, Maria Berenice. **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Família e casamento em evolução.

**IBDFAM**, 21 out. 2001. Disponível em:

<http://www.ibdfam.org.br/artigos/14/Fam%C3%ADlia+e+casamento+em+evolu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: jun. 2020.

IBDFAM. **IBDFAM aprova Enunciados**. Belo Horizonte, 28 out. 2015. Disponível em:

<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5819/IBDFAM+aprova+Enunciados+++>. Acesso em: jan. 2020.

JUNIOR, Assis Moreira Silva. As minorias sexuais e as políticas públicas do governo federal: entre avanços e retrocessos. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas - UNIFAFIBE**. Bebedouro, SP, 2013. Disponível em: [http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/11/pdf\\_7](http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/11/pdf_7). Acesso em: jun. 2019.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A Família Monoparental como entidade familiar. In: ALVIM, Teresa Arruda. **Direito de Família: aspectos constitucionais, civis e processuais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

LEMOES, Vinícius. Os brasileiros que doam sêmen para inseminações caseiras. **BBC News**, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42145205>. Acesso em: jun. 2020.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: volume 5: famílias**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

\_\_\_\_\_. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus. **Revista IBDFAM**, Belo Horizonte, n. 12, p. 95, jan/mar. 2002.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros públicos: teoria e prática**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

MACHADO, Antônio Alberto. **Elementos de teoria dos direitos fundamentais**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

\_\_\_\_\_. **Manual de Direito de Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito de família**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MATO GROSSO. Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso. **Provimento n. 54/2014**. Regulamenta os procedimentos do registro de nascimento homoparental. Disponível em:

<http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/downloads/Imprensa/NoticiaImprensa/file/2014/07%20-%20JULHO%202014/29-%20Registro%20de%20nascimento%20homoparental.pdf>. Acesso em: abr. 2020.

MATTAR, Laura Davis. Desafios e importância do reconhecimento jurídico dos direitos sexuais frente aos direitos reprodutivos. In: PIOVESAN, Flavia; IKAWA, Daniela. (Org.). **Direitos humanos: fundamento, proteção e implementação; perspectivas e desafios contemporâneos**. Curitiba: Editora Juruá, 2007.

MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. **Gestação por outrem e determinação da maternidade (mãe de aluguel)**. Curitiba: Gênese, 1998.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensão intersubjetiva da auto realização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 70, jun., 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF, 2004. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em: jun. 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania LGBT**. In: Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis E Transexuais – LGBT, Brasília, DF, 2008.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2001.

MORAES, Carlos Alexandre. **Responsabilidade Civil dos Pais na Reprodução Humana Assistida**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eudes Quintino. Inseminação artificial caseira. **Migalhas**, 22 out. 2017. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/267599/inseminacao-artificial-caseira>. Acesso em: maio 2020.

OLIVEIRA, José Sebastião. **Fundamentos constitucionais do direito de família**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de direito de família e sucessões ilustrado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

\_\_\_\_\_. Família, direitos humanos, psicanálise e inclusão social. In: GROENINGA, Giselle Câmara; CUNHA, Rodrigo da Cunha (coords.). **Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

\_\_\_\_\_. **Princípios fundamentais norteadores para o direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

\_\_\_\_\_. **Direito de família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey/IBDFAM, 2002.

PEREIRA, Tânia da Silva. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). **Tratado de direito das famílias**. 3. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2019.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIO GRANDE DO SUL, **Tribunal de Justiça do Estado de Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/>. Acesso em: ago. 2019.

RIOS, Roger Raupp. A homossexualidade e a discriminação por orientação sexual no direito brasileiro. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 38, n. 149, p. 279-295, jan./mar. 2001. p. 286. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/673/r149-23.pdf?sequence=4>. Acesso em: jul. 2020.

\_\_\_\_\_; PIOVESAN, Flávia. A discriminação por gênero e por orientação sexual. In: **Seminário Internacional as Minorias e o Direito**, Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários. Brasília: CJF, 2003. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/serie-cadernos/Volume%2024%20-%20SEMINARIO%20INTERNACIONAL%20AS%20MINORIAS%20E%20O%20DIREITO.pdf/view>. Acesso em: jun. 2020.

RODRIGUES, Edwirges Elaine. **Políticas públicas como instrumento facilitador do consenso parental e a busca pela efetividade da guarda compartilhada**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, SP, 2017.

ROSA, Conrado Paulino da. **Curso de direito de família contemporâneo**. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

SANTINI, José Raffaelli. **Adoção, guarda, medidas socioeducativas**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

SCHREIBER, Anderson. **Manual de direito civil: contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. **Nova Cidadania: um conceito pós-moderno**. Santa Maria, RS, 2002. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/novacidadania.html>. Acesso em: jun. 2019.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito de família**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

UZIEL, Ana Paula et. al. **Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual**. Porto Alegre: Horizontes antropológicos, 2006.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti; VIANA, Thiago Gomes. LGBTI e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: A construção da cidadania internacional arco-íris. In:

SILVEIRA, Vladmir Oliveira; DIAS, Jefferson Aparecido; LOPES, Ana Maria D'Ávilla. **Direito Internacional dos Direitos Humanos I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: família. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

VENTURA, Alichelly Carina Macedo; POZZETTI, Valmir César. O direito de ser eu mesmo: os direitos dos homossexuais no ordenamento jurídico nacional e internacional. In: SILVEIRA, Vladmir Oliveira; DIAS, Jefferson Aparecido; LOPES, Ana Maria D'Ávilla. **Direito Internacional dos Direitos Humanos I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

VILELLA, João Baptista. Desbiologização da paternidade. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 21, 1979. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1156/1089>. Acesso em: mar. 2019.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico**. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.

\_\_\_\_\_; LEITE, José Rubens Morato. **Os “novos” direitos no Brasil**: natureza e perspectivas, uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 26, p. 123-147, 2006.